



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 25ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**13/11/2014
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 13/11/2014.**

25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 41/2014 - Não Terminativo -	SEN. PEDRO SIMON	12
2	MSF 42/2014 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPLICY	53
3	MSF 43/2014 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	111
4	Requerimento 4		139
5	Requerimento 5		145
6	MSF 66/2014 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	148

- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
- (64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
- (65) Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
- (66) Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
- (67) Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
- (68) Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

- (69) Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
- (70) Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 16/2014).
- (71) Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
- (72) Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
- (73) Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- (74) Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- (75) Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
- (76) Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- (77) Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 528/2014 - BLUFOR).
- (78) Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
- (79) Em 07.08.2014, o Senador Antonio Aureliano é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 63/14-GLPSDB).
- (80) Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 554/2014 - BLUFOR).
- (81) Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 78/2014-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 13 de novembro de 2014
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
25ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inclusão de item.

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2014

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República Libanesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2014

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2014

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador

do Brasil junto na República de Belarus.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - *Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.*

2 - *A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Para o “Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)” recomendamos a presença dos seguintes convidados com a subsequente agenda:

Abertura:

- *Ministra Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente);*
- *Antônio César Bochenek (Presidente da Associação dos Juízes Federais);*
- *Denise Hamú (Coordenadora do Escritório do Pnuma no Brasil).*

Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental:

- *Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho (Chefe da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores);*
- *Ministro Antonio Herman Benjamin (Ministro do Superior Tribunal de Justiça);*
- *Ben Boer (Professor da University of Sidney Law School – Austrália e Wuhan University – China).*

Agenda Ambiental e Jurídica dos ODSs: Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação:

- *Peter Burdon (Professor da Adelaide Law School – Austrália). Tema: Ética e ODSs;*
- *Tomme Young (Pesquisadora e Consultora Internacional – Estados Unidos). Tema: Biodiversidade, Acesso e Divisão de Benefícios, e ODSs;*
- *Owen McIntyre (Professor da Faculdade de Direito da University College Cork – Irlanda). Tema: Água e ODSs;*
- *Carl Bruch (Pesquisador do Environmental Law Institute – Washington DC). Tema: ODSs em Regiões Pós-Conflito;*
- *Karl Rabago (Professor da Pace University – Nova York). Tema: ODSs e Energia;*
- *Timo Koivurova (Professor da University of Lapland – Finlândia). Tema: ODSs, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos;*
- *Ian Hannam (Pesquisador – Austrália). Tema: Degradação do Solo, Desertificação e ODSs;*
- *Ken Markowitz (Secretariado da INECE – Rede Internacional para a Implementação Ambiental). Tema: ODSs e a Implementação Legal.*

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 5**REQUERIMENTO Nº , DE 2014**

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada o sr. DIEGO ALFREDO MOLERO BELLAVIA, Embaixador da Venezuela no Brasil, para que apresente, perante os membros desta Comissão, os devidos esclarecimentos sobre o acordo assinado entre o Movimento dos Sem Terra e o Governo da Venezuela para troca de experiências entre a entidade e o país vizinho na área de agroecologia.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 6**MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2014****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) *Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 41, DE 2013

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 383. Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que será lida em plenário e encaminhada à comissão competente, deverá estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de:

a) curriculum vitae, no qual constem:

1. as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;
2. a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

b) no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declaração do indicado:

1. quanto à existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

2. quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

3. de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

4. quanto à existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual;

5. quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

c) argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade;

d) no caso dos indicados na forma do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, relatórios produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores contendo:

1. informações sobre o Estado ou organização internacional para o qual o candidato foi indicado;

2. relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado ou organização internacional, bem como dos contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes a perdão ou renegociação de dívidas e a renúncia fiscal, diferenciando entre atos em vigor e atos ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal;

II – o exame das indicações feitas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal seguirá as seguintes etapas:

a) o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais;

b) será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal;

c) o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas;

d) o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado;

e) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III);

f) o relatório será votado;

III – a arguição de candidato a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta (Const., art. 52, IV), aplicando-se o procedimento descrito no inciso II deste artigo, no que couber;

.....
§ 1º A manifestação do Senado Federal e das comissões sobre a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas (Const., art. 52, IV).

§ 2º A resposta negativa às hipóteses previstas nos itens 1, 2, 4 e 5 da alínea “b” do inciso I deste artigo deverá ser declarada por escrito.

§ 3º A declaração de que trata o item 3 da alínea “b” do inciso I deste artigo deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2013.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO SIMON

RELATÓRIO Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 41, de 2014 (nº 103, de 12 de maio de 2014, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.*

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor JORGE GERALDO KADRI é filho de Joseph Kadri e Genny Kalil Kadri. Nasceu em 31 de julho de 1956 na cidade de Aparecida, em São Paulo.



SF/14598.19615-71

Página: 1/4 01/07/2014 13:07:47

ced70de0ee574c68ed0691d60142acaf0ea2030b





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO SIMON

Em 1976, concluiu o curso de Engenharia de Máquinas pela Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante. Concluiu, ainda, o curso de Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta/RJ, no ano de 1979, e o mestrado em Administração de Empresas e Marketing pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1982.

No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1983); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1992); e o Curso de Altos Estudos (2005), tendo defendido a tese com o título de “O Tratamento Especial e Diferenciado, o Mandato de Doha e o Interesse do Brasil.”

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1984 e Segundo-Secretário em 1989. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1996; a Conselheiro em 2001; a Ministro de Segunda Classe em 2006; e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

Ao longo de sua carreira desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos a de Assistente da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1996-1998) e do Departamento Econômico (1998-1999); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (1999-2003); Conselheiro na Embaixada em Assunção (2003-2005); Chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (2005-2008); Embaixador na Embaixada em Bissau (2008-2012); e, desde 2012, ocupa o cargo de Embaixador na Embaixada em Varsóvia.

Recebeu, ainda, condecorações. As estrangeiras foram a Ordem do Mérito Nacional, França, e a Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, ambas no grau de Cavaleiro, em 1985 e 1991, respectivamente. No Brasil, Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz; e a Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, em 2013.

Acompanha a mensagem presidencial, também em atendimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Líbano, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

sg2014-04224



SF/14598.19615-71

Página: 2/4 01/07/2014 13:07:47

ced70de0ee574c68ed0691d60142acaf0ea2030b



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO SIMON

Segundo o informativo, a República do Líbano caracteriza-se como parlamentarista confessional unitária. Esse caráter confessional foi mantido ao final de Guerra Civil de 1975-1990, de modo que a composição do Parlamento e dos principais cargos políticos é dividida entre as seitas.

No campo de sua política externa, o Líbano se orienta pela necessidade de manutenção, de um lado, desse equilíbrio sectário da política nacional e, de outro lado, da estabilidade regional, ameaçada pelos conflitos entre Israel e Palestina e pela guerra civil na Síria.

A economia do Líbano é baseada especialmente no turismo, que concentra 25% dos empregos do país, e em atividades bancárias. O crescimento econômico vem sendo afetado pela instabilidade regional.

No que diz respeito às relações bilaterais, a balança comercial é historicamente superavitária em favor do lado brasileiro. O fluxo comercial, em 2013, totalizou US\$ 364,8 milhões, sendo US\$ 338,4 de exportações brasileiras. Houve aumento de 20% em relação ao ano anterior. 85,5% da pauta de exportação brasileira é composta por produtos básicos, em especial bovinos vivos, carnes e cafés. Nos últimos dois anos, as importações brasileiras foram impulsionadas fortemente pela compra de superfosfato. Também o chumbo refinado se destaca na pauta de importação brasileira.

A comunidade de libaneses e descendentes no Brasil é extensa, estimada entre 7 a 10 milhões de pessoas. O forte vínculo entre as duas nações reflete-se, ainda, pela frequência das visitas bilaterais; pela assinatura de Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, em 1997 (em vigor desde 2002); e pela abertura em Beirute do Centro Cultural Brasil-Líbano.

Vale também registrar que o Brasil doou US\$ 700 mil para a Agência das Nações Unidas aos Refugiados da Palestina (UNRWA), desde 2008; e já doou US\$ 1,2 milhão para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e mais de US\$ 1 milhão para o fundo emergencial OCHA, cujos recursos em grande parte se destinam à Síria. Ademais, merece destaque a circunstância de que, desde fevereiro de 2011, a Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL) – a qual figurou como conciliadora no incidente da morte de um soldado israelense



SF/14598:19615-71

Página: 3/4 01/07/2014 13:07:47

ced70de0ee574c68ed0691d60142acac0ea2d30b





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO SIMON

por disparo de um soldado libanês em 2013, na região da Linha Azul – é comandada por oficial brasileiro.

No que tange aos assuntos consulares, o documento do MRE dá enfoque no grande número de casos de subtração internacional de crianças entre os dois países. As tentativas de reaver as crianças restam impossibilidade em razão de o Líbano não ser parte da Convenção da Haia sobre sequestro internacional de crianças.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dispõem de todas as informações e elementos necessários para deliberar sobre a indicação do senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator



SF/14598.19615-71

Página: 4/4 01/07/2014 13:07:47

ced70de0ee574c68ed0691d60142acaf0ea2d30b





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 41, DE 2014 (Nº 103/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Os méritos do Senhor Jorge Geraldo Kadri que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de maio de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. Sarney'.

EM Nº 00178/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 4 de abril de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JORGE GERALDO KADRI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JORGE GERALDO KADRI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

EM nº 00178/2014 MRE

Brasília, 4 de Abril de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JORGE GERALDO KADRI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JORGE GERALDO KADRI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JORGE GERALDO KADRI

CPF.: 375.093.147-04

ID.: 3203 MRE

1956 Filho de Joseph Kadri e Genny Kalil Kadri, nasce em 31 de julho, em Aparecida/SP

Dados Acadêmicos:

1976 Engenharia de Máquinas pela Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante -EFOMM/CIAGA

1979 Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta/RJ

1982 Mestrado em Administração de Empresas e Marketing pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1983 CPCD - IRBr

1992 CAD - IRBr

2005 CAE - IRBr, O Tratamento Especial e Diferenciado, o Mandato de Doha e o Interesse do Brasil

Cargos:

1984 Terceiro-Secretário

1989 Segundo-Secretário

1996 Primeiro-Secretário, por merecimento

2001 Conselheiro, por merecimento

2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1985 Divisão de Processamento de Dados, Assistente

1985-1986 Divisão de Visitas, Cerimonial, Assistente

1986-1989 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Assistente

1989-1992 Embaixada em Madri, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1992-1996 Embaixada em Camberra, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios

1996-1998 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assistente

1998-1999 Departamento Econômico, Assistente

1999-2003 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário e Conselheiro

2003-2005 Embaixada em Assunção, Conselheiro

2005-2008 Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, Chefe

2008-2012 Embaixada em Bissau, Embaixador

2012- Embaixada em Varsóvia, Embaixador

Condecorações:

1985 Ordem do Mérito Nacional, França, Cavaleiro

1991 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro

2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

2013 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande oficial

2013 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande oficial

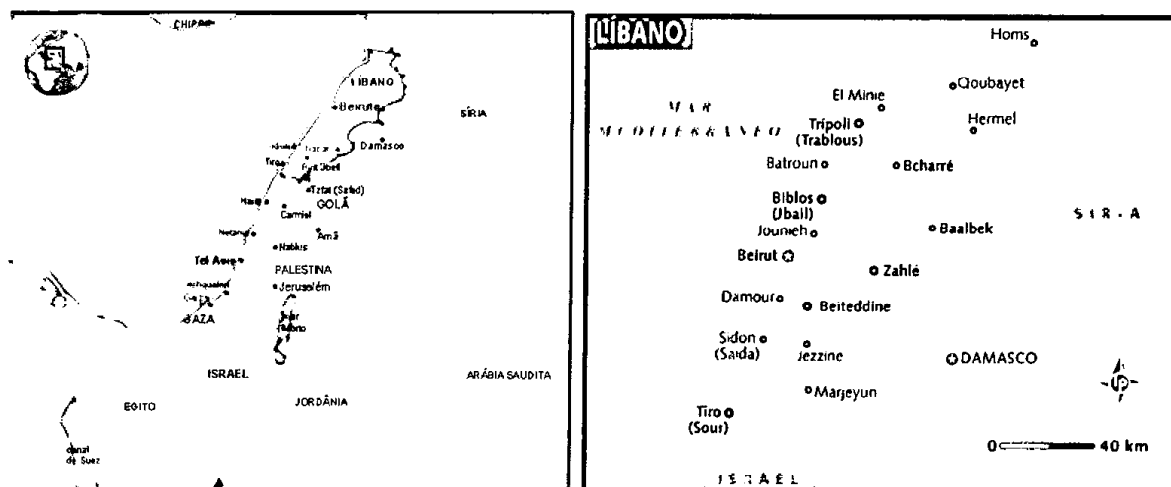


ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LÍBANO



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
 Abril de 2014

Dados Básicos	
NOME OFICIAL	República Libanesa
CAPITAL	Beirute
ÁREA	10.452 km ² (cerca de 2 vezes a área do DF)
POPULAÇÃO	4,06 milhões
IDIOMA OFICIAL	Árabe; o francês é falado por 55% da população
PRINCIPAIS RELIGIÕES	59,7% muçulmanos (xiitas, sunitas, drusos e outros), 39% cristãos (maronitas, grego-ortodoxos e outros), 1,3% outros.
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista confessional unitária
CHEFE DE ESTADO	Presidente Michel Sleiman (cristão maronita) – desde 2008
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (Assemblée Nationale), presidida por Nabih Berri (muçulmano xiita), desde 1992
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Tammam Salam (muçulmano sunita) – desde fevereiro de 2014
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRADOS	Gebran Bassil (cristão maronita) – desde fevereiro de 2014
PIB NOMINAL (2013)	US\$ 41,49 bilhões
PIB PPP (2013)	US\$ 64,31 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2013)	US\$ 10.708
PIB PPP PER CAPITA (2013)	US\$ 15.832
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,745 (72ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	72,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	89,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Libra libanesa
EMBAIXADOR NO BRASIL	Joseph Sayah (desde 2013)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	15 mil brasileiros residentes no Líbano

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MILHÕES - FOB)

Brasil ⇄ Líbano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	61,8	100	129,8	185,2	240,9	327,3	312,0	245	305,2	304,9	364,7
Exportações	54,9	89,8	124,3	178,5	226	273,8	310,6	243,3	303,2	293,0	338,4
Importações	6,8	10,2	5,5	6,7	14,9	53,5	1,4	1,7	2,0	11,9	26,3
Saldo	48	79,6	118,8	171,8	211,1	220,3	309,2	241,6	301,2	281,1	312,1

PERFIS BIOGRÁFICOS

Michel Sleiman
Presidente da República
(Amchit, 21 de novembro de 1948)

Cristão maronita, formou-se Segundo-Tenente pela Academia Militar libanesa em 1970. Graduou-se em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade Libanesa em 1980.

Comandante do Exército libanês de 1998 a 2008, desempenhou papel protagônico no processo político que culminou com o fim da ocupação síria, em 2005. Durante o conturbado período que se seguiu ao assassinato do Primeiro-Ministro Rafik Hariri (2005), Sleiman angariou significativo respaldo popular ao empregar sua liderança à frente do Exército para proteger a democracia libanesa. Contribuiu para a redução das tensões sectárias no país, tendo combatido a milícia Fatah Al-Islam e afirmado a presença do Exército em tradicionais redutos do Hezbollah.

Em maio de 2008, impasse no Conselho de Ministros provocou nova escalada de violência no país, interrompida com a adoção do Acordo de Doha pelas principais forças políticas libanesas. Com base nos dispositivos previstos no Acordo, Michel Sleiman foi eleito para a Presidência. Sleiman tem atuado como líder forte e conciliador, buscando manter a governança e o consenso entre as principais forças políticas libanesas.

Michel Sleiman visitou o Brasil em 2010, quando se avistou com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.



Tammam Salam
Primeiro-Ministro
(Beirute, 1945)

Muçulmano sunita, é originário de importante família de terratenentes e políticos. Seu pai, Saeb Salam, serviu como Primeiro-Ministro seis vezes entre 1952 e 1973. Possui graduação na Universidade Haigazian de Beirute e pós-graduação em economia no Reino Unido.

Ingressou na política nos anos 1970, em movimentos reformistas. De 1978 a 2000, trabalhou na Fundação Makassed, entidade de caridade ligada a sua família. Elegeu-se pela primeira vez para o parlamento em 1996, na lista de Rafik Hariri. Na atual legislatura, Tammam Salam atua como independente, mas mantém bons laços com os movimentos “8 de março” e “14 de março”.

Seu bom trânsito com os principais campos políticos, garantiu-lhe a indicação para Primeiro-Ministro com 124 dos 128 votos possíveis. Após onze meses, conseguiu formar seu gabinete, sendo então nomeado pelo Presidente da República, em fevereiro de 2014.



Gebran Bassil
Ministro das Relações Exteriores
(Batroun, 1970)

Cristão maronita, é membro do Movimento Patriótico Livre (seu sogro é Michel Aoun, líder do Movimento), integrante da coalizão "8 de Março". Graduado em engenharia pela Universidade Americana de Beirute, possui mestrado, na mesma instituição, em Comunicação.

Serviu como Ministro das Comunicações de maio de 2008 a junho de 2009. No governo de Najib Mikati, atuou como Ministro de Energia e Água a partir de junho de 2011. Em fevereiro de 2014, assumiu o posto de Ministro das Relações Exteriores e dos Emigrados.

RELAÇÕES BILATERAIS

São fortes os vínculos entre os dois países, sobretudo em razão da numerosa comunidade de libaneses e descendentes no Brasil, a maior do mundo, estimada entre 7 e 10 milhões de pessoas. Em meados do século XIX, chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes libaneses, sendo que, em 1876, D. Pedro II realizou visita de caráter privado ao Oriente Médio, tendo passado por diversas cidades do Líbano, então parte do Império Otomano. Em 1920, o Brasil abriu Consulado em Beirute, ainda sob mandato francês. Em 1944, o Governo brasileiro reconheceu a independência do Líbano, dando início às relações diplomáticas, e, em 1946, acreditou Ministro Plenipotenciário junto ao Governo libanês. Em 1954, foi inaugurada a Embaixada do Brasil em Beirute. No mesmo ano, o Presidente Camille Chamoun realizou a primeira visita de um Chefe de Estado libanês ao Brasil, ocasião em que a Legação libanesa no Rio de Janeiro foi elevada à categoria de Embaixada.

As visitas bilaterais têm sido frequentes. O ex-Primeiro-Ministro Rafik Hariri visitou o Brasil em 1995 e em 2003, enquanto o Presidente Émile Lahoud realizou visita oficial em 2004. Em dezembro de 2003, em seu primeiro ano de mandato, o Presidente Lula foi ao Líbano, acompanhado do Ministro Celso Amorim, que ainda retornou ao país em duas ocasiões (2005 e 2006). Em 2010, o Presidente Michel Sleiman esteve no Brasil, em visita que coincidiu com as comemorações dos 130 anos da imigração árabe. O Vice-Presidente Michel Temer, acompanhado de comitiva de parlamentares e empresários, visitou o Líbano em novembro de 2011, onde se encontrou com as mais altas autoridades libanesas. Em maio de 2012, o Ministro da Defesa Celso Amorim realizou visita oficial ao Líbano. Em abril de 2013, o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho realizou visita ao país para participação na 4ª Conferência da Rede Árabe contra Corrupção e pela Transparência. Também em abril de 2013, o Cardeal Bechara Boutros Rai, Patriarca da Igreja Maronita, realizou visita ao Brasil.

Brasil e Líbano assinaram Acordo de Cooperação Cultural e Educacional em 4 de fevereiro de 1997 (em vigor desde 2002). Desde então, as relações culturais entre Brasil e Líbano têm ganhado substância, o que tem contribuído para elevar o perfil das relações entre os dois países.

O Brasil dispõe, em Beirute, do Centro Cultural Brasil-Líbano (CCBL), único Centro Cultural de país de língua portuguesa no Líbano. Inaugurado pelo Senhor Vice-Presidente da República em 2011, foi o primeiro Centro Cultural Brasileiro criado durante a gestão da Presidenta Dilma Rousseff. Sua missão é reforçar os profundos laços históricos entre os dois povos, promovendo eventos que evidenciem a diversidade cultural

dos dois países. Desde sua criação, vem trabalhando para a difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira por meio de diversas atividades.

Em 2006, foi assinado Programa Executivo de Cooperação Educacional Brasil-Líbano, mas não houve, até a presente data, candidatura libanesa para participação nos Programas Estudante-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG).

Em março de 2014, foi enviada ao Governo libanês proposta de Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, ora sob análise da parte libanesa.

Vem sendo negociada, ademais, a abertura de uma escola de futebol na Universidade de Saint-Esprit de Kaslik (USEK), em Jounieh. Em 2011, equipe libanesa de voleibol da USEK veio ao Brasil para participar da 1ª Copa Internacional de Voleibol Rio-Líbano como parte das atividades de intercâmbio esportivo do Centro de Estudos e Cultura da América Latina (Cecal/USEK).

À luz das recentes descobertas de jazidas de hidrocarbonetos na Bacia do Levante, empresas brasileiras como a Petrobras mostraram-se interessadas no setor de petróleo e gás libanês. A Petrobras - que estabeleceu *joint bid agreement* com a libanesa Petroleb - foi pré-qualificada na qualidade de operadora, que lidera os consórcios, juntamente com outras 11 empresas. Após múltiplos adiamentos, o leilão final está previsto para abril de 2014, mas não é certa a participação da Petrobras. Quando realizado, permitirá a exploração por meio do sistema de partilha, com pagamento de *royalties*.

Desde 2008, o Brasil doou US\$ 700 mil (além de 5 toneladas de remédios) para que a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) utilize na reconstrução do campo de refugiados de Nahr el-Bared, destruído em combates em 2007. O Governo brasileiro doou, em 2012, US\$ 120 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para assistência humanitária aos refugiados sírios no Líbano (ao todo, O Brasil já doou US\$ 1,2 milhão para o ACNUR para assistência a refugiados sírios, US\$ 1 milhão para o fundo emergencial do OCHA (cuja grande parte dos recursos destina-se à Síria). De acordo com o ACNUR, há 1 milhão de refugiados sírios no Líbano.

Desde fevereiro de 2011, oficial brasileiro comanda a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL). Desde outubro de 2011, o Brasil contribui também com a nau-capitânia da FTM (fragatas União, Liberal e Constituição). A missão tem conseguido avançar na implementação de seu mandato e, ao final de 2013, já se podia notar maior presença do exército libanês no sul do país. A missão atuou como conciliadora no incidente de 15/12/2013, ocorrido em Naqoura, quando um soldado israelense foi morto por disparo de um soldado libanês na região da Linha Azul. Está em estudo a ampliação do contingente de

militares brasileiros atuando na UNIFIL, o qual poderá chegar a uma companhia de infantaria ou engenharia. O comandante brasileiro da força-tarefa, Contra-Almirante Walter Eduardo Bombarda, é também ponto focal para as discussões entre Líbano e Israel sobre suas fronteiras marítimas. Antes do Contra Almirante Bombarda, já comandaram a FTM os Contra-Almirantes Luiz Henrique Caroli, Wagner Lopes de Moraes Zanith e Joese de Andrade Bandeira Leandro.

Em novembro de 2013, o Brasil respondeu positivamente ao convite do Presidente Sleiman para participar do Grupo Internacional de Apoio ao Líbano, cuja reunião inaugural, em setembro de 2013, reuniu os membros permanentes do Conselho de Segurança, União Europeia, Liga dos Estados Árabes, Banco Mundial, ACNUR e UNIFIL. A participação brasileira deve ocorrer, paulatinamente, no sentido de acompanhar os trabalhos do Grupo, participando de suas reuniões, inclusive de reuniões com agendas temáticas específicas, que abarcariam os aspectos de apoio nos campos militar, político, de refugiados, financeiro e outros. Na segunda reunião do Grupo, em Nova York, o Banco Mundial estabeleceu Fundo Fiduciário Multilateral em apoio ao processo de estabilização do país.

1) Assuntos consulares

A atual comunidade brasileira no Líbano conta com aproximadamente 15.000 cidadãos, dos quais 5 estão presos por acusação de posse de entorpecentes (3 aguardam julgamento). Estima-se que essa comunidade seja quase toda de binacionais, que constam, para efeitos demográficos do Governo libanês, como cidadãos libaneses. A maioria dos integrantes da comunidade vive na região do Vale do Bekaa (região leste do país) e está empregada nos setores agrícola (pequenos agricultores) e de serviços (comerciantes). Nas pequenas localidades do Vale do Bekaa, em alguns casos, mais de 80% da população dominam a língua portuguesa.

As maiores demandas referem-se aos serviços consulares e às atividades culturais do Consulado-Geral do Brasil em Beirute. Há constante solicitação de realização de Consulados itinerantes para a região do Vale do Bekaa, bem como de criação de município eleitoral naquela região. Além do Consulado-Geral, o Brasil mantém um Consulado Honorário em Kab Elias.

Existe grande preocupação da comunidade com os direitos e o papel da mulher na sociedade libanesa. O Conselho de Cidadãos em Beirute e o Consulado-Geral trabalham juntos em diversos projetos de interesse da comunidade, como o Programa de Apoio Jurídico e Psicológico à Brasileira migrada e o Plano de Evacuação da comunidade brasileira em caso de emergência de maior gravidade, além da organização de Consulados Itinerantes e de eventos culturais com o suporte dos membros da

comunidade. Dentre os maiores problemas enfrentados pelo posto estão aqueles afeitos ao direito de família e, mais recentemente, à fraude de documentos. Há, também, diversos casos de subtração internacional de menores entre os dois países. As tentativas de reaver as crianças têm sido impossibilitadas pelo fato de o Líbano não ser parte da Convenção da Haia sobre a Subtração Internacional de Menores.

O Consulado-Geral em Beirute tem, atualmente, tarefa adicional de se encarregar dos assuntos consulares referentes aos cidadãos brasileiros residentes na Síria, aos cidadãos sírios e, mais recentemente, aos refugiados sírios e sírio-palestinos em decorrência da Resolução Normativa Nº 17 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). No período de 26 a 28 de novembro último, o Posto realizou Consulado Itinerante à Síria, já em sua terceira edição, na cidade de Damasco. Na ocasião, embora nenhum brasileiro tenha comparecido, foram atendidos 208 cidadãos sírios ou sírio-palestinos. Até fevereiro de 2014, o Consulado-Geral já havia concedido 843 vistos sob o abrigo da RN 17 do CONARE.

Acordos de Isenção de Vistos entre Brasil e Líbano

Foi concluída a negociação do Acordo sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço, que aguarda, agora, ocasião para assinatura pelos dois Governos.

Proposta de Acordo de extensão de validade de vistos de turismo e de negócios está sob avaliação do Governo libanês.

Cooperação jurídica internacional

O Tratado de Extradução entre Brasil e Líbano e o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal foram celebrados em 2002 e aprovados pelo Congresso Nacional em 2008. Aguarda-se o cumprimento dos requisitos internos libaneses para sua vigência internacional. O Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado em 2002, foi promulgado pelo Brasil em 2013 e encontra-se em vigor.

2) Empréstimos e financiamentos oficiais

3)

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais brasileiros ao governo ou a empresas libanesas.

POLÍTICA INTERNA

No Líbano a divisão por seitas define a composição do Parlamento e dos principais cargos políticos. O Presidente da República deve ser cristão maronita, o Primeiro-Ministro, muçulmano sunita, e o Presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita. Ao final da Guerra Civil (1975-1990) os Acordos de Taef (1989) levaram à reestruturação do Estado libanês, mantendo o caráter confessional da política interna. A proporção entre cristãos e muçulmanos na Assembleia Nacional passou a ser paritária, extinguiram-se quotas confessionais em diversos órgãos do serviço público e reduziram-se os poderes do Presidente da República, em favor das atribuições do Primeiro-Ministro e do Presidente da Assembleia Nacional. Acredita-se que hoje cerca de dois terços da população libanesa professariam o islamismo, enquanto o terço restante professaria o cristianismo.

Os Acordos de Taef previam a criação de um Senado libanês, o que tornaria o Legislativo nacional bicameral. A efetivação da nova casa legislativa, no entanto, ocorreria após a primeira eleição da Câmara dos Deputados em bases não sectárias, fato ainda não verificado no país. Desta forma, o Líbano permanece uma República unicameral, na qual a Câmara dos Deputados é composta por membros eleitos de acordo com as proporções estabelecidas em 1989.

Em fevereiro de 2005, a "Revolução do Cedro", que se seguiu ao assassinato do Primeiro-Ministro Rafik Hariri, levou à retirada das tropas sírias – presentes no país desde os Acordos de Taef –, ocasionando um realinhamento político em duas coalizões: a "8 de Março" (favorável à Síria e próxima do Irã) e a "14 de Março" (pró-ocidental e mais ligada à Arábia Saudita). Em janeiro de 2011, o Presidente Michel Sleiman designou o sunita Najib Mikati como Primeiro-Ministro, o que representou um fortalecimento do grupo "8 de Março", alterando o jogo político libanês. Em 4/3/2013, o Presidente e o Primeiro-Ministro definiram para 9/6 a data das eleições parlamentares seguintes, o que motivou protestos de ambos os grupos, conduzindo à renúncia de Mikati, em 23/3/2013, e ao adiamento das eleições com a prorrogação do atual parlamento. Em 5/4/2013, o Parlamento escolheu Tammam Salam como novo Primeiro-Ministro. Muçulmano sunita centrista, com vínculos em todo o espectro político, Salam foi escolha quase consensual para conduzir o país no processo eleitoral e evitar o agravamento da instabilidade.

Após onze meses de negociações com os distintos movimentos políticos libaneses, Salam formou seu gabinete. Com a fórmula 8-8-8, os movimentos "8 de Março" e "14 de Março" ficaram com 8 pastas cada, sendo as 8 restantes distribuídas entre os centristas. Salam introduziu,

ainda, por meio de pacto com os partidos, sistema de rodízio das pastas, o qual deve ocorrer a cada troca de governo, de forma a evitar que uma confissão religiosa controle uma pasta indefinidamente. Seguindo duras negociações em torno da questão da resistência a Israel na Declaração Ministerial a ser apresentada diante do Parlamento, o Gabinete recebeu o voto de confiança em 20/3. Desta forma, o governo libanês retorna à operacionalidade, a tempo de realizar as eleições legislativas e presidenciais, que devem ocorrer a partir de dois meses antes do término do mandato presidencial, em 25/5.

Face ao recrudescimento do conflito sírio, integrantes das principais forças políticas adotaram por consenso a "Declaração de Baabda" de junho de 2012, que definiu os objetivos comuns de preservação da estabilidade no país e de dissociação em relação à crise síria. O transbordamento desta para os países vizinhos tem-se mostrado inevitável. Registraram-se conflitos armados isolados, em Beirute, Trípoli (entre comunidades sunitas anti-Assad e alauítas pró-Assad) e no Vale de Beqaa, região de fronteira com a Síria. O exército libanês tem desdobrado tropas no intuito de assegurar a presença do Estado e manter a segurança; em dezembro do ano passado, foi incumbido de recorrer a todas as medidas necessárias para garantir e preservar, pelos seis meses seguintes, a ordem e a segurança na cidade de Trípoli. Com o avanço recente, em meados de março, das tropas sírias na região fronteira de Qalamoun, incluindo a retomada de Yabroud, foram relatados casos isolados de conflito em território libanês.

Desde novembro de 2013, aumentou significativamente o número de atentados ocorridos no Líbano. Grupos jihadistas, especialmente a Frente Al-Nusra e Estado Islâmico do Iraque e Síria, que advogam causas similares à da al-Qaeda, iniciaram onda de atentados em retaliação à posição do Hezbollah, entre os quais o atentado suicida à Embaixada do Irã (novembro de 2013), atentados à bomba em subúrbios xiitas de Beirute (2 de janeiro - vitimou cidadã brasileira -; 21 de janeiro, e 3 e 19 de fevereiro) e no vale do Bekaa (16 de janeiro; 1 e 22 de fevereiro e 29 de março), com número elevado de mortes e feridos entre civis. O Exército libanês, em 12 de fevereiro, logrou a prisão de diversos membros da Brigada Abdullah Azzam (grupo ligado a al-Qaeda) e apreendeu carros-bomba, foguetes e armas. Em 2012, o Chefe de Inteligência das Forças de Segurança Interna fora morto em atentado a bomba em área cristã de Beirute.

Em meados de janeiro, o Tribunal Especial para o Líbano, sediado na Haia, iniciou o julgamento, à revelia, de quatro suspeitos do atentado que vitimou o ex-Primeiro-Ministro Rafik Hariri e outras vinte e uma pessoas. Os trabalhos do Tribunal dão-se quase nove anos após o ataque.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa libanesa norteia-se a) pela necessidade de manutenção do equilíbrio sectário na política nacional; e b) por constrangimentos regionais – as relações com Síria, que manteve tropas no Líbano até 2005; e Israel, que ocupou o sul do Líbano até 2000. Assim, o Líbano, que já apresenta dificuldades de acomodar as rivalidades sectárias em seu território, é frequente vítima da instabilidade regional, com destaque para o conflito israelo-palestino (há quase 500 mil refugiados palestinos no Líbano) e a guerra civil na Síria (1 milhão de refugiados sírios no Líbano). Em dezembro de 2013, o Governo libanês lançou o 6º Plano Regional de Resposta, com apelo de US\$ 850 milhões para ajuda humanitária a refugiados sírios.

A atuação do Líbano no tratamento da questão síria no âmbito multilateral tem-se caracterizado por posições moderadas, que, ao mesmo tempo, reconhecem a gravidade da situação no país e traduzem o receio de que um ativismo internacional desmesurado leve ao transbordamento da crise para os países vizinhos. Nas Nações Unidas e na Liga dos Estados Árabes (LEA), em particular, o Líbano tem se abtido e apresentado ressalvas em decisões críticas do Governo sírio, defendendo solução pacífica e negociada. Por outro lado, o Hezbollah, que integra a coalizão governista, tem assumido crescente protagonismo no conflito sírio, em favor de Bashar Al-Assad, e foi peça-chave nas recentes vitórias que colocaram as forças armadas sírias em vantagem no terreno, como as retomadas da cidade estratégica de Qusayr em junho de 2013 e de Yabroud em março de 2014.

Quanto a uma possível ação militar liderada contra a Síria, as autoridades libanesas têm reforçado a necessidade de que o país seja poupado das repercussões de uma intervenção militar no país vizinho. O Presidente Sleiman posicionou-se contrariamente a uma ação sem aval das Nações Unidas e fez apelo para que o Líbano seja mantido neutro.

No tocante às relações com Israel, a ação da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) tem sido de especial importância no controle dos incidentes fronteiriços. Em 2013, foram registrados lançamentos eventuais de foguetes contra Israel, a partir do sul do Líbano, e a morte de um soldado israelense por disparo de soldado libanês. As violações do espaço aéreo libanês por Israel, porém, são quase diárias.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Altamente sensível às condições políticas, a economia libanesa é baseada, sobretudo, no turismo (25% dos empregos do país) e em atividades bancárias. A balança de serviços é o principal indicador superavitário nas contas externas libanesas, sendo auxiliada pelas remessas e pela entrada de capital proveniente do investimento direto de outros países árabes e por compras de títulos do governo em moeda estrangeira. O déficit crônico em conta corrente, derivado da tendência importadora do país (importação de todos os recursos energéticos, por exemplo), deve ser reduzido nos próximos anos após alcançar o nível de 16% do PIB em 2013.

Com crescimento, em 2013, de 1,5% (0,5% a menos que previsão anterior do FMI), o país deve continuar com política monetária expansionista, por meio de concessão creditícia, voltada ao estímulo econômico. Mantendo a taxa de crescimento de 2012, o Líbano revela os efeitos sofridos em razão do contexto regional. Em 2011, a economia libanesa crescera apenas 3%, em contraste com cerca de 8% de crescimento médio anual entre 2007 e 2010.

Em 2009-2010, foram descobertas grandes reservas de hidrocarbonetos na Bacia do Levante, a mais de 100 quilômetros da costa do Líbano e de Israel. Estudo geológico estima que cerca de 3170 bilhões de metros cúbicos (BCM) de gás natural e 1,7 bilhões de barris de petróleo não descobertos estariam disponíveis em toda Bacia (que inclui Chipre, Turquia, Israel, Líbano, Palestina e Síria). Tal hipótese vem-se confirmando em Israel, cujos campos já descobertos possuem potencial total de 990 bilhões de metros cúbicos (BCM), com destaque para os campos Leviatã e Tamar. No Líbano, resultados de estudos tridimensionais, apresentados pelo governo ao final de 2013, indicariam a presença de 2700 BCM de gás, a partir da análise de apenas 45% da Zona Econômica Exclusiva libanesa. Existe tensão entre o Líbano e Israel sobre o tema decorrente da falta de definição dos limites marítimos entre os dois países e da possibilidade de campos transfronteiriços.

Empresas brasileiras com conhecimento e experiência na atuação "offshore" poderão ter interesse no desenvolvimento do setor, sobretudo porque sob a perspectiva do Governo local o Brasil é visto como politicamente neutro. A Petrobras, em associação com a libanesa Petroleb, qualificou-se como operadora em 2013 para o leilão dos campos libaneses, previsto para abril de 2014. A Petrobrás notificou a empresa libanesa, porém, que não teria mais interesse em participar do empreendimento naquela condição.

O comércio bilateral tem sido historicamente superavitário em favor do Brasil. Em 2013, a corrente de comércio entre Brasil e Líbano totalizou

US\$ 364,8 milhões (US\$ 338,4 de exportações brasileiras), crescimento de quase 20% em relação a 2012. Nos últimos dois anos, houve forte expansão das importações brasileiras (490% em 2012 e 120% em 2013), impulsionada pelas compras de superfosfato. Os principais produtos exportados pelo Brasil são, majoritariamente, básicos (85,5% da pauta), com destaque para animais vivos da espécie bovina, carnes e café. A pauta importadora, por sua vez, está concentrada em adubos (superfosfato) e chumbo refinado. O Líbano tem demonstrado interesse em iniciar negociações com o Mercosul para estabelecer acordo de livre comércio.

A deterioração econômica em 2013, a queda no setor de turismo e nos fluxos de capitais, principais motores da economia, causou considerável impacto no crescimento libanês e afetou negativamente a entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED). Diversos atributos do país, no entanto, a exemplo de ambiente fiscal favorável, sistema bancário desenvolvido e ausência de restrições sobre os fluxos de capital, mantém elevada sua atratividade aos investimentos externos. Em 2012, o fluxo de entrada de IED no país representou cerca de 8,9% do PIB, bem acima da média mundial.

São estimuladas parcerias com empresas libanesas via "joint-ventures" e "holdings" e existem mecanismos como as "Export Processing Zones" (com isenção de impostos para a montagem de produtos a serem reexportados) e Zonas Francas. Dentre as oportunidades de investimentos, destacam-se os setores de construção civil, energia e alimentos.

O país tem investido na reconstrução pós-Guerra Civil (1975-90) e pós-conflitos de 2006, com oportunidades para parcerias em obras públicas (portos e estradas) e grandes projetos, além de projetos privados como o "Blue Gold" que prevê a construção de diversas barragens. A Andrade Gutierrez venceu, no final de 2013, concorrência internacional para a construção da represa de Janneh, orçada em US\$ 250 milhões. Quando concluída, a represa será fonte de abastecimento de água para Beirute e para grande parte das aldeias no Monte Líbano.

Está em curso, também, plano estratégico de reestruturação do setor elétrico cujas linhas mestras são infraestrutura (geração, transmissão e distribuição), oferta e demanda (fontes energéticas, energias renováveis, gerenciamento da demanda, eficiência energética e tarifas) e arcabouço legal (normas e padrões). Tendo em conta a boa aceitação dos produtos de origem brasileira, haveria espaço, ainda, para investimentos brasileiros no setor de alimentos processados, para atender aos mercados local e regional. Estão presentes no Líbano o grupo gaúcho Paquetá do setor de calçados e o frigorífico Minerva Foods, que mantém escritório comercial no país.

Há projeto, frequentemente levantado pelo lado brasileiro, de estabelecimento de Conselho Empresarial Brasil-Líbano, que reuniria empresários de destaque dos dois países, de modo a estimular o

intercâmbio de ideias e sugerir ações de promoção comercial e investimentos.

O Banco Central não possui registro de investimentos diretos brasileiros no Líbano. Deve-se ressaltar que, de acordo com a Receita Federal Brasileira, o Líbano é considerado paraíso fiscal.

ANEXO I: CRONOLOGIA

LÍBANO

1920	Conferência de San Remo confere à França mandato sobre a Síria e o Líbano.
1926	Promulgada a Constituição libanesa.
1936	Assinado o Tratado de Independência do Líbano.
1943	Parlamento libanês estipula o fim do mandato francês e firma o Pacto Nacional, acordo de divisão de poder entre cristãos e muçulmanos.
1948	Líbano participa da coalizão árabe na Guerra de Independência de Israel.
1949	Assinado armistício com Israel.
1958	Conflito armado interno e intervenção americana.
1968	Comandos palestinos entram no Líbano; Israel ataca o aeroporto de Beirute.
1969	Forças de segurança abrem fogo contra manifestantes favoráveis à OLP.
1970	Refugiados palestinos migram para o país, após o Setembro Negro na Jordânia.
1973	Eclodem conflitos entre o Exército libanês e fedayin palestinos.
1975	Hafez Assad visita o Líbano e oferece apoio sírio em caso de agressão israelense.
1975	Tem início a Guerra Civil Libanesa.
1976	Tropas sírias entram no Líbano.
1977	Líder druso Kamal Jumblatt é assassinado.
1978	Israel invade o sul do Líbano e estabelece “zona tampão” na região.
1978	Criada a UNIFIL, Força Interina das Nações Unidas para o Líbano; seu mandato seria modificado em 1982, 1990 e 2006.
1982	Tropas israelenses chegam à periferia de Beirute.
1982	Assassinado o Presidente eleito, Bashir Gemayel.
1982	Massacres de Sabra e Shatila.
1989	Acordo de Taef e fim da Guerra Civil – Reestruturação do sistema de divisão de poder no Líbano, em substituição ao Pacto Nacional de 1943.
1990	Liga Árabe legitima presença militar síria no Líbano.
2000	Israel retira suas tropas do sul do Líbano.
2004	Aprovada a Resolução 1554 do CSNU, pedindo a retirada de todas as forças estrangeiras do Líbano.
2005	Primeiras eleições legislativas pós-Guerra Civil sem ocupação

	estrangeira – Eleição do Premiê Rafik Hariri.
2005	Assassinato de Rafik Hariri.
2005	Revolução dos Cedros e retirada de tropas sírias do Líbano.
2006	Após o sequestro de dois soldados israelenses pelo Hezbollah, ataque israelense ao Líbano que durou 34 dias e em que morreram cerca de 1200 libaneses.
2006	Resolução 1701 do CSNU põe fim ao conflito e o exército libanês, pela primeira vez em décadas, estaciona suas tropas em todo o país.
2007	Conflito entre as Forças Armadas Libanesas e o grupo palestino extremista Fatah al-Islam, no campo de refugiados Nahr al-Bared.
2007	Fim do mandato do presidente Emile Lahoud e impasse na escolha de seu sucessor, que gera meses de crise política.
2008	Eleição do General Michael Sleiman em maio e formação de Governo de União Nacional em Junho, possibilitada pelos Acordos de Doha.
2009	Eleições legislativas dão nova vitória ao grupo liderado por Saad Hariri.
2009	Toma posse Governo de União Nacional.
2011	Queda do Gabinete de Saad Hariri.
2011	Formação do Gabinete de Najib Mikati.
2012	Declaração de Baabda, que conclama as forças políticas libanesas a dissociar-se do conflito sírio (junho).
2013	Najib Mikati renuncia ao cargo de Primeiro-Ministro, após críticas da base aliada, contrária à manutenção da antiga lei eleitoral (fevereiro).
2014	Tammam Salam consegue formar seu gabinete no formato 8-8-8 (fevereiro)

RELAÇÕES BILATERAIS

1876	Visita de D. Pedro II ao atual Líbano, então parte do Império Otomano
1880	Primeiros contingentes significativos de imigrantes libaneses chegam ao Brasil, predominantemente cristãos
1920	Abertura do Consulado do Brasil em Beirute
1937	O Consulado do Brasil torna-se Consulado-Geral
1945	Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a independência do Líbano
1946	O Consulado-Geral do Brasil passa a Legação
1954	Visita oficial do Presidente da República Libanesa, Sr. Camille

	Chamoun, ao Brasil
1954	Abertura de Embaixada libanesa no Rio de Janeiro
1954	Abertura de Embaixada brasileira em Beirute
1961	Transferência da Embaixada libanesa para Brasília
1961	Abertura do Consulado Honorário em Trípoli, desativado em 1991 e reativado em 1994
1975	Início da Guerra Civil no Líbano, que marca também o começo de nova onda de imigrantes do país para o Brasil, dessa feita com grande participação de muçulmanos
1995	Visita oficial do Primeiro Ministro libanês ao Brasil, Sr. Rafik Hariri
1996	Visita ao Brasil do Presidente da Assembléia Nacional libanesa, Sr. Nabih Berry
1997	Visita oficial do Presidente da República libanesa, Sr. Elias Hraoui, ao Brasil
1997	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luis Felipe Lampreia, ao Líbano
2003	Visita de Estado do Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao Líbano
2003	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano
2003	Visita oficial de Rafik Hariri, Primeiro Ministro libanês, ao Brasil
2005	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano
2005	Visita oficial do Primeiro Ministro libanês, Najib Mikati, ao Brasil
2006	Abertura do Consulado-Geral do Brasil em Beirute
2006	Visita do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad
2006	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano, no contexto da guerra entre Israel e o Hezbollah
2009	Visita do Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, com Deputados Jorge Tadeu Mudalem e Jorge Maluly Filho
2009	Visita do Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto
2009	Visita do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro César Asfor Rocha
2009	Visita do Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa
2010	Visita de Estado do Presidente da República Libanesa, General Michel Sleiman
2011	Visita do Sr. Vice-Presidente da República, Michel Temer, ao

	Líbano.
2011	Inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano
2012	Visita do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, ao Líbano
2013	O Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho visita o país para participação na 4ª Conferência da Rede Árabe contra Corrupção e pela Transparência.
2013	Visita ao Brasil do Cardeal Bechara Boutros Rai, Patriarca da Igreja Maronita

ANEXO II: ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO NO D.O.U.
Programa Executivo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano para o Período de 2006 a 2009	27/2/2006	27/2/2006	22/03/2006
Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate as Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins	4/12/2003	31/03/2008	14/03/2008
Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo	4/12/2003	15/05/2006	08/09/2006
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	4/12/2003	23/02/2006	05/04/2006
Acordo sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário	4/10/2002	Aprovado pelo Congresso Nacional em 2006 Aguarda-se aprovação pelo Parlamento libanês	
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	4/10/2002	1/11/2011	20/02/2013
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal	4/10/2002	Aprovado pelo Congresso Nacional em 2006 Aguarda-se aprovação pelo Parlamento libanês	

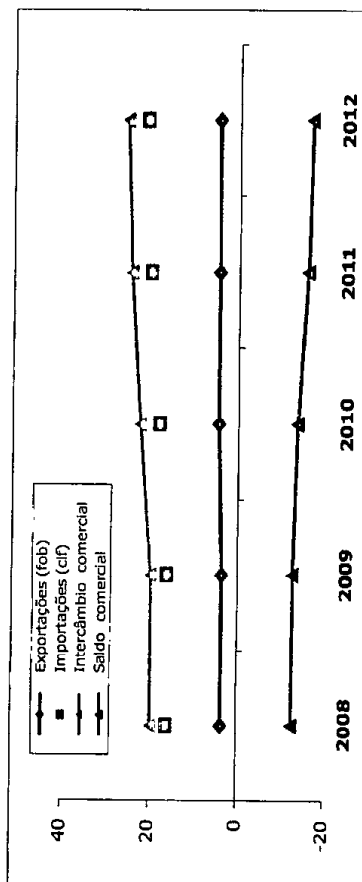
Tratado de Extradicação entre o Brasil e o Líbano	4/10/2002	Aprovado pelo Congresso Nacional em 2008 Aguarda-se aprovação pelo Parlamento libanês	
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	4/2/1997	3/11/2002	22/11/2002
Acordo sobre Serviços Aéreos	4/2/1997	3/3/1998	24/04/1998
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	12/05/1954	16/01/1957	21/03/1957

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior US\$ bilhões

Discriminação	2 0 0 8	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	Var. % 2008-2012
Exportações (fob)	3,48	3,48	4,25	4,27	4,45	27,8%
Importações (cif)	16,14	16,23	17,97	20,16	21,15	31,0%
Intercâmbio comercial	19,61	19,72	22,22	24,43	25,59	30,5%
Saldo comercial	-12,66	-12,75	-13,72	-15,90	-16,70	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2014.
(n.c.) Dado não calculado.



O comércio exterior do país apresentou, em 2012, crescimento de 30,5% em relação a 2008, de US\$ 19,61 bilhões para US\$ 25,59 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 87º mercado mundial, sendo o 114º exportador e o 71º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 16,7 bilhões em 2012.

Direção das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2	Part. % no total	10 principais destinos das exportações
África do Sul	864,7	19,4%	África do Sul 19,4%
Suíça	547,5	12,3%	Suíça 12,3%
Arábia Saudita	350,9	7,9%	Arábia Saudita 7,9%
Emirados Árabes Unidos	347,1	7,8%	Emirados Árabes Unidos 7,8%
Síria	294,0	6,6%	Síria 6,6%
Turquia	210,4	4,7%	Turquia 4,7%
Jordânia	156,9	3,5%	Jordânia 3,5%
Bélgica	141,2	3,2%	Bélgica 3,2%
Catar	111,4	2,5%	Catar 2,5%
Egito	80,1	1,8%	Egito 1,8%
...			
Brasil	11,21	0,3%	
Subtotal	3.115,4	70,1%	
Outros países	1.330,7	29,9%	
Total	4.446,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC Trademap, February 2014.

As vendas do país são direcionadas em grande parte para os vizinhos do Oriente Médio, que absorveu 40% do total. Individualmente, a África do Sul foi o principal destino das vendas libanesas com 19,4% do total em 2012. Seguiram-se: Suíça (12,3%); Arábia Saudita (7,9%); Emirados Árabes Unidos (7,8%); e Síria (6,6%). O Brasil posicionou-se no 47º lugar entre os compradores do Líbano, com 0,3% do total.

Origem das Importações
US\$ milhões

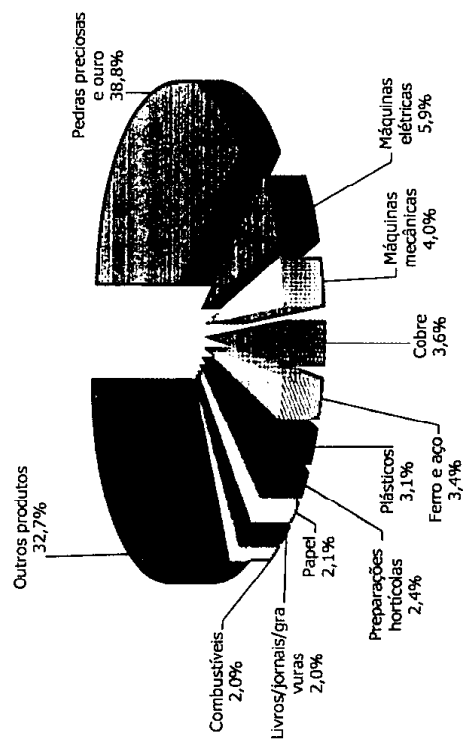
Descrição	2 0 1 2	Part. % no total	10 principais origens das importações
Estados Unidos	2.369,6	11,2%	Estados Unidos 11,2%
Itália	1.813,9	8,6%	Itália 8,6%
China	1.736,8	8,2%	China 8,2%
França	1.534,0	7,3%	França 7,3%
Alemanha	1.187,0	5,6%	Alemanha 5,6%
Turquia	962,5	4,6%	Turquia 4,6%
Grécia	890,9	4,2%	Grécia 4,2%
Egito	840,9	4,0%	Egito 4,0%
Kuaite	630,6	3,0%	Kuaite 3,0%
Reino Unido	515,7	2,4%	Reino Unido 2,4%
...			
Brasil	302,10	1,4%	
Subtotal	12.783,9	60,5%	
Outros países	8.362,6	39,5%	
Total	21.146,5	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2014.

Os países da União Europeia são os principais abastecedores do mercado libanês. Em 2012, somaram 38,7% do total, seguidos da Ásia com 32,7% e dos vizinhos do Oriente Médio com 18,5%. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal fornecedor de bens ao Líbano, com 11,2% do total. Seguiram-se: Itália (8,6%); China (8,2%); França (7,3%); Alemanha (5,6%); e Turquia (4,6%). O Brasil posicionou-se no 21º lugar entre os fornecedores do mercado libanês com 1,4% do total.

Principais grupos de produtos exportados

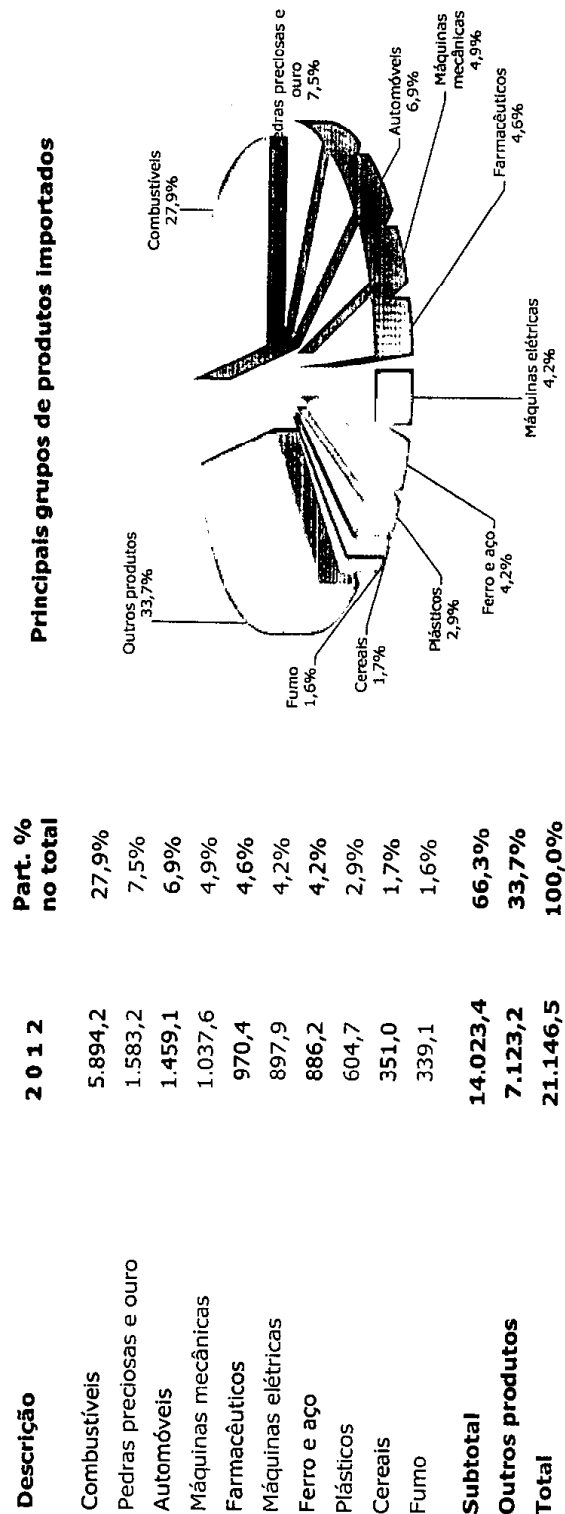
Descrição	2 0 1 2	Part. % no total
Pedras preciosas e ouro	1.725,1	38,8%
Máquinas elétricas	261,6	5,9%
Máquinas mecânicas	178,5	4,0%
Cobre	161,2	3,6%
Ferro e aço	149,1	3,4%
Plásticos	136,1	3,1%
Preparações hortícolas	108,5	2,4%
Papel	92,2	2,1%
Livros/jornais/gravuras	89,8	2,0%
Combustíveis	89,7	2,0%
Subtotal	2.991,7	67,3%
Outros produtos	1.454,4	32,7%
Total	4.446,2	100,0%



Elaborado pelo MIRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2014.

A pauta de exportações libanesa é concentrada. Pedras preciosas e ouro (ouro em formas brutas ou semimanufaturados) foi o principal produto exportado pelo Líbano em 2012, representando 38,8% do total das vendas do país. Seguiram-se: máquinas elétricas (grupos eletrodomésticos e conversores rotativos elétricos) com 5,9%; Máquinas mecânicas (refrigeradores e congeladores, máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar, lavar, esmagar, moer, misturar ou amassar terras, pedras, minérios; máquinas para aglomerar ou moldar combustíveis minerais sólidos, pastas cerâmicas, cimento, gesso ou outras matérias minerais em pó ou em pasta; máquinas para fazer moldes de areia para fundição) com 4%.

Composição das importações US\$ milhões



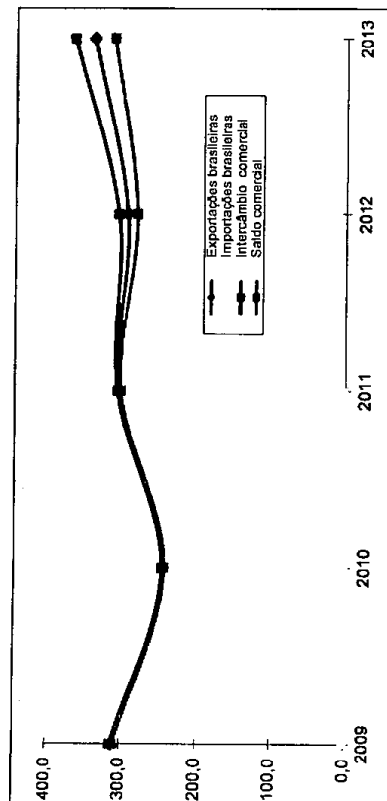
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2014.

A pauta de importações do Líbano em 2012 apresentou-se concentrada. Combustíveis (petróleo refinado e gases de petróleo) foram os principais itens da pauta e representaram 27,9% do total. Seguiram-se: pedras preciosas e ouro (ouro em bruto ou semimanufaturado e diamantes) com 7,5%; automóveis (carros de passeio, incluindo os "station wagon") com 6,9%; máquinas mecânicas (máquinas para processamento de dados, refrigeradores e congeladores, motores a diesel) com 4,9%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 3 (Jan)	2 0 1 4 (Jan)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	310,6	243,3	303,3	293,0	338,4	15,8	16,3	9,0%
Varição em relação ao ano anterior	13,4%	-21,7%	24,6%	-3,4%	15,5%	-31,0%	3,7%	
Importações brasileiras	1,4	1,7	2,0	11,9	26,3	0,08	0,13	1776,8%
Varição em relação ao ano anterior	-97,4%	18,4%	21,7%	490,9%	120,6%	-28,8%	66,5%	
Intercâmbio comercial	312,0	245,0	305,3	305,0	364,8	15,8	16,5	16,9%
Varição em relação ao ano anterior	-4,7%	-21,5%	24,6%	-0,1%	19,6%	-31,0%	4,0%	
Saldo comercial	309,2	241,7	301,2	281,1	312,1	15,7	16,2	0,9%

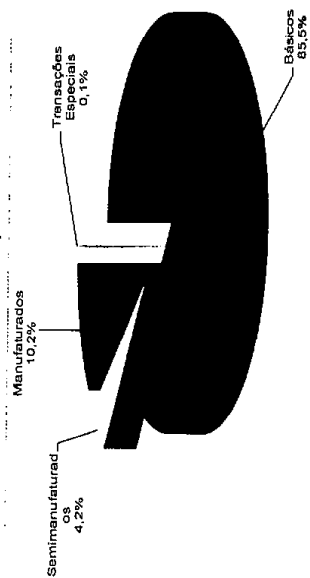
Elaborado pelo MARE/PRYD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcavata.



O Líbano foi o 7º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,1% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 16,9%, de US\$ 312 milhões para US\$ 364,8 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 9% e as importações mais de 1.000%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 312,1 milhões em 2013.

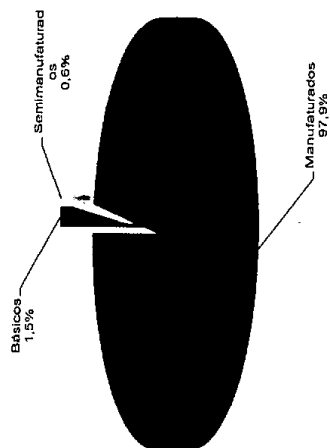
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 85,5% do total em 2013, com destaque para animais vivos, carnes e café. Os manufaturados posicionaram-se em seguida com 10,2% (açúcar refinado e preparações de carne) e os semimanufaturados, com 4,2% (açúcar de cana).

Importações (2012 - última posição disponível em 24/02/2014)



Os produtos manufaturados somaram 97,9% da pauta de importações em 2012, representados sobretudo pela compra de superfosfato. Os básicos posicionaram-se em seguida com 1,5%.

Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1		2 0 1 2		2 0 1 3	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Animais vivos	71,9	63,9	114,7	33,9%	114,7	33,9%
Carnes	108,3	97,1	104,6	30,9%	104,6	30,9%
Café, chá, mate e especiarias	60,9	63,9	60,0	17,7%	60,0	17,7%
Açúcar	14,5	21,7	22,1	6,5%	22,1	6,5%
Frutas	6,3	7,2	6,3	1,9%	6,3	1,9%
Preparações de carne	3,2	3,6	4,1	1,2%	4,1	1,2%
Fumo	0,0	5,1	3,6	1,1%	3,6	1,1%
Preps alimentícias diversas	3,8	3,1	3,3	1,0%	3,3	1,0%
Calçados	4,3	3,9	2,5	0,7%	2,5	0,7%
Máquinas mecânicas	4,4	5,4	2,0	0,6%	2,0	0,6%
Subtotal	277,4	275,0	323,2	95,5%	323,2	95,5%
Outros produtos	25,8	18,1	15,2	4,5%	15,2	4,5%
Total	303,3	293,0	338,4	100,0%	338,4	100,0%

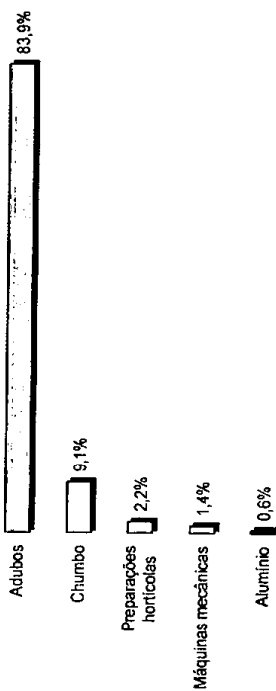
Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

Os animais vivos (animais vivos da espécie bovina, bovinos vivos, búfalos) foram os principais produtos brasileiros exportados para o Líbano em 2013 e representaram 33,9% do total das vendas para aquele país. Seguiram-se: carnes (carnes de bovino, frango e suíno congeladas) com 30,9%; café e mate (17,7%); açúcar (açúcar de cana e açúcar refinado) com 6,5%; frutas (castanha de caju) com 1,9%.

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011		2012		2013	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Adubos	0	9,746	22.063	83,9%		
Chumbo	0	0	2.404	9,1%		
Preparações hortícolas	667	749	568	2,2%		
Máquinas mecânicas	216	2	368	1,4%		
Alumínio	1	0	164	0,6%		
Subtotal	883	10.497	25.567	97,2%		
Outros produtos	1.135	1.432	744	2,8%		
Total	2.019	11.929	26.311	100,0%		

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

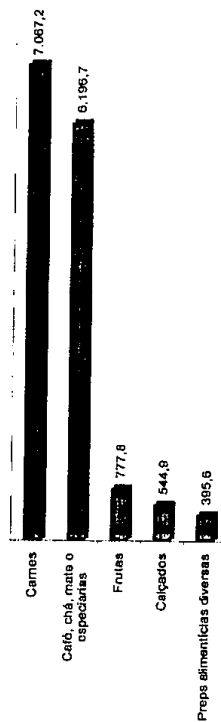
Adubos (superfosfato) foram os principais produtos comprados pelo Brasil originários do Líbano em 2013, representando 83,9% do total das compras, seguidos por chumbo em forma bruta refinado (9,1%).

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (Jan)	Part. % no total	2 0 1 4 (Jan)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	5.232	33,2%	7.067	43,3%
Café, chá, mate e especiarias	4.209	26,7%	6.197	37,9%
Frutas	0	0,0%	778	4,8%
Calçados	441	2,8%	545	3,3%
Preps alimentícias diversas	166	1,1%	396	2,4%
Subtotal	10.049	63,8%	14.982	91,7%
Outros produtos	5.705	36,2%	1.351	8,3%
Total	15.754	100,0%	16.333	100,0%

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (Jan)	Part. % no total	2 0 1 4 (Jan)	Part. % no total
Importações				
Açúcar	0,0	0,0%	45,8	35,2%
Preps. produtos hortícolas	18,3	23,4%	38,2	29,3%
Café, chá, mate e especiarias	1,8	2,3%	10,8	8,3%
Gorduras/óleos	2,9	3,7%	9,3	7,2%
Preps. alimentícias diversas	3,5	4,5%	8,0	6,2%
Obras diversas	0,0	0,0%	6,8	5,3%
Madeira	0,0	0,0%	4,7	3,6%
Preparações de cereais	1,8	2,3%	1,9	1,5%
Preparações hortícolas	1,5	1,9%	1,8	1,4%
Libros, jornais, gravuras	0,0	0,0%	1,4	1,1%
Subtotal	29,7	38,1%	128,6	98,9%
Outros produtos	48,4	61,9%	1,4	1,1%
Total	78,1	100,0%	130,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Akceweb.

Aviso nº 157 - C. Civil.

Em 12 de maio de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Atenciosamente,


ALQIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 43/5/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 12' ' ' /2014

2



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

RELATÓRIO Nº _____, DE 2014

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 42, de 2014 (nº 104, de 12 de maio de 2014, na origem), da Presidente da República, que [submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.](#)

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em atendimento aos termos da Resolução nº



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado nasceu em 7 março de 1949, em Belo Horizonte – Minas Gerais. É filho de Wanderley Gomes Brandão e Circéa Diniz Brandão.

Concluiu, em 1972, o curso de Direito, na Universidade Federal Fluminense. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1972) e, ainda, o Curso de Altos Estudos (1991), tendo defendido a tese intitulada “Perspectivas de Independência da Guiana Francesa.”

Em 1974, foi nomeado Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1978, Primeiro-Secretário em 1980, Conselheiro em 1987, Ministro de Segunda Classe em 1993 e Ministro de Primeira Classe em 2000, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Chefe de delegação da I Reunião do Clube de Paris para a renegociação da dívida da Polônia (1990); Chefe da Divisão do Mercosul (1992-1994); Chefe de delegação da I Reunião Extraordinária da Comissão de Recursos Fitogenéticos da FAO, Roma (1994); Chefe de delegação da V Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig (1996); Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (1997-2001); Chefe de delegação da I Reunião Bilateral Brasil/Cuba sobre Direitos Humanos e Temas Sociais, Havana (1999); Chefe de delegação da V Conferência Anual dos Estados-Partes da Convenção de Ottawa, Bangcoc (2003); Chefe da Assessoria



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2005-2008); e Chefe de delegação do III Fórum de Governança da Internet, Hyderabad (2008).

Exerceu, ainda, os cargos de Primeiro-Secretário na Embaixada em Washington (1981) e na Embaixada em Maputo (1981-1983); Conselheiro na Embaixada em Paris (1992); Embaixador na Embaixada em Bangcoc (2001-2005) e, cumulativamente, junto ao Laos (2001), ao Reino da Camboja (2002), à República Popular de Myanmar (2002); Embaixador em Nova Delhi (2008-2011) e, cumulativamente, em Katmandu, no Nepal, e Maleh, nas Maldivas. Desde 2012, ocupa a posição de Embaixador no Cairo.

Foi agraciado com as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Aeronáutico, Ordem do Mérito Militar, ambas no Brasil, no grau de Oficial; Ordem Nacional do Mérito, na França, também no grau de Oficial; Ordem do Mérito Naval, no Brasil, no grau de Comendador; Ordem de Rio Branco, no Brasil, no grau de Grã-Cruz; entre outras.

O currículo traz, ainda, publicações de autoria do indicado, com destaque para: “O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e seu Aperfeiçoamento no Limiar do Século XXI”, em: *Direitos Humanos no Século XXI*, organizado por Samuel Pinheiro Guimarães e Paulo Sérgio Pinheiro, IPRI, São Paulo, 1998; e “A Declaração Universal dos Direitos Humanos – Monumento Permanente” em: *Cinquenta Anos da Declaração*



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Universal dos Direitos Humanos, série Pesquisas, vol. 11, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, 1998.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Socialista do Vietnã. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos do país, sua política interna e externa e economia.

Cuida-se de república socialista parlamentarista, com sistema unipartidário e Poder Legislativo unicameral. Vale destacar que, em novembro de 2013, a Assembleia Nacional aprovou revisão da Constituição, cujo texto passou a incluir menção a direitos fundamentais. Porém, foi ratificado o papel central do Estado na economia e a liderança do Partido Comunista.

Cumprir registrar que, desde 1986, dada as dificuldades enfrentadas após a crise da União Soviética, o Vietnã adota a estratégia denominada “Renovação” (*Doi Moi*, em vietnamita), voltada para um modelo de abertura que se assemelha ao chinês, com sistema político centralizado e abertura econômica ao exterior. Apesar da relativa estabilidade política, o país enfrenta desafios como o declínio do crescimento econômico, a corrupção, o acirramento da desigualdade e os conflitos entre governo e minorias étnicas.

Brasil e Vietnã estabeleceram relações diplomáticas em 1989, tendo a embaixada brasileira em Hanói sido aberta em 1994 e a vietnamita em Brasília no ano de 2000.



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Apesar de aquém de seu potencial, é digno de nota o crescimento do comércio bilateral, o qual, de 2003 a 2013, saltou de US\$ 47,1 milhões para US\$ 2,3 bilhões. As exportações brasileiras concentram-se em produtos de menor valor agregado, sendo que muitos deles são usados como insumo para as exportações vietnamitas. A pauta de exportações brasileira conta com sementes e grãos; cereais; resíduos industriais alimentares; ferro fundido, ferro e aço; algodão; peles e couros; fumo; carnes; e madeira. Já a pauta de importações contém máquinas elétricas; calçados; pescados; máquinas mecânicas; borracha; e fibras sintéticas/artificiais.

A aproximação entre os dois países parece ser impulsionada pelo apreço do Vietnã à capacidade revelada pelo Brasil para conciliar crescimento doméstico com políticas de inclusão social, bem como para influenciar em discussões de relevantes temas regionais ou globais. Assim, o Vietnã externou apoio oficial ao Brasil em situações que vão desde a sua candidatura ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, passando pela candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, até a aproximação brasileira com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). De nossa parte, houve apoio à eleição do Vietnã para o assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio 2008-2009; à sua adesão à Organização Mundial do Comércio; e, mais recentemente, à sua eleição para o Conselho de Direitos Humanos.



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada,
não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

6



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 42, DE 2014

(Nº 104/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Os méritos do Senhor Marco Antonio Diniz Brandão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de maio de 2014.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma caligrafia fluida e elegante.

EM Nº 00210/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 29 de abril de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

EM nº 00210/2014 MRE

00001.001386/2014-71

Brasília, 29 de Abril de 2014

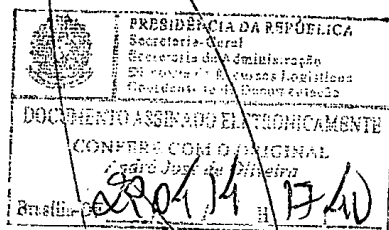


Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO

CPF.: 307.243.847-15

ID.: 5303 MRE

1949 Filho de Wanderley Gomes Brandão e Circéa Diniz Brandão, nasce em 7 de março, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1972 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense

1991 CAE - IRBr, Perspectivas de Independência da Guiana Francesa

Cargos:

1972 CPCD - IRBr

1974 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário, por merecimento

1980 Primeiro-Secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2000 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1974-1976 Divisão de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assistente

1975 Embaixada em Bissau, Terceiro-Secretário em missão transitória

1976-1977 Divisão da África II, assistente

1977-1981 Embaixada em Washington, Terceiro, Segundo e Primeiro-Secretário

1981-1983 Embaixada em Maputo, Primeiro-Secretário

1983-1985 Divisão das Nações Unidas, assistente

1985-1987 Ministério da Fazenda, Coordenador de Comunicação Social

1987-1989 Secretaria de Imprensa do Gabinete, Subchefe

1989-1992 Embaixada em Paris, Conselheiro

1990 I Reunião do Clube de Paris para a renegociação da dívida da Polônia, Chefe de delegação

1992-1994 Divisão do Mercosul, Chefe

1994-1996 Embaixada em Roma, Representação Junto à FAO, Ministro-Conselheiro

1994 I Reunião Extraordinária da Comissão de Recursos Fitogenéticos da FAO, Roma, Chefe de delegação

1996 Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre Recursos Fitogenéticos, Bogotá, Chefe de delegação

1996 XII Sessão Extraordinária do Conselho da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV), Roma, Chefe de delegação

1996 V Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig, Chefe da delegação

1997-2001 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretor-Geral

1999 I Reunião Bilateral Brasil/Cuba sobre Direitos Humanos e Temas Sociais, Havana, Chefe de delegação

2001-2005 Embaixada em Bangkok, Embaixador

2001 Embaixada junto ao Laos, Embaixador cumulativo

2002 Embaixada junto ao Reino da Camboja, Embaixador, cumulativo

2002 Embaixada junto a República Popular de Myanmar, Embaixador cumulativo

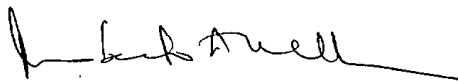
- 2003 V Conferência Anual dos Estados-Partes da Convenção de Ottawa, Bangkok, Chefe de delegação
2003 II Conferência Internacional de Autoridades Organizadoras de Eleições, Chiang Mai, Chefe de delegação
2005-2008 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe
2008-2011 Embaixada em Nova Delhi, Embaixador
2008 III Fórum de Governança da Internet, Hyderabad, Chefe da Delegação
2009 Embaixada em Katmandu, Nepal, Embaixador cumulativo
2009 Embaixada em Maleh, Maldivas, Embaixador cumulativo
2012- Embaixada no Cairo, Embaixador

Condecorações:

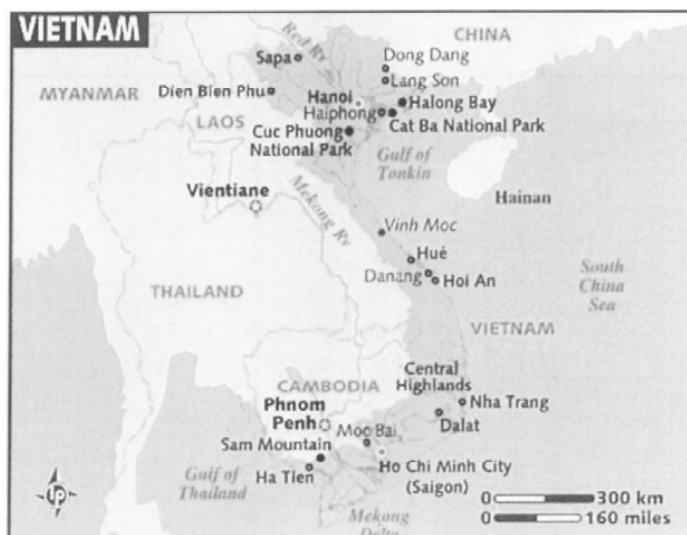
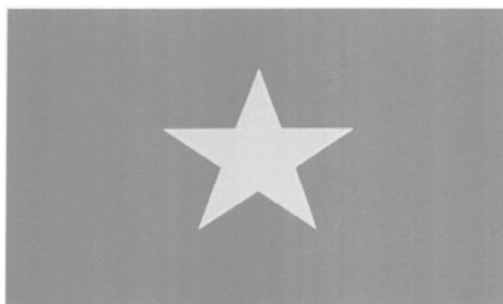
- 1988 Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, 2a. Classe
1988 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1989 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1991 Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
1999 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2005 Most Exalted Order of the White Elephant, Tailândia, Grã-Cruz

Publicações:

- 1993 Uma Avaliação do Processo Negociador, in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial dos Dois anos do Tratado de Assunção, GETEC/MRE, Brasília, março
1998 A Política Exterior dos Direitos Humanos, com Ana Cândida Perez, in Textos do Brasil, ACS/MRE, Ano II, n.6, Brasília, maio/agosto
1998 A Declaração Universal dos Direitos Humanos - Monumento Permanente, in Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, série Pesquisas, vol.11, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo.
1998 O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e seu Aperfeiçoamento no Limiar do Século XXI, com Benoni Belli, in Direitos Humanos no Século XXI, org. Samuel Pinheiro Guimarães e Paulo Sérgio Pinheiro, IPRI, São Paulo.



ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**VIETNÃ**

Informação para o Senado Federal
Abril de 2014

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Socialista do Vietnã
CAPITAL	Hanói
ÁREA	331.210 km ² (pouco menor que o estado do Maranhão)
POPULAÇÃO (2013)	89,7 milhões
IDIOMA OFICIAL	Vietnamita
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Segundo dados oficiais, a maior parte da população (80%) não têm religião
SISTEMA POLÍTICO	República socialista parlamentarista; sistema unipartidário
PODER LEGISLATIVO	Unicameral: Assembleia Nacional, com 500 membros
LÍDER POLÍTICO	Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nguyen Phu Trong (desde jan/11)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Truong Tan Sang (desde jul/11)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Nguyen Tan Dung (desde jun/06)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vice-Primeiro-Ministro Pham Binh Minh (desde ago/11)
PIB nominal (2013)	US\$ 170 bilhões – FMI
PIB PPP (2013)	US\$ 359 bilhões – FMI
PIB nominal per capita (2013)	US\$ 1.896 – FMI
PIB PPP per capita (2013)	US\$ 4.001 – FMI
IDH	0,617, 127º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (anos)²	75,4 (Brasil: 73,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	93,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	4,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Dong
EMBAIXADOR NO BRASIL	Sr. Nguyen Van Kien (desde out/13)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	36 indivíduos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) Fonte: MDIC

BRASIL → VIETNÃ	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-mar)	2014 (jan-mar)
Intercâmbio	47,1	69,8	109,3	204,6	323,3	534,6	564,4	937,0	1.440,9	1.639,7	2.333,2	475,7	675,2
Exportações	25,0	37,9	61,6	129,0	216,3	334,5	344,9	463,3	794,0	822,6	1.192,3	220,2	295,4
Importações	22,1	31,9	47,7	75,6	107,0	200,1	219,6	473,6	646,9	817,2	1.140,8	255,5	379,7
Saldo	2,9	6,0	13,8	53,5	109,4	134,4	125,3	-10,3	147,1	5,4	51,4	-35,3	-84,3

PERFIS BIOGRÁFICOS**NGUYEN PHU TRONG**

(pronúncia: nguien fu tchong)

Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã



Nascido em 1944, em Hanói, tem Doutorado em Ciência Política e graduação em Literatura e Linguística.

Durante o 11º Congresso Nacional do Partido Comunista do Vietnã (PCV), em janeiro de 2011, ascendeu ao cargo de Secretário-Geral do PCV, o mais elevado na estrutura política do país. Anteriormente, entre 2006 e 2011, presidiu a Assembleia Nacional.

Seu antecessor, Nong Duc Manh, visitou o Brasil em maio de 2007.

A Presidenta Dilma Rousseff conheceu o Sr. Nguyen Phu Trong, então Presidente da Assembleia Nacional, na visita de Estado do então Presidente Lula ao Vietnã, em 2008.

TRUONG TAN SANG
(*pronúncia: tchuong tan sang*)
Presidente



Nascido em 21 de janeiro de 1949, em Đức Hòa, Vietnã. É formado em Direito.

Chefiou o Departamento de Florestas de Ho Chi Minh de 1983 a 1986, vindo a tornar-se vice-prefeito da cidade em 1992. Entrou para o Politburo em 1996.

Foi eleito presidente pela Assembleia Nacional em julho de 2011, com 97,4% dos votos. Antes de assumir a atual posição, foi, de 2006 a 2011, Secretário-Executivo do Partido Comunista do Vietnã (nº 2 na hierarquia do PCV).

Visitou o Brasil em abril de 2005, na condição de membro do Politburo e de Presidente da Comissão Econômica do PCV.

NGUYEN TAN DUNG
(pronúncia: *nguien tan zung*)

Primeiro-Ministro



Nascido em 17 de novembro de 1949, em Ca Mau, no Sul do Vietnã. Formou-se em Direito e cursou pós-graduação em Ciência Política. Ademais de Primeiro-Ministro, exerce funções de membro do Comitê Central do PCV; membro do Politburo do PCV; e Deputado da Assembleia Nacional.

Ingressou na Frente Nacional para a Libertação do Vietnã, braço do exército regular do Vietnã do Norte, aos doze anos de idade. Serviu no exército até 1981, tendo entrado no PCV em 1967. É uma das autoridades mais condecoradas do Vietnã, tendo recebido, por exemplo, seis títulos de “bravo combatente”. Assumiu vários cargos de chefia da Equipe Médica Militar. Foi ferido quatro vezes em batalhas.

Ocupou, entre outros, os cargos de Vice-Ministro do Interior; Presidente do Banco Estatal do Vietnã (Banco Central); Presidente do Conselho Estatal de Finanças; e Chefe da Direção Nacional para Renovação (privatização) das empresas estatais.

É o Primeiro-Ministro desde 2006, tendo sido reeleito em 2011.

Em novembro de 2010, à margem da Cúpula do G-20, em Seul, o então Presidente Lula e a Presidenta-eleita Dilma Rousseff encontraram-se com o Primeiro-Ministro Dung.

PHAM BINH MINH*(pronúncia: fam bing ming)**Ministro dos Negócios Estrangeiros*

Nasceu em 26 de março de 1959, na província de Nam Dinh. É Mestre em Direito e Relações Internacionais. É filho de Nguyen Co Thach, que ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros por mais tempo na história do país, entre 1980 e 1991. É o Ministro dos Negócios Estrangeiros desde julho de 2011.

Conduziu as negociações que levaram à acessão do Vietnã à OMC e ao assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU, no período 2014-2016, questões prioritárias para o Vietnã em que contou com o apoio do Brasil.

No âmbito partidário, tornou-se membro alterno do Comitê Central em 2006 e membro pleno em 2009. Não integra, ainda, o Politburo.

Diplomata de carreira, assumiu o Posto de Chanceler em agosto de 2011, após exercer funções no exterior (foi Vice-Representante na Delegação junto à ONU, entre 1999 e 2001, e Ministro-Conselheiro em Washington, de 2001 a 2003), e na Chancelaria.

Pham Binh Minh esteve no Brasil em maio de 2010, ainda como Vice-Chanceler, quando chefiou a delegação vietnamita à V Reunião de Consultas Políticas. Participou do segmento ministerial da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali, em novembro de 2011, que também contou com a presença do então Ministro Antonio de Aguiar Patriota. Encontrou-se com o então Ministro Antonio Patriota em Hanói, em julho de 2012.

Tornou-se um dos cinco Vice-Primeiros-Ministros em novembro de 2013.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Vietnã foram estabelecidas em 1989 (em 2014, portanto, celebram 25 anos). A Embaixada em Hanói foi aberta em 1994 e a do Vietnã, em Brasília, em 2000.

As relações distinguem-se, sobretudo, pela notável trajetória do comércio bilateral, que saltou de US\$ 47,1 milhões para US\$ 2,3 bilhões, de 2003 a 2013. No entanto, as trocas ainda estão aquém de seu potencial, e a pauta comercial segue concentrada, do lado das exportações brasileiras, em produtos de menor valor agregado (grãos respondem por quase 70%).

Na ótica vietnamita, muitas de nossas políticas públicas poderiam ser aplicadas ao país, o que se reflete na grande quantidade de visitas ao Brasil (as mais altas autoridades do Partido, do Executivo e do Parlamento já estiveram no País) e de delegações parlamentares, acadêmicas e técnicas, em áreas variadas, como previdência social, proteção do meio ambiente, eficiência energética, relações de trabalho, preparação de quadros negociadores na OMC, entre outras. Hanói demonstra também grande apreço pela capacidade revelada pelo Brasil de conciliar o crescimento doméstico e a abertura econômica ao exterior com políticas bem-sucedidas de inclusão social.

No plano diplomático, o Vietnã vê no Brasil um ator global, com capacidade de influir na discussão de temas regionais e grandes questões internacionais de seu interesse. Na OMC, o Vietnã necessitará de quadros técnicos capacitados, que certamente se beneficiariam da experiência brasileira, sobretudo em solução de controvérsias. Nesse sentido, em 2013, diplomatas vietnamitas participaram de curso, oferecido pelo Brasil, sobre negociações multilaterais na área comercial.

Essa percepção favorável explica as reiteradas manifestações de interesse do Vietnã em estreitar suas relações com o Brasil, de que são exemplo o apoio oficial às candidaturas brasileiras a um assento permanente num Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) reformado; a um assento não-permanente para o biênio 2010-2011, para o qual fomos eleitos; e à candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. O país apoiou, com entusiasmo, a aproximação do Brasil com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Essa atitude decorre do reconhecimento de que o Brasil se afirma como interlocutor de primeira grandeza no cenário internacional.

O Brasil tem procurado corresponder aos gestos de aproximação do lado vietnamita. Em 2008, o ex-Presidente Lula realizou visita ao Vietnã, acompanhado por vários Ministros, dentre eles a então Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Mais recentemente, a Sra. Presidenta da República programou visita ao Vietnã, em junho de 2013, a qual teve de ser suspensa à última hora, por razões de ordem interna. Em novembro de 2010, à margem da Cúpula do G-20, em Seul, o então Presidente Lula e a Presidenta-eleita Dilma Rousseff encontraram-se com o Primeiro-Ministro vietnamita, Nguyen Tan Dung. Visitaram também o Vietnã o então Ministro Antonio Patriota (julho de 2012); o ex-Senador Heráclito Fortes, então Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado (2008); o então Chanceler Celso

Amorim (2008); o então Ministro Patrus Ananias (2008); o Deputado Aldo Rebelo, então Presidente do lado brasileiro do Grupo Parlamentar de Amizade e atual Ministro do Esporte (2003); e a então Subsecretária-Geral Política-II do MRE (novembro de 2010).

O Brasil apoiou a eleição vietnamita a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no biênio 2008-2009, para o qual o país foi eleito com maciço apoio. O País apoiou, também, o processo de adesão do Vietnã à OMC (consumado em janeiro de 2007). Mais recentemente, o Brasil apoiou a eleição do Vietnã ao Conselho de Direitos Humanos.

Pelo lado vietnamita, visitaram o Brasil o Presidente Tran Duc Luong (2004); o Presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Nguyen Van Na (2006); o Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista, Nong Duc Manh (2007); o Chanceler e Vice-Primeiro Ministro, Pham Gia Khiem (2008), chefiando a delegação vietnamita à I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN; o Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Do Huu Hao (2008 e 2009), chefiando a delegação vietnamita à I Reunião da Comissão Mista; o Ministro da Cultura, Esportes e Turismo, Hoang Tuan Na (2009); o então Vice-Chanceler, atual titular da pasta, Pham Binh Minh, chefiando a delegação vietnamita à V Reunião de Consultas Políticas (2010); o Vice-Ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (2011 e 2012); o Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh (2012), chefiando a delegação vietnamita à II Reunião da Comissão Mista; além de várias missões parlamentares e técnicas.

O Presidente do PC do B, Renato Rabelo, esteve no Vietnã em abril de 2013, a convite do PCV, quando manteve encontro com o Secretário Geral do Partido, Nguyen Phu Trong, e com membros do partido e de empresas estatais.

Brasil e Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (Consultas Políticas), cuja quinta reunião ocorreu em maio de 2010; e Comissão Mista, cuja segunda reunião ocorreu em abril de 2012.

Cabe menção, ainda, ao Grupo de Amizade Parlamentar Vietnã-Brasil, reativado em 2005. A seção brasileira é atualmente presidida pela Deputada Jô Moraes (PCdoB), e a seção vietnamita, pelo Sr. Ha Van Hien, líder do Comitê de Economia da Assembleia Nacional do Vietnã. Desde a sua formação, o grupo organizou três visitas do Vietnã ao Brasil.

O lado vietnamita fundou, em 2010, a Associação de Amizade e Cooperação Vietnã-Brasil, atualmente presidida pelo Vice-Ministro da Ciência e Tecnologia do Vietnã, Dr. Nguyen Van Lang. Em 2012, foi criada a seção brasileira da Associação, presidida pelo Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). A Associação tem buscado promover cooperação em áreas como educação (ensino do vietnamita), esporte (futebol), empresarial, cultural (divulgação de filmes), de defesa e turismo.

Temas de cooperação bilateral

Cooperação Técnica

O Vietnã vem se beneficiando de algumas iniciativas de cooperação técnica no âmbito do “Programa de Cooperação Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”. Nos últimos anos, foram enviados quatro técnicos vietnamitas ao Brasil para participarem dos seguintes módulos de capacitação:

- (i) Curso sobre Mudanças Climáticas Globais, Queimada e Incêndios Florestais, ministrado pelo IBAMA em setembro de 2011;
- (ii) Curso sobre Cadeia Produtiva da Malaco-Cultura com Ênfase em Reprodução, Cultivo e Beneficiamento de Moluscos Bivalves Marinhos, ministrado pelo Ministério da Pesca em outubro de 2011;
- (iii) Curso sobre Gestão Integrada de Recursos Hídricos, ministrado pela Agência Nacional de Águas em novembro de 2011; e
- (iv) Curso sobre Gestão Social da Cadeia Produtiva, ministrado pelo Ministério da Pesca em fevereiro de 2012.

Agricultura

O Vietnã desenvolve pesquisas próprias na área de biotecnologia e tem interesse na assinatura do Memorando de Entendimento de Cooperação em Agricultura. Dentre as áreas que poderão gerar cooperação, ressaltam arroz; café; soja; pecuária; maquinário agrícola; indústria florestal; pesca; e intercâmbio de espécies e sementes.

O Fundo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) financia no Vietnã o projeto “Estabelecimento de hub de produção de sementes de arroz”, em implementação na região de Da Nang. O projeto teve início em outubro 2012 e terá duração de dois anos. Sob execução pela agência da FAO no Vietnã, o projeto conta com orçamento de US\$ 529 mil.

Em setembro de 2012, visitou Brasília e Rio de Janeiro delegação da União dos Agricultores do Vietnã, quando manteve encontros com representantes do MDA, INCRA e CONTAG, com foco em reforma agrária.

O Ministério do Comércio do Vietnã apresentou, em maio de 2013, interesse em conhecer as principais políticas públicas brasileiras para o setor cafeeiro. Em seguida, o MAPA encaminhou informações ao lado vietnamita. O Vietnã é o segundo maior produtor mundial de café, após o Brasil.

Biocombustíveis

Embora tenha sido firmado em 2008, o instrumento bilateral sobre etanol ainda não teve implementação, o que poderá ocorrer após a assinatura e entrada em vigor do Acordo Básico de Cooperação Técnica. Foi realizada, em 2008, atividade isolada entre Brasil e Vietnã, intitulada “Missão de Prospecção na Área de Desenvolvimento

e Produção de Biocombustíveis com o Vietnã". Haveria interesse vietnamita em desenvolver projetos à base de cana-de-açúcar, como no Brasil, para o que abriria oportunidades às exportações de tecnologia e de equipamentos brasileiros.

O etanol é produzido no Vietnã, em caráter experimental, com base na mandioca. O consumo doméstico deverá crescer sobretudo a partir deste ano de 2014, quando a utilização obrigatória de gasolina contendo 5% de etanol (E5) começou a entrar em vigor nas grandes cidades.

Em abril de 2010, delegação da Comissão de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente da Assembleia Nacional do Vietnã realizou visita ao Brasil com o propósito de conhecer as experiências brasileiras nas áreas de eficiência e sustentabilidade energética.

No plano multilateral, o Vietnã é observador da Global Bioenergy Partnership (GBEP), iniciativa de que o Brasil é co-presidente e cujo principal objetivo é a criação de instrumentos que auxiliem a formulação de políticas públicas para garantir a sustentabilidade da produção de bioenergia. No âmbito desse grupo da GBEP, o Brasil sediou, na semana de 18 a 23 de março de 2013, em Brasília, a "Semana da Bioenergia", que contou com representantes vietnamitas. Ademais, o Vietnã é membro da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), com a qual o Brasil está negociando Memorando de Entendimento sobre Energias Renováveis.

Educação e cooperação acadêmica

Desde 2010, a Universidade de Hanói, uma das duas maiores universidades vietnamitas, conta com leitorado brasileiro. A leitora é responsável pela difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira.

Após a assinatura e entrada em vigor do Acordo de Cooperação Educacional, ora em negociação, o Vietnã poderá ser incluído nos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Por outro lado, pesquisadores vietnamitas podem concorrer a bolsas do Ciência sem Fronteiras que admitem a vinda de acadêmicos estrangeiros de alto nível para lecionar ou pesquisar no Brasil. Um projeto de pesquisador vietnamita já foi agraciado com a bolsa Jovens Talentos.

Existe, ademais, Memorando de Entendimento entre o IPEA e a Academia de Ciências Sociais do Vietnã (VASS), assinado durante a visita do então Presidente do IPEA, em 2010, o qual prevê a cooperação com base na troca de informações, experiências e pesquisadores. Em junho de 2011, dois pesquisadores do IPEA estiveram no Vietnã para participar de seminário sobre sistema de georeferenciamento de dados e sobre a experiência brasileira no combate à inflação. Posteriormente, o VASS demonstrou interesse em conhecer experiência brasileira sobre o uso da terra, mecanismos de desapropriação, bem como a situação fundiária no campo brasileiro.

Temas sociais

Em abril de 2012, foi assinado o Plano de Ação para implementação do Memorando de Entendimento sobre a Luta contra a Fome e a Pobreza, durante a visita ao Brasil do Vice-Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais do Vietnã, Doan Mau Diep. Entre outras medidas, o documento contempla programas de desenvolvimento social e a proteção da infância.

O Ministério do Desenvolvimento Social convidou a Parte vietnamita para participar das mais recentes edições do Seminário Internacional sobre Políticas Sociais para o Desenvolvimento, que ocorreu em Brasília, em agosto de 2012, março de 2013 e março de 2014, mas a Parte vietnamita não pôde participar.

Além das políticas de combate à pobreza, o Vietnã já demonstrou interesse em conhecer a estrutura, funcionamento e atribuições das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), o que poderia constituir nova área de cooperação bilateral.

Defesa

O Vietnã tem demonstrado, em diversas ocasiões, interesse em estabelecer cooperação com o Brasil na área de defesa.

Em outubro de 2013, a recém-criada Adidância de Defesa do Brasil em Jacarta, Indonésia, passou a ter cumulatividade sobre o Vietnã (cuja Adidância, até então, tinha sede em Pequim, na China).

Nos últimos anos, registraram-se algumas iniciativas na área, como a participação de oficiais vietnamitas em cursos oferecidos por academias militares brasileiras; a visita de oficiais do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) para treinamento em combate na selva, em 2009; e a visita operativa do navio de transporte de carros de combate, o NDCC Garcia D'Avila, para participar das cerimônias de comemoração dos 20 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, também em 2009. A última visita de alto nível na área militar entre os dois países ocorreu em 2003, com a viagem oficial do então Ministro da Defesa vietnamita ao Brasil.

Entre abril e novembro de 2014, dois cadetes do Exército do Vietnã deverão participar do curso de língua portuguesa para oficiais estrangeiros do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), no Rio de Janeiro.

Esportes

Em maio de 2011, um treinador de futebol do Vietnã participou, a convite do Governo brasileiro, de Curso Internacional de Treinadores de Futebol, promovido em conjunto pelo MRE e pelo Sindicato de Treinadores Profissionais do Estado de São Paulo, com despesas custeadas pela Agência Brasileira de Cooperação.

Em 2013, o Diretor da empresa Equinox do Brasil esteve no Vietnã, entre outros países do sudeste asiático, em missão comercial na área esportiva, com destaque para as modalidades Futebol, Vôlei e Vôlei de Praia. A expertise do Brasil nestas modalidades é bastante admirada no sudeste asiático.

O intercâmbio de atletas, treinadores, preparadores físicos, entre outros profissionais, seria muito positivo para auxiliar no desenvolvimento destas modalidades na região e consolidar parcerias que adensassem o relacionamento com aquela região. Além disso, a transmissão do campeonato brasileiro nestes países poderia ser um primeiro passo para que os principais clubes brasileiros de futebol pudessem alcançar o mercado do sudeste asiático, contribuindo para a "internacionalização" e consequente aumento de suas receitas, por meio de venda de material esportivo, direitos de transmissão e amistosos com equipes locais durante a pré-temporada no Brasil.

Justiça

Reformas na área de justiça têm ganhado maior espaço nos debates políticos no Vietnã, que tem buscado a cooperação do Brasil na área. Nesse sentido, visitou o Brasil, em novembro de 2011, delegação chefiada pela Subsecretária Geral da Diretoria da Comissão Central de Reforma Jurídica do Partido Comunista do Vietnã (PCV) e membro do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã, Le Thi Thu Ba, que se encontrou com o então Presidente do STF, Ministro Cezar Peluso.

Saúde

No campo de saúde, as carências vietnamitas são parecidas com as brasileiras, particularmente, na área de doenças endêmicas. Em março de 2014, a Junta Diretora do Fundo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) aprovou projeto na área de saúde para o norte do Vietnã, no valor de US\$ 990 mil, com duração de dois anos. Os principais objetivos do projeto são: (i) Desenvolver estrutura para o ensino virtual na Universidade de Medicina de Haiphong; (ii) Facilitar o acesso à informação dos alunos da Universidade; (iii) Desenvolver e testar modelo de programa de treinamento virtual sobre doenças não transmissíveis e medicina marinha; (iv) Capacitar pelo menos 20 formadores universitários provinciais, 40 instrutores distritais, 80 equipes de saúde distritais e 160 equipes de saúde da comuna, na área do ensino virtual sobre doenças não transmissíveis e medicina marinha; e (v) Disseminar o conhecimento e ampliar o modelo para outros hospitais distritais da região.

Iniciativas na área de saúde também poderiam ser inseridas no contexto da implementação do Acordo de Cooperação em Saúde e Ciências Médicas, firmado em 2008, que prevê troca de informações; intercâmbio de cientistas, especialistas e delegações; participação em seminários; e cooperação em pesquisas científicas. No campo regional, ressaltam as recentes iniciativas, tomadas do âmbito da ASEAN, de combate à dengue (em parceria com a OMS) e à AIDS (sob responsabilidade da "ASEAN Task Force on AIDS").

Assuntos consulares

A Rede Consular Brasileira no Vietnã é composta pela Embaixada do Brasil em Hanói e pelo Consulado Honorário em Ho Chi Minh. Estima-se em 36 o número de brasileiros residentes no país. Não há brasileiros presos no Vietnã.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Vietnã.

POLÍTICA INTERNA

O regime político vietnamita é marcado pela primazia do Partido Comunista do Vietnã (PCV), que constitui, por preceito constitucional, “a força que lidera o Estado e a sociedade”. Encabeçam o governo o Secretário-Geral do PCV, Nguyen Phu Trong; o Presidente, Truong Tan Sang; e o Primeiro-Ministro, Nguyen Tan Dung. O Presidente da República (Chefe de Estado) e o Primeiro-Ministro (Chefe de Governo) têm mandatos de cinco anos, renováveis uma vez.

O Poder Legislativo é unicameral, constituindo-se da Assembleia Nacional, com 500 membros e mandatos de cinco anos. Exerce três funções principais: legislar, decidir sobre questões nacionais importantes e exercer supervisão sobre as atividades do Estado. É responsável por indicar o Presidente da República e o Gabinete, incluindo o Primeiro-Ministro. Na atual legislatura (2011-2016), 458 deputados pertencem ao PCV, enquanto 42 deputados são independentes. 24% dos membros são mulheres. Os candidatos são previamente aprovados pelo PCV (nas últimas eleições, concorreram 827 candidatos para as 500 vagas). As próximas eleições gerais ocorrerão em 2016.

Cerca de 25% dos parlamentares na Assembleia Nacional são mulheres. Também são mulheres a Vice-Presidente da República, a Vice-Presidente da Assembleia Nacional, além de Ministras titulares em diversas pastas e de Vice-Ministras, uma das quais a das Relações Exteriores.

O Vietnã adota, desde 1986, estratégia intitulada “Renovação” (“Doi Moi”, em vietnamita), que constitui modelo de abertura semelhante ao chinês, no sentido de um sistema político centralizado, com abertura econômica ao exterior (comércio e investimentos). Embora o país desfrute de relativa estabilidade política, a atual conjuntura apresenta significativos desafios, como o declínio do crescimento econômico, a corrupção e a crescente desigualdade, vistas como consequências do processo de abertura econômica. Outro ponto de tensão é o conflito entre o governo e minorias étnicas.

Conjuntura

Entre os antigos dirigentes que deixaram seus cargos no Partido, após o 11º Congresso do PCV, em 2011, encontram-se o então Secretário-Geral e o então Presidente, que saíram por idade. Nguyen Phu Trong, que presidia a Assembleia Nacional, ascendeu ao cargo de Secretário-Geral do Partido. Nas eleições de 2011, foi eleita a maior representação militar na história do PCV, o que parece refletir preocupação oficial com questões de segurança interna e externa. As próximas eleições para a Assembleia Nacional ocorrerão em 2016.

O Primeiro-Ministro Nguyen Tan Dung foi sabatinado em novembro de 2012, pelo Plenário da Assembleia Nacional. Na ocasião, Dung foi publicamente instado a renunciar a seu cargo de Parlamentar. Esta foi a primeira vez em que um Primeiro-

Ministro vietnamita foi publicamente conclamado a renunciar – o que não se efetivou - evidenciando as divisões internas do governo unipartidário do país.

Em 2012, a Assembleia Nacional aprovou a realização anual de "voto de confiança" pelo Parlamento em relação às lideranças políticas. O objetivo é dispor de mecanismo que contribua para assegurar a permanência, nos cargos públicos, apenas de líderes capazes e qualificados (não-corruptos). A primeira sessão anual, em junho de 2013, resultou em um terço de votos negativos para o Primeiro-Ministro Dung. Entretanto, nos últimos meses, com o restabelecimento da tendência de aumento do crescimento econômico e com o anúncio de algumas medidas anti-corrupção, a posição do PM Dung tem-se tornado menos combatida.

Em outubro de 2012, o Secretário-Geral do PCV, Nguyen Phu Truong, fez discurso televisado, em que pediu desculpas à nação pelo desempenho da economia (que crescia cerca de 5% ao ano) e convocou Partido e Governo a se unirem para combaterem os efeitos da crise.

A Assembleia Nacional aprovou em novembro de 2013, após consultas populares, revisão da Constituição, que ficou mais curta. O texto final reafirma o papel central do Estado na economia e a liderança do Partido Comunista. Foram incluídos, pela primeira vez, direitos fundamentais na Carta, mas houve críticas quanto ao grau de liberdade de expressão e associação e à expectativa de reformas na área econômica.

A situação do campo (onde vivem 70% da população) é fragilizada por conflitos ligados a posse de terra. A poluição ambiental no campo, onde mais de 60% das áreas não possuem sequer coleta de lixo regular, tem dificultado a produção e reduzido a qualidade de vida da população. Ademais, é baixa a qualidade da educação, reduzindo as perspectivas profissionais. Como resultado, há insatisfação popular que culmina em protestos e greves (somente em 2013, foram registradas 136 greves no Vietnã, embora não exista direito de greve).

De acordo com a *Freedom House*, o Vietnã é o segundo país com menor liberdade política entre os 10 membros da ASEAN, atrás do Laos. Segundo a ONG Transparência Internacional, o índice de corrupção percebida no Vietnã foi o 116º mais alto do mundo, entre 177 países, em 2013 (o Brasil ficou na 72ª posição). De acordo com a ONG Repórteres sem Fronteira, é o país da ASEAN com menor liberdade de imprensa, em 2013 (172ª posição no mundo, entre 179 países).

O PCV estaria trabalhando no sentido de criar mecanismos de controle que inibam a corrupção e aperfeiçoem os meios existentes de detecção, investigação e punição quando a corrupção não puder ser evitada. Segundo o Secretário-Geral, o Comitê-Diretor Central Anti-Corrupção, criado no início de 2013, tem obtido resultados importantes no combate à corrupção, tendo despachado sete missões de trabalho a ministérios e governos-locais, incluindo agências judiciárias, com o fim de inspecionar investigações em curso, processos em andamento e julgamento de casos de corrupção que atraíram o interesse do público.

Em setembro de 2013, entrou em vigor decreto que criminaliza compartilhar nas redes sociais qualquer conteúdo de jornais ou de agências estatais do Vietnã. Como efeito prático, será ilegal ao usuário de internet vietnamita compartilhar

informação que não tenha caráter estritamente pessoal. O governo alega defender assim os direitos autorais.

Segundo fontes internacionais (como o *Financial Times*), há sinais inquietantes de aumento das desigualdades sociais, sobretudo, entre populações urbanas e rurais. Além disso, o Vietnã está ingressando na fase da "armadilha da renda média", para cuja superação terá, dentre outras medidas, de reduzir o peso das empresas estatais, sobre as quais recaem acusações de má administração. A superação da "armadilha da renda média" exigirá medidas que afetarão práticas consolidadas de ineficiência e corte de empregos, com potenciais efeitos sobre o nível de consumo. Trata-se, portanto, de momento delicado diante das características do regime de partido único, que supõe um alto grau de coesão interna.

Quadro histórico

O Vietnã tem uma longa história de busca de autonomia em relação ao domínio estrangeiro. Durante a maior parte do período entre 179 a.C. e 938 d.C., seu território foi dominado pela China, da qual permaneceu tributário em parte dos séculos seguintes. Em 1516, os portugueses chegaram à região. Após períodos de independência e vassalagem à China, a região passou a ser dominada, em 1858, pela França. Aos poucos, novos territórios passaram ao domínio francês, que fundou, em 1867, colônia no sul da Península, a Cochinchina. Em 1887, os atuais territórios do Vietnã e do Camboja compuseram a União Indochinesa, sob domínio francês. O Partido Comunista da Indochina foi fundado em 1930, por Ho Chi Minh, ainda durante o domínio francês.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Vietnã foi ocupado pelo Japão. Com o fim da guerra e a retirada dos japoneses, foi declarada a independência diante da França e do Japão, em 02 de setembro de 1945. A França, no entanto, buscou restabelecer seu domínio colonial, o que levou à I Guerra da Indochina (1946-1954). Com isso, foram celebrados os Acordos de Genebra, que dividiram o país em dois (Vietnã do Norte e Vietnã do Sul). Foi também criada a Frente Nacional de Libertação (cujo braço armado ficou conhecido como Vietcong), que proclamou o estabelecimento de um Estado Comunista, sediado em Hanói.

As rivalidades internacionais do contexto da Guerra Fria levaram à Guerra do Vietnã (1955-1975). Durante esse período, a União Soviética apoiou o Vietnã do Norte, e os EUA, o Vietnã do Sul. A partir de 1961, intensificou-se, com o apoio das forças norte-vietnamitas, a atividade da guerrilha no Vietnã do Sul, dirigida pelo Vietcong. O envolvimento militar estadunidense na região, iniciado na década de 1950, com o envio de ajuda aos franceses, cresceu na década de 1960. Em 1965, a iminente queda de Saigon, então nas mãos do Vietcong, levou o Presidente Lyndon Johnson a ordenar o bombardeio aéreo do Vietnã do Norte. Os bombardeios, com o desfolhante químico "agente laranja", destruíram grandes áreas agrícolas e de floresta, ainda em recuperação. A guerra terminou com a queda de Saigon para os comunistas do Norte, em abril de 1975 (a cidade foi posteriormente rebatizada de Ho Chi Minh, em homenagem ao líder comunista, falecido em 1969). Estima-se entre 800 mil e 2 milhões o número de mortos na Guerra do Vietnã.

Em 1973, o vietnamita Le Duc Tho, ex-líder do Partido Comunista do Vietnã do Norte, juntamente com Henry Kissinger, Secretário de Estado norte-americano, recebeu o prêmio Nobel da Paz, reflexo do esforço na negociação do armistício entre as duas regiões. Entretanto, Le Duc Tho recusou o prêmio, tendo em vista a alegação de que os Estados Unidos e o Vietnã do Sul estavam desrespeitando o Acordo de Paz de Paris estabelecido meses antes.

O Vietnã reunificado foi, num primeiro momento, isolado internacionalmente, em razão de sua posição no quadro da Guerra Fria e da invasão vietnamita do Camboja, em 1979, para derrubar o Khmer Rouge (de vertente comunista antagônica à do Vietnã). No mesmo ano, a China invadiu o norte do Vietnã, deflagrando a Guerra Sino-vietnamita, com duração de um mês, quando a China retirou-se do país. Ainda assim, o Vietnã manteve o controle sobre o Camboja até 1989, e acompanhou a transição naquele país para um regime sem a participação do Khmer Rouge.

Com a crise da União Soviética, o Vietnã passou por período de dificuldades econômicas, cujo enfrentamento, com saldo positivo, se deu com a intensificação da mencionada política de liberalização econômica ("Doi Moi"), iniciada em 1986. Desde então, ocorreu a distensão das relações com o Ocidente (particularmente com o reatamento do diálogo com os EUA, no governo Bill Clinton), e tem-se registrado alto crescimento econômico.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1986, no bojo do processo de abertura econômica ("Renovação"), o Vietnã buscou romper o isolamento internacional em que se encontrava, normalizando relações com seus vizinhos, em particular com a China (conflito decorrente da invasão vietnamita do Camboja, em 1978, a qual durou cerca de 12 anos); com a ex-metrópole França; e com os Estados Unidos. Estimulou também as relações com parceiros não-tradicionais, como o Brasil.

O Vietnã mantém atualmente relações diplomáticas com 177 países-membros das Nações Unidas e integra mais de 60 organismos regionais e internacionais, com destaque para a ASEAN e para o sistema ONU (ocupou assento não-permanente no CSNU, no biênio 2008-2009, e candidatou-se novamente para o mandato 2020-2021, sobre o qual ainda não nos manifestamos, e integra o Conselho de Direitos Humanos, mandato 2014-2016, eleito com apoio brasileiro). Aderiu ao FMI em 1993 e, após 12 anos de negociações, à OMC, em 2007, com forte apoio brasileiro. Desde 2011, participa também das negociações da "Trans-Pacific Partnership" (TPP), em conjunto com outros 11 países do Pacífico. Entre as grandes reuniões multilaterais, o Vietnã sediará a 132ª Assembleia da União Parlamentar Internacional, em março de 2015, e a Cúpula da APEC de 2017.

Ao avaliar os resultados da política externa vietnamita em 2013, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Pham Binh Minh atribuiu o maior destaque à eleição do país para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU), na qual o país foi o mais votado entre os candidatos. Mostrou-se, ademais, satisfeito com os avanços para o reconhecimento do país como economia de mercado (até o final de 2013, 43 países já haviam dado ao Vietnã o seu reconhecimento, entre os quais Chile e Uruguai).

Em discurso no início de 2014, o Primeiro-Ministro Nguyen Tan Dung determinou que a principal tarefa da diplomacia vietnamita é buscar a integração do Vietnã ao mercado internacional. Outras prioridades destacadas por Dung incluíram: atração de investimentos (o país atraiu US\$20 bilhões em investimentos em 2013); captação de ajuda oficial ao desenvolvimento para construção de infraestrutura, combate à pobreza e adaptação climática; divulgação e cooperação cultural; e atendimento das necessidades da comunidade vietnamita no exterior.

Em 2013, o Vietnã elevou o status de suas relações para "estratégicas" com Itália, Indonésia, Tailândia, Cingapura e França; e para "parceria abrangente" com Estados Unidos e Dinamarca. Incluindo os parceiros já existentes (Rússia, China, Índia, Reino Unido, Espanha, Alemanha, Coreia do Sul e Japão), o Vietnã mantém, agora, 13 parcerias estratégicas e 11 parcerias abrangentes.

O Vietnã reiterou diversas vezes seu apoio ao pleito brasileiro de assento permanente em um CSNU reformado, além de ter apoiado a adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático. De nossa parte, apoiamos sua acessão à OMC, como mencionado acima; sua eleição para assento não-permanente no CSNU (2008-2009); e, mais recentemente, sua bem-sucedida candidatura ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (mandato 2014-2016).

Observa-se também uma estratégia deliberada do Vietnã no sentido de intensificar as relações com a América Latina e Caribe, com a ampliação do número de visitas e de missões diplomáticas.

As disputas territoriais com a China no Mar do Sul da China (chamado pelo Vietnã de Mar do Leste) são uma das principais preocupações da política externa do Vietnã, cuja ampla extensão litorânea situa-se na entrada do Mar do Sul da China, que tem enorme importância como via de escoamento do comércio internacional, além de sua relevância para a atividade pesqueira regional (uma das principais fontes de renda do Vietnã, o setor emprega entre quatro e cinco milhões de vietnamitas). Essas tensões têm impulsionado o reaparelhamento da Marinha vietnamita, cujos gastos têm aumento expressivamente.

A ASEAN exerce papel importante na sustentação das reivindicações vietnamitas no Mar do Sul da China, na medida em que pode fortalecer o tratamento do assunto pela via regional. Em especial, favorece a negociação de um Código de Conduta vinculante, em oposição ao caráter meramente recomendatório da Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China, firmada em 2002 entre os países da ASEAN e a China.

Conselho de Segurança da ONU (CSNU)

O Vietnã defende expansão das duas categorias de assentos no CSNU e maior representação dos países em desenvolvimento no órgão.

A primeira manifestação de apoio do Vietnã à candidatura brasileira a assento permanente constou do Comunicado Conjunto emitido por ocasião da visita ao Brasil do então Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, em maio de 2007. Desde então, o Governo vietnamita tem reiterado sua posição em favor do Brasil.

O Vietnã é, até o momento, candidato único ao assento não-permanente reservado ao Grupo da Ásia-Pacífico no CSNU, para o período 2020-2021.

Direitos Humanos

O Vietnã foi eleito, com o apoio do Brasil, a assento no Conselho de Direitos Humanos, mandato 2014-2016.

Quando o Vietnã foi avaliado pelo mecanismo de revisão periódica universal, em 2009 e em 2014, o Brasil recomendou ao país que revisasse a lista de crimes para os quais a pena de morte seria aplicável e que aplicasse moratória ao seu emprego, com vistas à ulterior abolição, por meio da adesão ao Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

O Vietnã tem realizado esforços no sentido de traduzir o progresso econômico vivido pelo país em oportunidades de inclusão social. Diversos objetivos de desenvolvimento do milênio foram alcançados pelo país antes do prazo, entre os quais vale citar a eliminação da fome e a redução de 58% para menos 13% da população em pobreza extrema; a universalização da educação básica; a redução da mortalidade infantil de 44,4 por mil nascimentos em 1990 para 16 por mil em 2009.

O número de crianças com menos de cinco anos abaixo do peso também foi reduzido rapidamente nos últimos anos; queda na mortalidade materna de 233 por 100 mil partos para 69 por 100 mil partos no período 1990-2009. O Vietnã oferece amplo acesso a métodos contraceptivos modernos, incentiva o planejamento familiar e possui programas de acesso à saúde neonatal para mulheres em situação de vulnerabilidade. A epidemia de HIV ainda é pequena, mas o índice de prevalência do HIV (de 0,28% em todos os grupos) segue em crescimento apesar dos esforços de contenção do Governo. A porcentagem de pessoas infectadas que recebem gratuitamente o tratamento antirretroviral subiu de 30%, em 2007, para 53%, em 2009.

Outro tema que merece destaque positivo é a emenda recentemente aprovada à Lei de Terras, a qual estabelece mecanismos mais transparentes para o cálculo de indenizações e a enumeração dos casos que ensejem a reapropriação de terras pelo poder público. A emenda fortalece a segurança jurídica de famílias que dependem da terra para o seu sustento e contribui para diminuir o êxodo rural no país.

Por outro lado, em 2013, Relatório da Anistia Internacional denunciou a existência de 75 prisioneiros de consciência. Alguns seriam mantidos incomunicáveis por períodos de até 18 meses antes de seus julgamentos. A isso se somam críticas à falta de um Poder Judiciário independente – juízes seriam nomeados pelo Poder Executivo e estariam submetidos ao controle do Ministério da Justiça.

Relações exteriores em nível regional (China e ASEAN)

Em abril de 2013, por ocasião de Comissão Mista Econômica Vietnã-China, os dois países acordaram a meta de US\$ 60 bilhões para as trocas comerciais até 2015 (do total de US\$ 41 bilhões, em 2012). Há também vultosos investimentos chineses no setor produtivo vietnamita. Politicamente, existem laços históricos entre os partidos comunistas dos dois países (apesar do conflito em torno do Camboja, 1978-1990). Estrategicamente, o Vietnã tem grande relevância para a China, por tratar-se de país com extenso litoral (de 3.260 km) Mar do Sul da China (ou Mar do Leste, na nomenclatura defendida pelo Vietnã). Além disso, os dois países compartilham fronteira terrestre de cerca de 1.300 km de extensão.

Com os países da ASEAN, o Vietnã tem procurado elevar o nível de suas relações bilaterais. É membro da ASEAN desde 1995, e o atual Secretário-Geral da Associação é o Embaixador Le Luong Minh, de nacionalidade vietnamita. O Vietnã também participa ativamente de outras iniciativas regionais, como APEC, ASEM e Banco Asiático de Desenvolvimento.

Em junho de 2013, incidente envolvendo barco pesqueiro vietnamita e navio militar chinês provocou protestos anti-China no país. O barco vietnamita navegava em águas disputadas pelos dois países, adjacentes às ilhas Spratly, quando foi intencionalmente abalroado por navio militar chinês, o que suscitou declarações, por parte do Governo vietnamita, de que o incidente configura uma violação da soberania do Vietnã.

Em outubro de 2013, o Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang, visitou o Vietnã, quando foram dados sinais de que estão avançando as negociações sobre as disputas no Mar do Sul da China. Os Primeiros-Ministros dos dois países expressaram interesse em aprofundar a relação estratégica abrangente China-Vietnã e concordaram em implementar medidas como a cooperação na região em disputa e acelerar as negociações do Código de Conduta das Partes.

Entretanto, desde janeiro de 2014, o governo chinês passou a exigir que barcos pesqueiros estrangeiros atuando no Mar do Sul da China solicitassem autorização chinesa para entrar nas águas disputadas por China, Vietnã, Filipinas e Taiwan. O Governo vietnamita emitiu nota rejeitando a nova medida. Segundo o Governo vietnamita, o novo regulamento "complica a situação no Mar do Leste", violando direitos soberanos do Vietnã e sua jurisdição sobre as águas, conforme a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 (UNCLOS), o Acordo Quadro sino-vietnamita para resolução de disputas marítimas e a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Leste, assinado entre China e ASEAN em 2002. Filipinas e Taiwan também se manifestaram contrariamente ao novo regulamento e o Departamento de Estado dos EUA teria considerado a atitude chinesa "provocativa e potencialmente perigosa".

Japão

O Japão é um dos principais parceiros internacionais do Vietnã. Mantém Parceria Estratégica com o Vietnã desde 2009 (elevada a Parceria Estratégica Estendida em 2014); reconhece o status de economia de mercado do Vietnã (desde 2011); é o maior doador de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) do Vietnã (US\$ 23 bilhões entre 1992 e 2013); e é o maior investidor estrangeiro (US\$ 34,7 bilhões em 2.166 projetos, US\$ 5,7 bilhões somente em 2013).

Em março de 2014, o Presidente do Vietnã realizou visita de Estado ao Japão, quando foi discutida a ampla agenda bilateral de cooperação, comércio e investimentos, e a similaridade de visões de ambos os países com relação aos litígios em áreas marítimas.

Rússia

O Vietnã mantém relações muito próximas com a Rússia desde o período da Guerra Fria. As visitas de primeiro escalão entre Rússia e Vietnã têm sido particularmente intensas nos últimos dois anos, com a visita do Presidente Putin em novembro de 2013; do Primeiro-Ministro do Vietnã à Rússia em maio de 2013; do Primeiro-Ministro da Rússia ao Vietnã em novembro de 2012; e a visita do Presidente Sang a Moscou em maio de 2012, quando foi estabelecida parceria estratégica abrangente bilateral. Durante a visita do Presidente Putin, em novembro de 2013, tratou-se das negociações do Tratado de Livre Comércio entre Vietnã e a União Aduaneira de Rússia, Cazaquistão e Belarus, em estágio avançado, além da cooperação em energia nuclear, petróleo, e defesa.

O Vietnã está em tratativas com a Rússia para a revitalização do porto de Cam Ranh, que deverá abrigar instalações portuárias comerciais e militares, a serem utilizadas internacionalmente. A baía de Cam Ranh, de águas profundas e localizada em ponto estratégico no Mar do Sul da China, já foi base naval estadunidense (anos 1960) e russa (pós-Guerra do Vietnã até início dos anos 2000), e ora está desativada.

O país absteve-se da votação da Resolução da Assembleia Geral da ONU 68/262, sobre o reconhecimento da Crimeia como parte do território da Ucrânia.

A Rússia é o maior fornecedor de armas ao Vietnã, respondendo por mais de 80% de todas as compras entre 1990 e 2010, incluindo caças, fragatas e sistemas de mísseis para defesa. O Vietnã encomendou à Rússia a construção de seis submarinos, no valor de US\$ 3,2 bilhões, em 2009, para atividades de patrulhamento no Mar do Sul da China, que deverão ser entregues até 2018, e cuja primeira unidade foi entregue em 2014.

Estados Unidos

O Vietnã também tem aprofundado relações com os Estados Unidos. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1995 e evoluíram desde então ao nível de parceria estratégica, nos setores diplomático e de defesa, revertendo o clima de discórdia da Guerra no Vietnã, encerrada em 1975. Em 2001, após visita do Presidente Clinton a Hanói, os dois países assinaram Acordo Comercial. Hoje, os EUA são o maior mercado para as exportações vietnamitas (fluxo que tende a aumentar com a Parceria Trans-Pacífica) e mantém no país investimentos superiores a US\$ 10 bilhões.

Em 2011, assinaram histórico Acordo Militar e realizaram exercícios marítimos conjuntos no Mar do Sul da China. Para os EUA, a aproximação com o Vietnã encaixa-se em sua estratégia de "reequilíbrio" na Ásia-Pacífico.

O Presidente vietnamita Truong Tan Sang realizou visita aos EUA em julho de 2013, a segunda visita oficial de mandatário vietnamita desde as duas décadas de normalização das relações diplomáticas dos dois países. O líder vietnamita, além de se dizer disposto a discutir questões de liberdades democráticas e Direitos Humanos, mesmo afirmando que as duas nações têm visões distintas quanto ao tema, debateu a necessidade de manter e aprimorar acordos econômicos e fortalecer o relacionamento bilateral entre os países. Os dois Chefes de Estado concordaram que deve haver uma solução pacífica para questão do Mar do Sul da China.

À margem da XXIII Cúpula da ASEAN, em Brunei, em outubro de 2013, o Secretário de Estado John Kerry e o Ministro Pham Binh Minh firmaram Acordo de Cooperação Nuclear Civil Estados Unidos-Vietnã, que permitirá a transferência de tecnologia nuclear e abrirá as portas para investimentos estadunidenses. Segundo Kerry, o Vietnã (após a China) tem o segundo maior mercado de energia nuclear do leste asiático, com expectativa de crescimento para alcançar US\$ 50 bilhões até 2030. Já mantém cooperação na área com a Rússia e com o Japão.

Em dezembro de 2013, durante visita oficial do Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, ao Vietnã, o Primeiro-Ministro do Vietnã, Nguyen Tan Dung, demonstrou preocupação com as negociações da Parceria Trans-Pacífica (TPP). Ao

assegurar o comprometimento do Vietnã com a rapidez das negociações, Dung pediu a Kerry que os EUA considerem as condições reais do Vietnã durante o processo negociador, particularmente no que concerne o acesso de produtos têxteis e calçados vietnamitas ao mercado americano. Quanto às disputas no Mar do Sul da China, Kerry disse que os Estados Unidos têm interesse em cooperar com o Vietnã para garantir a segurança marítima e livre navegação na região.

França

O Vietnã tornou-se independente da França em 1945. O Primeiro-Ministro do Vietnã visitou a França em setembro de 2013, quando se avistou com as principais lideranças do país, inclusive o Presidente François Hollande, a fim de promover as negociações para o estabelecimento de uma parceria estratégica. Durante a visita, foi fechada a compra de 62 (com opção de mais 30) aeronaves Airbus A320 pela empresa vietnamita VietJet.

Austrália

A Austrália é o quarto maior doador internacional do Vietnã, financiando diversos projetos de infraestrutura e desenvolvimento social no país, em cifra que já supera US\$136 milhões anuais. Mantém, também, cooperação em defesa e educação, e participa das discussões da a Parceria Trans-Pacífica (TPP). Atualmente, cerca de doze mil alunos vietnamitas estudam em unidades de universidades australianas em solo vietnamita, além de outros 24.500 matriculados em universidades na própria Austrália.

Entre os projetos de auxílio oficial ao desenvolvimento, financiados pela Austrália no Vietnã, destaca-se a construção da ponte de Cao Lanh, no Delta do Mekong, favorecendo comunidades isoladas na província de Dong Thap, uma região próxima à fronteira com o Camboja. O projeto beneficiará diretamente a integração física da ASEAN, Associação tida como prioritária para o Governo australiano, segundo a Ministra dos Negócios Estrangeiros Julie Bishop.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Na linha do modelo chinês, o Vietnã adota, desde 1986, programa denominado “Renovação” (Doi Moi, em vietnamita), que busca conciliar o sistema político centralizado com abertura econômica ao exterior, via estímulo aos investimentos estrangeiros e intensificação dos fluxos de comércio. Em janeiro de 2007, o Vietnã concluiu, com o apoio do Brasil, longo período de negociações com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e tornou-se seu 150º membro. Após a adesão à OMC, muitas restrições à importação e aos investimentos foram gradualmente eliminadas, o que deu grande impulso à economia vietnamita. Daí resultou um sistema econômico de direção estatal, em que o setor público coexiste com um crescente setor privado capitalista.

A fórmula mostrou-se em grande parte bem-sucedida, na medida em que preservou a estabilidade política e propiciou elevadas taxas de crescimento doméstico (média de 7,3% ao ano entre 1990 e 2010; 6,4% em 2010; 6,2% em 2011; 5,2% em 2012; e 5,2% novamente em 2013. Nos 30 anos desde a implementação do Doi Moi, o Vietnã tornou-se um país de renda média e reduziu a pobreza de 58% da população nos anos 90 para 7,8% em 2013. Conseguiu também conciliar ampliação dos fluxos de comércio exterior e de absorção de investimentos estrangeiros com melhoria das condições de vida da população. O comércio exterior, que correspondia a 20% do PIB, em 1986, equivale hoje a cerca de 150% do PIB. Por sua vez, o percentual da população abaixo da linha de pobreza declinou de 58%, em 1993, para 10,6%, em 2010 (último ano disponível). Segundo dados do Banco Mundial, o índice de Gini passou de 36,8, em 2004, para 35,6, em 2008.

Esses avanços se apoiaram na utilização de mão de obra abundante e barata e em intensa e desordenada migração campo-cidade. Os investimentos estrangeiros foram na sua quase totalidade direcionados para atividades de montagem, em setores como têxtil, calçados e eletroeletrônicos.

Por sua vez, o envolvimento direto do Estado na economia motivou fortes críticas de ineficiência e corrupção, sendo o exemplo mais contundente o estaleiro Vinashin, cujo ex-principal dirigente (tido como aliado próximo do Primeiro-Ministro) encontra-se preso.

A essas dificuldades, somam-se os sinais de esgotamento das reservas de petróleo, que continua a responder, isoladamente, por grande parte das exportações (8,6% em 2012). Segundo a *Economist Intelligence Unit*, as reservas por explorar encontram-se em áreas do Mar do Sul da China, em litígio com Pequim.

Os próximos desafios da economia vietnamita estão ligados à recuperação do quadro de “armadilha da renda média”. O funcionamento da economia passará cada vez mais a depender de mudanças qualitativas, tais como a modernização da infraestrutura; a capacitação de mão de obra; o desenvolvimento de atividades de ciência, tecnologia e inovação; e o aumento da eficiência do setor estatal.

Em 1998, no contexto da Conferência Ministerial para a Sub-Região do Grande Mekong (GMS), foi iniciado projeto de integração regional denominado “corredor econômico leste-oeste” (East-West Economic Corridor), contemplando uma série de

obras de infraestrutura, como de transportes ferroviários e rodoviários e fornecimento de água e energia. Com 1450 km de comprimento, tem início no litoral de Myanmar e termina na parte central da costa vietnamita, passando por Tailândia e Laos. O corredor opera parcialmente desde 2006, impulsionado pela China, a fim de estreitar as relações econômicas da ASEAN com o país. Entretanto, a conclusão das obras de infraestrutura do corredor tem avançado com lentidão, em razão de seu traçado passar por áreas de reduzido desenvolvimento industrial. De todo modo, no ponto terminal no Vietnã, estão sendo construídos, desde 2010, uma zona econômica marinha, um parque industrial e um porto de águas profundas.

Conjuntura econômica

Relatório sobre as projeções econômicas para o Vietnã, publicado pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), em abril de 2014, ressalta que a economia vem-se caracterizando pela estabilidade macroeconômica e baixa taxa de inflação, crescimento consistente do comércio e taxa de câmbio estável, pelo terceiro ano consecutivo, indicadores que deverão permanecer se forem empreendidas as necessárias reformas nos setores bancário e de empresas estatais. Segundo o relatório, a economia crescerá 5,6% e 5,8% em 2014 e 2015 respectivamente, em contraposição aos 5,2% registrados no ano passado. A inflação deverá ficar no patamar de 6,2% em 2014 em contraposição aos 6,6% registrados em 2013, muito abaixo da taxa de 2011, que foi de 18,6%.

De fato, a situação fiscal e o controle de inflação registraram avanços nos últimos meses. Após atingir 54% do PIB, em 2010, a dívida pública caiu para 46,1% do PIB, em 2012, e é estimada em 45% do PIB em 2013. O índice de preços ao consumidor caiu de 18% em 2011 para pouco acima de 6% em 2013 e a economia cresceu, na média, 5,6% ao ano no período. Políticas sociais também teriam atingido seu objetivo com a criação de 1,6 milhão de empregos e programas de transferência de renda atingindo 2,5 milhões de pessoas, com efeitos notáveis nos índices de redução da pobreza.

Entre fevereiro de 2014 e de 2013, o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) foi de 4,65%, o índice mais baixo dos últimos dez anos. Para o Ministério da Indústria e Comércio vietnamita, os dados do IPC do primeiro trimestre de 2014 têm causado preocupação em relação a risco de deflação, sinalizando decrescente demanda na economia.

Para diminuir as vulnerabilidades do setor bancário, o Governo tem tomado algumas medidas dirigidas à insuficiência de capital e níveis inadequados de prudência. Vale registrar a criação da "Viet Nam Asset Management Company" (VAMC) para adquirir, reestruturar e vender os chamados "non performing loans" (NPLs). No final de 2013, a VAMC tinha comprado o equivalente a US\$ 1,9 bilhão em "dívidas podres" de 35 bancos (estimado em 1,1% de todos os empréstimos ainda não pagos). Ademais, o governo está lentamente implementando um programa voltado às empresas estatais, o que inclui privatização ou privatização parcial, cujo número seria reduzido para 690 em 2015 e 200 em 2020. As estatais

estão sendo encorajadas a se retirarem de operações de risco e desvinculadas de sua área de operação principal. O governo objetivaria parcialmente privatizar 432 empresas entre 2014-2015, apesar de a reforma constitucional do ano passado ter reafirmado o papel dominante das estatais.

O investimento direto estrangeiro também cresceu nos últimos anos, atingindo 25% do investimento total da economia. Apenas em 2013, US\$ 22 bilhões em investimentos estrangeiros entraram no Vietnã, um crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Assiste-se à migração de unidades de produção de empresas multinacionais para o Vietnã, vindas de países como a China, em função, sobretudo, do baixo custo da mão de obra e da rápida ascensão econômica da população da região. Segundo o governo vietnamita, os setores que mais recebem IED no país são a indústria manufatureira (47,3%), imobiliário (24,3%) e construção civil (5,2%). Os principais países investidores no Vietnã são, nesta ordem, Japão, Taiwan, Coreia, Cingapura, Ilhas Virgens Britânicas e Hong Kong. O Vietnã também tem expandido seus investimentos no exterior, sobretudo no Laos e no Camboja e, no caso da América Latina, na Venezuela e no Peru.

O Vietnã está recebendo investimentos de grandes fabricantes mundiais de semicondutores e circuitos integrados. A Intel instalou fábrica de US\$ 1 bilhão no Saigon Hi-tech Park; a Foxconn tem duas fábricas no parque industrial de Que Vo; a Meiko, do Japão, tem uma fábrica de "Printed Circuit Board - PCB". Vale notar que, em 2012, o Brasil importou do Vietnã US\$ 20 milhões em circuitos integrados.

O setor de serviços financeiros e bancários está aberto para investimentos estrangeiros, desde a década de 1990, inclusive em bancos comerciais, cooperativas de crédito e companhias financeiras. Já em 2008, o país contava com 37 filiais de bancos estrangeiros, 5 bancos em regime de "joint-venture" e 52 escritórios de representação de instituições de crédito estrangeira. Trata-se de um mercado com grande potencial, pois, ainda hoje, apenas 10% da população de 87 milhões tem acesso ao sistema bancário. Os quatro maiores bancos estatais dominam o mercado, e os principais bancos estrangeiros são HSBC, ANZ, e Standard Chartered.

Em 2013, revertendo a tendência dos últimos anos, o saldo em transações correntes foi positivo em US\$ 860 milhões. O Vietnã exportou US\$ 132,2 bilhões, em 2013, o que representa aumento de 14,4% em relação a 2012. As importações em 2013 chegaram a US\$ 131,3 bilhões (aumento de 15,4%).

Desde 2012, a União Europeia suplantou os Estados Unidos como o principal destino das exportações do Vietnã, atingindo a cifra de US\$ 24,4 bilhões (aumento de 20,4%) de mercadorias exportadas em 2013. Em seguida, estão os Estados Unidos, com US\$ 23,7 bilhões (aumento de 20,3%); vizinhos da ASEAN (US\$ 18,5 bilhões; aumento de 6,3 %); Japão (US\$ 13,6 bilhões; aumento de 3,8%); Coreia do Sul (US\$ 6,7 bilhões; aumento de 19,%); e China (US\$ 13,1 bilhões; aumento de apenas 2,1%).

A China lidera o ranking de fornecedores de mercadorias ao Vietnã. As importações provenientes daquele país, em 2013, alcançaram US\$ 36,8 bilhões (aumento de 26,7%). Em seguida destacam-se a ASEAN (US\$ 21,4 bilhões; aumento de 2,1%); Coreia do Sul (US\$ 20,8 bilhões; aumento de 34,1%); Japão (US\$ 11,6 bilhões; queda de 0,18%); e União Européia (US\$ 9,2 bilhões; aumento de 4,2%). Os

Estados Unidos, embora sejam o segundo maior destino das exportações vietnamitas, aparecem em sexto lugar no ranking dos fornecedores, com US\$ 5,2 bilhões (aumento de 6,1% em relação a 2012).

Energia

A matriz energética do Vietnã é composta por fontes tradicionais de biomassa (39,5%); petróleo (25,6%); carvão mineral (19,8%); gás natural (11,1%); e energia hidroelétrica (4%). As fontes renováveis respondem, portanto, por 43,5% da oferta primária de energia. Segundo o plano do governo, que busca estimular a produção de energias renováveis, o setor de eletricidade teria, em 2020, uma capacidade instalada de 75.000 MW assim distribuída: 25% em hidroeletricidade; 46% em carvão mineral; 16,5% em gás natural; 5,6% em fontes renováveis; 1,3% em geração nuclear e 3% de energia importada.

As reservas comprovadas de petróleo, segundo o Departamento de Energia dos Estados Unidos, estão estimadas em 4,4 bilhões de barris, o que situava o país em terceiro lugar no ranking da Ásia-Pacífico em 2012. A produção de petróleo atingiu seu apogeu em 2004, com 400 mil barris diários, e desde então vem declinando. Acredita-se que em 2013 o consumo de petróleo no Vietnã superou a produção devido à relativa estagnação da produção petrolífera em relação ao crescimento econômico e desenvolvimento industrial.

Estima-se que o Vietnã virá a se tornar um dos principais fornecedores de gás para o mercado regional asiático ainda na corrente década. O Vietnã registrou reservas comprovadas, de acordo com o Oil&Gas Journal, de 24,7 trilhões de pés cúbicos em 2012, as quais têm aumentado nos últimos anos, em decorrência das políticas governamentais de atração de investimentos estrangeiros diretos para o setor de exploração offshore. De 2005 a 2010 o país teria dobrado sua produção de gás natural. A produção em 2012 foi de 290 bilhões de pés cúbicos, ou 0,8 Bcf/dia. O Departamento de Energia dos EEUU estima que a produção vietnamita subirá para 1,4 Bcf/dia até 2015.

O Governo vietnamita planeja construir dez reatores nucleares até 2030. O primeiro deles, a ser localizado na província central de Ninh Thuan, deverá ter sua construção – a ser feita em colaboração com a Rússia - iniciada em 2015 e terminada até 2020. O Vietnã está, também, em tratativas com o Japão para construir a segunda usina nuclear na mesma província, com dois reatores que estão previstos para entrar em operação em 2024-2025. Caso esses planos se concretizem, o Vietnã seria o primeiro país do Sudeste Asiático a utilizar energia nuclear. Até o momento o país dispõe apenas de um reator experimental, que está em operação desde 1963. O Vietnã tem reservas de minério de urânio nas regiões centrais do país e firmou contrato com a "NWT Uranium Corporation of Canada" para realizar estudos de exploração nessas áreas. Em outubro de 2011, o Vietnã concluiu acordo de cooperação nuclear com o Japão que contempla a exploração do minério de urânio. Finalmente, acordo nuclear com a Índia inclui estudo sobre processamento técnico de minério de urânio.

Em outubro de 2013, o Vietnã e os EUA firmaram o "Acordo de Cooperação Nuclear Civil Estados Unidos-Vietnã", que permitirá a transferência de tecnologia nuclear para o Vietnã e poderá viabilizar investimentos norte-americanos. Os EUA esclareceram que o acordo não permitirá ao Vietnã enriquecer ou reprocessar material nuclear de origem norte-americana. Segundo o Departamento de Estado dos EUA, o Vietnã (após a China) tem o segundo maior mercado de energia nuclear do leste asiático, com expectativa de crescimento, alcançando US\$ 50 bilhões até 2030. O Vietnã aderiu ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares em 1982 e tem acordo amplo de salvaguardas com a AIEA. Firmou, mas ainda não ratificou, o Protocolo Adicional da Agência. Assinou e ratificou o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. No nível regional, o Vietnã é membro do Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático, estabelecida pelo Tratado de Bangkok.

Segundo planos anteriores, cinco usinas de etanol deveriam ter entrado em operação até 2012. Contudo, dada o baixo consumo de etanol no país, algumas dessas usinas ainda estão operando em caráter experimental e exportam boa parte de sua produção. O etanol é produzido no Vietnã a partir da mandioca.

Ainda que algumas fontes estimem que o setor de geração de energia hidroelétrica já possa ter alcançado seu limite, com a geração atual na casa dos 9,2 mil MW, o Plano Diretor do setor espera elevar esse valor a 17,4 mil MW, em 2020, e 21,7 mil MW, em 2030, com a construção de 45 novas usinas hidroelétricas.

Relações econômico-comerciais com o Brasil

De 2003 a 2013, o intercâmbio bilateral saltou de US\$ 47,1 milhões para US\$ 2,33 bilhões (crescimento de 4851,9%, muito superior ao do total brasileiro, de 296,4%). Em 2013, o comércio com o Vietnã registrou expansão de 42,3% em relação ao ano anterior (no período, o comércio total brasileiro cresceu 3,5%). As exportações brasileiras registraram aumento de 45,0%, enquanto que as importações aumentaram 39,6% (as exportações totais do Brasil decresceram 0,2%, e as importações, aumentaram 7,4% nos mesmos meses).

Em 2013, o Vietnã foi o 11º parceiro comercial do Brasil na Ásia e Oceania e o 5º na ASEAN, onde representa 13,1% dos fluxos comerciais com o Brasil.

A pauta exportadora brasileira é fortemente concentrada em produtos de baixo valor agregado, muitos dos quais são utilizados como insumo para exportações vietnamitas. Serve de exemplo o fato de o Brasil exportar couro e importar calçados. Em 2013, as commodities agrícolas representaram 80% das exportações brasileiras ao Vietnã. Os principais produtos da pauta de exportações brasileiras ao Vietnã, em 2013, foram sementes e grãos (US\$ 309,4 milhões; 25,9%); cereais (US\$ 245,7 milhões; 20,6%); resíduos industriais alimentares (US\$ 231,0 milhões; 19,4%); ferro fundido, ferro e aço (US\$ 85,0 milhões; 7,1%); algodão (US\$ 76,3 milhões; 6,4%); peles e couros (US\$ 57,9 milhões; 4,86%); fumo (US\$ 51,2 milhões; 4,3%); carnes (US\$ 21,2 milhões; 1,8%); madeira (US\$ 21,0 milhões; 1,8%).

As principais importações brasileiras são máquinas elétricas (US\$ 329,3 milhões; 26,9%); calçados (US\$ 306,6 milhões; 26,9%); pescados (US\$ 109,2;

9,6%); máquinas mecânicas (US\$ 104,7 milhões ; 9,2%); borracha (US\$ 50,5 milhões; 4,5%); e fibras sintéticas/ artificiais (US\$ 33,7 milhões; 3,0%).

O Brasil é parceiro importante para o Vietnã no que diz respeito ao fornecimento de alimentos e matérias-primas a baixo custo e sem impactos inflacionários. Do lado dos produtos industrializados, a proximidade dos fornecedores chineses e os laços comerciais e políticos do Vietnã com países investidores, como Japão e Coréia, tornam mais difícil a penetração de marcas brasileiras.

Em 2012, o Subsecretário-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial do Itamaraty chefiou delegação brasileira, que contou com representantes do MDIC, APEX e do setor privado, ao Fórum Ministerial Vietnã-América Latina sobre Comércio e Investimento. O fato de a delegação brasileira ter sido a maior no evento foi diversas vezes objeto de comentários positivos por parte de autoridades vietnamitas.

De 8 a 10 de maio vindouro, deverá ser realizada missão empresarial vietnamita ao Brasil, organizada pela Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã (VCCI). A delegação inclui representantes de 10 empresas, dos setores de equipamentos médicos e medicamentos, telecomunicações, banco, assistência jurídica, construção civil e cimento.

Com a abertura da economia vietnamita e, mais recentemente, com a entrada desse país na OMC e a assinatura de Acordos de Livre Comércio contendo cláusulas sobre investimentos, o Vietnã tem criado legislação muito favorável à recepção de investimentos estrangeiros. O país constitui, portanto, opção relevante para parcerias bilaterais, em setores industriais.

Pedido de reconhecimento como economia de mercado/defesa comercial

O Governo do Vietnã tem solicitado ao Brasil, desde 2007, o reconhecimento do status do país como economia de mercado. No âmbito interno, cabe à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) a decisão sobre o assunto.

O não-reconhecimento do status de economia de mercado não tem sido obstáculo ao notável desempenho do comércio bilateral. Além disso, a autoridade investigadora brasileira pauta-se estritamente pela normativa da OMC e tem sido parcimoniosa na aplicação de direitos antidumping sobre importações procedentes do Vietnã – como evidenciado pela não-extensão ao Vietnã dos direitos antidumping sobre calçados chineses.

Atualmente, encontram-se vigentes três medidas antidumping definitivas contra produtos provenientes do Vietnã: laminados planos de aços inoxidáveis a frio (com vigência de 04/10/2013 até 04/10/2018); pneus de motocicleta (com vigência de 19/12/2013 até 19/12/2018); e pneus para bicicleta (com vigência de 19/2/2014 até 19/2/2019).

Carnes

As exportações brasileiras tem tido acesso ao mercado do setor de carnes no Vietnã, mas existe um esforço brasileiro para ampliar o comércio no setor, por meio da conclusão de procedimentos técnicos. O Vietnã estabeleceu, em 2010, novos critérios para o registro de estabelecimentos exportadores de carnes para aquele país. O Brasil enviou, em janeiro de 2013, as informações solicitadas relativamente a estabelecimentos produtores de carne de aves. Em junho, seguiu a lista, completa e consolidada, para a habilitação também de estabelecimentos exportadores de suínos e bovinos.

Pescados

Tem havido forte aumento na importação de pescado vietnamita pelo Brasil, setor de grande importância para a economia do Vietnã. Instrução normativa de dezembro de 2010 permitiu a importação de pescado vietnamita e, em outubro de 2011, foram estabelecidas condições para sua importação, válidas enquanto requisitos zoossanitários específicos não forem definidos por análise de risco.

Após o envio, pelo Brasil, em março de 2013, de missão conjunta de técnicos do MAPA e do MPA ao Vietnã para conduzir inspeções na área de pescado, o lado vietnamita tem afirmado haver a necessidade de esclarecimentos sobre as exigências técnicas e sanitárias brasileiras para a exportação de pescados e crustáceos para o Brasil, em especial no tocante a monitoramento de resíduos e a procedimentos e prazos regulamentares para a habilitação prévia dos estabelecimentos e a aprovação dos rótulos.

Soja e produtos vegetais

A soja tem sido o principal produto exportado ao Vietnã pelo Brasil. O Vietnã estabeleceu, em 2010 e 2011, novas normas de controle fitossanitário aplicáveis à importação de produtos alimentícios de origem vegetal. O MAPA encaminhou, no final de 2012, informações sobre o sistema fitossanitário brasileiro. Completou-se a entrega da documentação exigida pelo lado vietnamita, com o envio de comunicação, em junho de 2013, sobre os controles impostos pelo Brasil para dois pesticidas (captan e endosulfan) proibidos no Vietnã, a fim de evitar que sigam carregamentos com essas substâncias.

EMBRAER

Estendem-se já há alguns anos tratativas preliminares entre a EMBRAER e empresas vietnamitas de aviação civil, para a venda de aviões.

Calçados

Nos últimos anos, a importação brasileira de calçados vietnamitas aumentou consideravelmente. Tal fenômeno, que coincidiu com a aplicação de medidas

antidumping pelo Brasil contra exportadores chineses, levou a investigação, por parte do MDIC, sobre a possibilidade de a medida contra a China estar sendo burlada (circunvenção). O assunto foi objeto de gestões da Parte vietnamita. Em 2012, o MDIC concluiu as investigações, sem constatar qualquer irregularidade nas exportações do Vietnã.

Investimentos bilaterais

As principais oportunidades de investimentos no Vietnã estão concentradas nos setores de petróleo, energias tradicionais e renováveis, infraestrutura, indústria farmacêutica e agricultura. Identifica-se, igualmente, como importante medida para aprofundar o comércio e investimento bilateral o estabelecimento de linha de navegação direta, como forma de baratear o frete e os custos logísticos.

A Vinamotors, maior fabricante de ônibus e caminhões do Vietnã, manifestou à Embaixada do Brasil interesse em estabelecer parceria com a brasileira Marcopolo. Em decorrência disso, em 2012, a Marcopolo realizou visita ao Vietnã para prospectar novas oportunidades de negócios.

O escritório brasileiro de arquitetura GEMA está em operação há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. Está instalada no Vietnã a pequena "joint-venture" coreano-brasileira Medevice 3S, fabricante de preservativos de látex.

Não há registro de investimento vietnamita no Brasil. Durante a II Comissão Mista (Brasília, abril de 2012), o lado vietnamita manifestou interesse em investir no setor de telecomunicações no Brasil, tendo-lhe sido sugerido que o assunto fosse levantado junto ao Ministério brasileiro das Comunicações. A empresa vietnamita do setor, Grupo Viettel, tem planejado ou realizado investimentos em Cuba (US\$ 250 milhões), Haiti, Nicarágua, Peru (US\$ 400 milhões) e Argentina (US\$ 600 milhões).

Energia

O governo vietnamita adotou, em julho de 2011, o "Plano Diretor do Desenvolvimento Energético para o Período de 2011 a 2020 com Visão para 2030". O Plano estabelece as metas para o desenvolvimento e diversificação da oferta doméstica de energia, inclusive de fontes alternativas. Os investimentos necessários no período de 2011 a 2030 foram estimados em USD 124 bilhões, dos quais 65% seriam dedicados à geração de energia e 34,5% à ampliação e modernização da rede de transmissão.

O país apresenta boas condições para o desenvolvimento de pequenas hidrelétricas, embora o potencial estimado ainda a ser explorado seja reduzido (entre 1600 MW e 2000 MW). Haverá espaço para a atuação de empresas brasileiras no disputado mercado vietnamita de energia, seja para a venda de equipamentos, seja na área de serviços de engenharia. As relações comerciais nesse campo, dadas as características do modelo econômico centralizado, dependem fortemente de engajamento político de alto nível capazes de alavancar compromissos de

financiamentos externos. Assim operam as principais empresas japonesas, coreanas, europeias, e norte-americanas no Vietnã.

Há projetos levados a cabo no Vietnã pela empresa argentina IMPSA, que possui unidades fabris no Brasil. Grande parte dos projetos-piloto de energia eólica e hidrelétrica que o Governo vietnamita desenvolve utiliza equipamentos das fábricas da empresa localizadas no estado brasileiro de Pernambuco.

O setor de hidrocarbonetos vietnamita é dominado pela estatal Petrovietnam (Vietnam Oil & Gas Corporation), sob controle do Ministério da Indústria. Em 2009, Vietnã e Venezuela criaram empresa mista, tendo como acionárias a PDVSA (60%) e a Petrovietnã (40%), para exploração e refino na faixa petrolífera do Orinoco. Há interesse vietnamita em contar com a cooperação da PETROBRAS em atividades petrolíferas no país. A empresa brasileira enfrenta, no entanto, dificuldades para assumir novos compromissos no exterior, devido às atividades do pré-sal.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
179aC-938 dC	Domínio chinês sobre a maior parte do atual Vietnã.
1858	Início da dominação colonial francesa sobre a Indochina.
1930	Fundação do Partido Comunista da Indochina (PCI)
1941	Invasão japonesa.
1945	Proclamação da Independência da República Democrática do Vietnã (setembro).
1946	Início da guerra de independência contra os franceses.
1954	Batalha de Dien Bien Phu. Derrota francesa.
	Acordos de Genebra; divisão do Vietnã em Norte e Sul.
1963	Guerrilhas comunistas no Sul derrotam unidades do Exército sul-vietnamita.
	Queda e assassinato do Presidente sul-vietnamita, Ngo Dinh Diem. (novembro).
1964	Incidente de Tonquim. Bombardeios dos EUA no Vietnã do Norte.
1965	200.000 soldados dos EUA chegam ao Vietnã do Sul.
1968	Ofensiva militar comunista no Sul (Ofensiva do Tet) – janeiro-fevereiro.
1969	Morte de Ho Chi Minh.
	Início da redução de tropas norte-americanas no Vietnã (“vietnamização”).
1970	Início das conversações de paz entre EUA e Vietnã do Norte, em Paris.
1973	Acordo de cessar-fogo em Paris. Retirada das tropas dos EUA (janeiro).
1975	Queda de Saigon. Tropas norte-vietnamitas ocupam o Sul (abril).
1976	Proclamação da República Socialista do Vietnã.
1979	Tropas do Vietnã invadem o Camboja e derrubam o regime do Khmer Vermelho.
	Conflito na fronteira entre China e Vietnã.
1986	Início da política de abertura econômica inspirada no modelo chinês, conhecida como “Doi Moi” (Renovação).
1989	Retirada das tropas vietnamitas do Camboja.
1992	Nova Constituição permite algumas liberdades econômicas.
1994	Fim do embargo econômico de 30 anos dos EUA ao Vietnã.
1995	Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os EUA.
	Ingresso do Vietnã na ASEAN.
2000	Visita do ex-Presidente dos EUA Bill Clinton ao Vietnã.
2005	Visita do ex-Primeiro-Ministro Phan Van Khai aos EUA (junho).
2006	X Congresso do Partido Comunista do Vietnã. Novos Presidente e Primeiro-Ministro.
2007	Entrada do Vietnã na OMC (janeiro).
	Eleição do Vietnã como membro não-permanente do CSNU (mandato 2008-2009)
2007	Presidente Nguyen Minh Triet realiza primeira visita de Chefe de Estado aos EUA desde o fim da Guerra do Vietnã, em 1975. (junho)
2010	Vietnã exerce a presidência de turno anual da ASEAN
	Inscrição da Cidadela Thang Long na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO
2011	Último Congresso do PCV renova líderes partidários
	Eleições gerais para a Assembléia Nacional (maio)
	XI Congresso do Partido Comunista do Vietnã; das eleições para o novo Comitê Central, Politburo e Secretário-Geral (janeiro)
	China e Vietnã assinam acordo sobre as disputas do Mar do Sul da China, que inclui troca de informações e um fórum de duas reuniões ao ano (outubro).
2012	O Parlamento aprova a criação de dispositivo de voto de confiança anual aos principais líderes eleitos do país (novembro)
2013	Assembleia Nacional aprova revisão constitucional (novembro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1989	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã (maio).
1993	Visita do ex-Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai (outubro).
1994	Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã (abril).
	Visita do então Vice-Premier Phan Van Khai (junho).
	Instalação da Embaixada em Hanói (setembro).
1995	Visita do ex-Presidente do Vietnã, Le Duc Anh (outubro).
1997	Abertura do Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo.
1998	Primeira Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (maio).
2000	Abertura da Embaixada residente do Vietnã em Brasília (outubro).
2003	Visita de missão político-empresarial brasileira chefiada pelo Deputado Federal Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara (outubro).
	Segunda Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro).
	Visita do Ministro da Defesa do Vietnã, Pham Van Tra (novembro).
2004	Visita do Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Rel. Ext. do Vietnã (janeiro).
	Visita ao Brasil do então Presidente do Vietnã, Tran Duc Luong (novembro).
	Realização, em São Paulo, do 1o “Fórum Empresarial Brasil-Vietnã” (novembro).
2005	Criação do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Vietnã
2006	Visita do Presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Nguyen Van An (março).
2007	Visita do Secretário-Geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh (maio).
	Assinatura de Memorando de Entendimento na área de Saúde e Ciências Médicas.
	Missão chefiada pelo Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho (outubro).
	IV Sessão de Consultas Políticas entre Brasil e Vietnã, em Hanói (novembro).
2008	Visita a Hanói do Chanceler Celso Amorim (fevereiro)
	Visita do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (março).
	Visita ao Vietnã do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes (março).
	Visita oficial ao Vietnã do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho).
	Visita do Chanceler e Vice-Primeiro-Ministro, Pham Gia Khiem a Brasília, por ocasião da I Reunião Ministerial Mercosul-Asean (novembro).
	Visita do Vice-Ministro do Comércio e Indústria do Vietnã, Do Huu Hao, para a reunião de instalação da COMISTA e para Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (novembro).
2009	Visita do Vice-Ministro da Indústria e do Comércio Exterior do Vietnã, Do Huu Hão para I Reunião da Comissão Mista Brasil-Vietnã (maio).
	Visita do Ministro da Cultura, Esportes e Turismo, Hoang Tuan Anh, para participar da celebração dos 20 anos de relações, em Brasília (outubro).
2010	Visita a Brasília do então Vice-Chanceler, atual titular da pasta, Pham Binh Minh, para chefiar a delegação vietnamita à V Reunião de Consultas Políticas (maio)
	Criação da Associação de Amizade e Cooperação Vietnã-Brasil (seção vietnamita)
	Participação do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Educação do Vietnã, Nguyen Thien Nhan, na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília (julho).
	Visita a Hanói da Subsecretária-Geral Política-II do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (novembro).
2011	Visita do Vice-Ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (junho)
2012	Visita do Vice-Ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (abril)
	Criação da seção brasileira da Associação de Amizade e Cooperação Brasil-Vietnã
	Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh, chefiando a

	delegação vietnamita à II Reunião da Comissão Mista (abril)
	Participação do Vice-Primeiro-Ministro Nguyen Thien Nhan na Rio+20 (junho).
	Visita a Hanói do então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota (julho).
	Visita do Vice-Ministro Permanente das Finanças do Vietnã, Nguyen Cong Nghiep (novembro).
2013	Visita de inteligência comercial da APEX a Hanói e Ho Chi Minh (março)
	Missão de inspeção do MAPA e do MPA ao Vietnã (março)
	Visita ao Vietnã do Presidente do PC do B, Renato Rabelo, quando manteve encontro com o Secretário-Geral do Partido Comunista, Nguyen Phu Trong (abril)
	Visita ao Brasil do Diretor do Departamento de Informação ao Estrangeiro do PCV (julho)

ATOS BILATERAIS		
	Data de Celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Cultural	24/10/2003	17/10/2005
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos	16/11/2004	12/02/2005
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e o Vietnã	10/07/2008	Aprovado pelo Senado Federal em junho de 2011. Aguarda promulgação.
Acordo entre o Brasil e o Vietnã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Oficiais ou de Serviço	24/11/2008	07/07/2009

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2 0 1 3

PIB

Crescimento real	5,3%
PIB nominal	US\$ 170,02 bilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 1.896
PIB PPP	US\$ 358,9 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 4.001

Origem do PIB

Agricultura	19,3%
Indústria	38,5%
Serviços	42,2%

Balanco de pagamentos

Saldo em transações correntes	US\$ 9,56 bilhões
Saldo da balança comercial de bens (2012)	US\$ -1,83 bilhão
Saldo da balança comercial de serviços (2012)	US\$ -2,92 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 31,30 bilhões

Outros indicadores

Inflação (fim do período)	8,2%
Dívida externa	US\$ 63,98 bilhões
Câmbio (D / US\$)	21,095

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2013; (3) World Investment Report 2013; (4) UN/UNCTAD/ITC/Trademap March 2014.

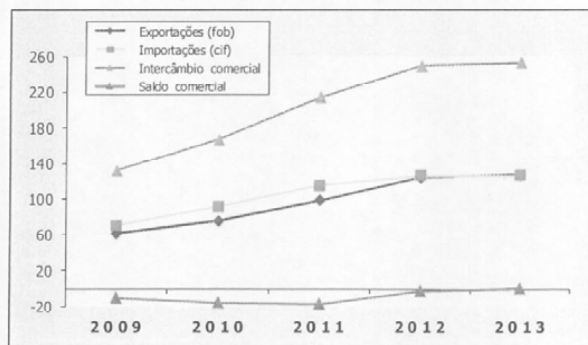
Com PIB nominal de US\$ 170,02 bilhões e crescimento de 5,3% em 2013, o Vietnã posicionou-se como a 58ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 42,2% do PIB, seguido do industrial com 38,5%, e do agrícola com 19,3%. O país apresentou, em 2013, superávit em transações correntes de US\$ 9,56 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 1,83 bilhão. A balança de serviços registrou saldo negativo de US\$ 2,92 bilhões.

Evolução do comércio exterior⁽¹⁾
US\$ bilhões

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	Var.% 2009-2013
Exportações (fob)	61,21	76,02	98,69	124,16	126,81	107,2%
Importações (cif)	70,86	91,34	115,08	125,99	126,19	78,1%
Intercâmbio comercial	132,07	167,36	213,77	250,14	253,00	91,6%
Saldo comercial	-9,64	-15,32	-16,39	-1,83	0,61	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD. Portanto, as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.



O comércio exterior do Vietnã apresentou, em 2013, crescimento de 91,6% em relação a 2009, de US\$ 132,07 bilhões para US\$ 253 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 32º mercado mundial, sendo o 35º exportador e o 32º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário entre 2009 e 2012, totalizando saldo positivo de US\$ 615 milhões em 2013.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part. % no total	10 principais destinos das exportações
Estados Unidos	25,96	20,5%	Estados Unidos 20,5%
China	16,88	13,3%	China 13,3%
Japão	14,21	11,2%	Japão 11,2%
Coreia do Sul	7,17	5,7%	Coreia do Sul 5,7%
Alemanha	6,26	4,9%	Alemanha 4,9%
Malásia	6,06	4,8%	Malásia 4,8%
Reino Unido	4,10	3,2%	Reino Unido 3,2%
Austrália	3,66	2,9%	Austrália 2,9%
Tailândia	3,27	2,6%	Tailândia 2,6%
Cingapura	3,06	2,4%	Cingapura 2,4%
...			
Brasil	1,14	0,9%	
Subtotal	91,76	72,4%	
Outros países	35,05	27,6%	
Total	126,81	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD. Portanto, as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

As vendas do Vietnã são direcionadas em grande parte aos vizinhos da Ásia, que absorveram 44,5% do total; seguidos do continente americano com 24,8% e da União Europeia com 23,2%. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal destino das vendas vietnamitas com 20,5% do total em 2013. Seguiram-se: China (13,3%); Japão (11,2%); Coreia do Sul (5,7%); Alemanha (4,9%); e Malásia (4,8%). O Brasil posicionou-se no 23º lugar entre os compradores do Vietnã, com 0,9% do total.

Origem das Importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part. % no total	10 principais origens das importações
China	48,59	38,5%	China 38,5%
Coreia do Sul	21,09	16,7%	Coreia do Sul 16,7%
Cingapura	10,87	8,6%	Cingapura 8,6%
Japão	10,53	8,3%	Japão 8,3%
Tailândia	7,08	5,6%	Tailândia 5,6%
Estados Unidos	5,01	4,0%	Estados Unidos 4,0%
Malásia	4,24	3,4%	Malásia 3,4%
Alemanha	2,45	1,9%	Alemanha 1,9%
Indonésia	2,40	1,9%	Indonésia 1,9%
Austrália	2,07	1,6%	Austrália 1,6%
...			
Brasil	1,19	0,9%	
Subtotal	115,54	91,6%	
Outros países	10,66	8,4%	
Total	126,19	100,0%	

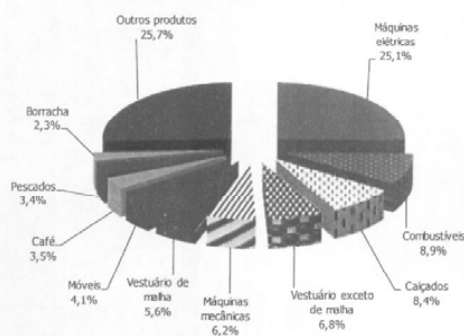
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD. Portanto, as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Os vizinhos da Ásia são os principais abastecedores do mercado vietnamita. Em 2013, somaram 84,1% do total, seguidos dos países da União Europeia com 6% e do continente americano com 5,9%. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens ao Vietnã, com 38,5% do total. Seguiram-se; Coreia do Sul (16,7%); Cingapura (8,6%); Japão (8,3%); Tailândia (5,6%); e Estados Unidos (4%). O Brasil posicionou-se no 12º lugar entre os fornecedores do mercado vietnamita com 0,9% do total.

Composição das Exportações US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾⁽²⁾	Part. % no total
Máquinas elétricas	31,18	25,1%
Combustíveis	11,07	8,9%
Calçados	10,40	8,4%
Vestuário exceto de malha	8,42	6,8%
Máquinas mecânicas	7,68	6,2%
Vestuário de malha	6,95	5,6%
Móveis	5,08	4,1%
Café	4,30	3,5%
Pescados	4,27	3,4%
Borracha	2,88	2,3%
Subtotal	92,22	74,3%
Outros produtos	31,93	25,7%
Total	124,16	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

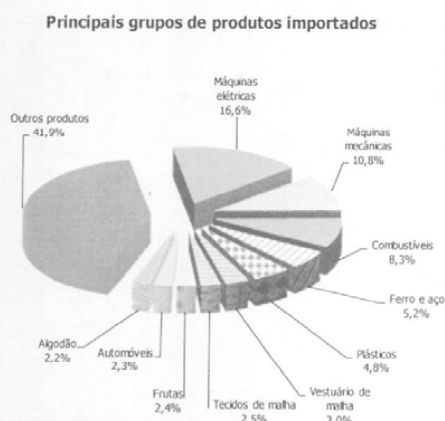
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD. Portanto, as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 31/03/2014.

Máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, circuitos integrados e cabos) são os principais itens da pauta de exportações do Vietnã. Em 2012, representaram 25,1% do total, seguidos de combustíveis (petróleo em bruto, carvão e petróleo refinado) com 8,9%; calçados (8,4%); vestuário exceto de malha (6,8%); máquinas mecânicas (máquinas impressoras, computadores e partes de computadores) com 6,2%; vestuário de malha (5,6%); e móveis com 4,1%.

Composição das importações US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾⁽²⁾	Part. % no total
Máquinas elétricas	20,93	16,6%
Máquinas mecânicas	13,61	10,8%
Combustíveis	10,48	8,3%
Ferro e aço	6,50	5,2%
Plásticos	6,07	4,8%
Vestuário de malha	3,78	3,0%
Tecidos de malha	3,09	2,5%
Frutas	3,06	2,4%
Automóveis	2,88	2,3%
Algodão	2,79	2,2%
Subtotal	73,19	58,1%
Outros produtos	52,79	41,9%
Total	125,99	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD. Portanto, as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

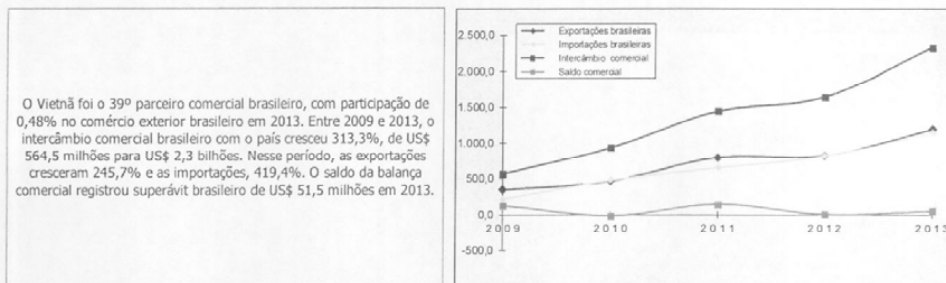
(2) Última posição disponível em 31/03/2014.

A pauta de importações do Vietnã apresentou-se concentrada em bens de alto valor agregado. Em 2012, máquinas elétricas (circuitos eletrônicos integrados, aparelhos telefônicos) foram os principais itens da pauta e representaram 16,6% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, máquinas de função individual e máquinas impressoras) com 10,8%; combustíveis (petróleo refinado, petróleo em bruto e gases de petróleo) com 8,3%; e ferro e aço (5,2%).

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

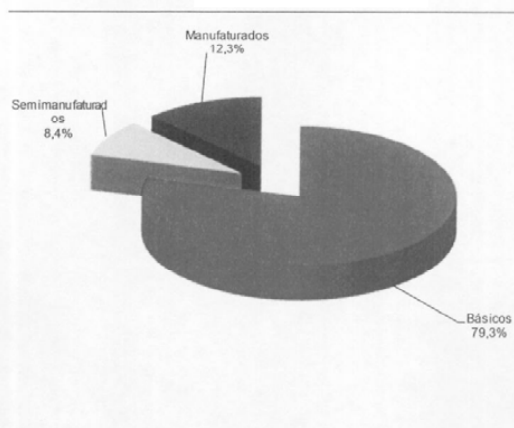
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-fev)	2014 (jan-fev)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	344,9	463,3	794,0	822,6	1.192,3	145,8	192,8	245,7%
Variação em relação ao ano anterior	3,1%	34,3%	71,4%	3,6%	45,0%	37,4%	32,3%	
Importações brasileiras	219,6	473,6	646,9	817,1	1.140,9	173,7	264,5	419,4%
Variação em relação ao ano anterior	9,7%	115,6%	36,6%	26,3%	39,6%	36,2%	52,3%	
Intercâmbio comercial	564,5	937,0	1.440,9	1.639,7	2.333,2	319,5	457,3	313,3%
Variação em relação ao ano anterior	5,6%	66,0%	53,8%	13,8%	42,3%	36,7%	43,1%	
Saldo comercial	125,2	-10,3	147,1	5,5	51,5	-28,0	-71,8	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleweb.
(n.c.) Dado não calculado.



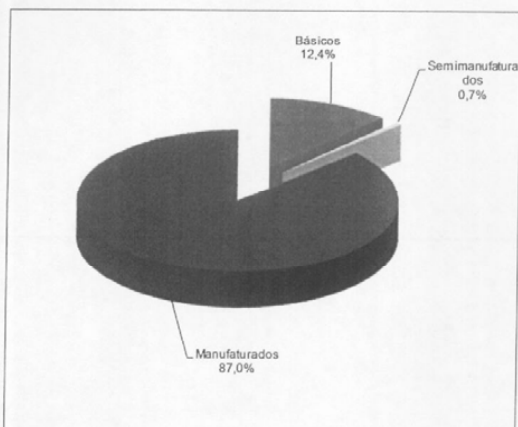
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para o Vietnã são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 79,3% do total em 2013, com destaque para grãos, cereais, farelo de soja e carnes. Os manufaturados (ferro e aço, madeira e máquinas mecânicas) posicionaram-se em seguida com 12,3% e os semimanufaturados, com 8,4%.

Importações



Os produtos manufaturados somaram 87% da pauta de importações em 2013, representados por máquinas elétricas, calçados, máquinas mecânicas). Os básicos posicionaram-se em seguida com 12,4% (pescados e borracha), e os semimanufaturados com 0,7%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Grãos	258,3	297,5	309,4	26,0%	Grãos 26,0%
Cereais	30,7	19,4	245,8	20,6%	Cereais 20,6%
Farelo de Soja	144,0	143,7	231,1	19,4%	Farelo de Soja 19,4%
Ferro e aço	47,7	22,6	85,1	7,1%	Ferro e aço 7,1%
Algodão	74,3	126,4	76,3	6,4%	Algodão 6,4%
Peles e couros	58,3	43,2	58,0	4,9%	Peles e couros 4,9%
Fumo	49,4	38,1	51,2	4,3%	Fumo 4,3%
Carnes	16,9	22,5	21,2	1,8%	Carnes 1,8%
Madeira	26,3	22,3	21,0	1,8%	Madeira 1,8%
Máquinas mecânicas	8,1	5,0	16,6	1,4%	Máquinas mecânicas 1,4%
Subtotal	713,8	740,7	1.115,7	93,6%	
Outros produtos	80,2	81,9	76,7	6,4%	
Total	794,0	822,6	1.192,3	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grãos (soja e amendoim) foram os principais produtos brasileiros exportados para o Vietnã. Em 2013, representaram 26% da pauta, seguidos de cereais (milho) com 20,6%; farelo de soja (19,4%); ferro e aço (7,1%); algodão (6,4%); e peles e couros (couro bovino) com 4,9%.

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Máquinas elétricas	89,5	133,6	329,3	28,9%	Máquinas elétricas 28,9%
Calçados	191,2	295,7	306,6	26,9%	Calçados 26,9%
Pescados	68,5	78,4	109,2	9,6%	Pescados 9,6%
Máquinas mecânicas	51,0	55,5	104,7	9,2%	Máquinas mecânicas 9,2%
Borracha	52,0	47,0	50,5	4,4%	Borracha 4,4%
Fibras sintéticas/artificiais	31,8	27,2	33,7	3,0%	Fibras sintéticas/artificiais 3,0%
Vestuário exceto de malha	17,1	25,0	32,9	2,9%	Vestuário exceto de malha 2,9%
Vestuário de malha	11,9	22,4	31,8	2,8%	Vestuário de malha 2,8%
Cimento/sal/gesso	14,4	9,5	15,2	1,3%	Cimento/sal/gesso 1,3%
Instrumentos de precisão	2,9	3,9	13,1	1,1%	Instrumentos de precisão 1,1%
Subtotal	530,3	698,2	1.027,0	90,0%	
Outros produtos	116,6	118,8	113,8	10,0%	
Total	646,9	817,1	1.140,9	100,0%	

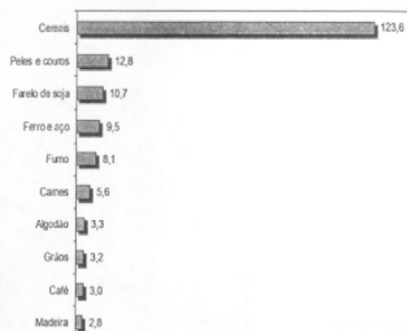
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Máquinas elétricas (partes de aparelhos telefônicos e circuitos integrados monolíticos "chipset") foram os principais produtos importados do Vietnã. Em 2013, as máquinas elétricas representaram 28,9% do total, seguidas de calçados (26,9%); pescados (filés de peixe) com 9,6%; e máquinas mecânicas (mecanismos de impressão, máquinas impressoras, máquinas de costura) com 9,2%. Seguiram-se: borracha (4,4%); fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas (3%); e vestuário exceto de malha (2,8%).

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

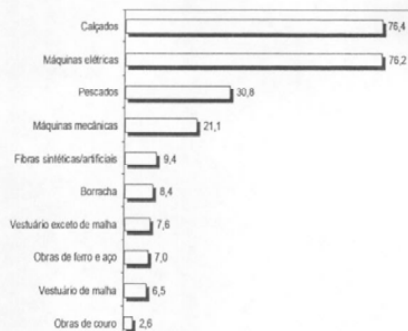
DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Cereais	0,0	0,0%	123,6	64,1%
Peles e couros	7,9	5,4%	12,8	6,7%
Farelo de soja	23,3	16,0%	10,7	5,6%
Ferro e aço	42,9	29,4%	9,5	4,9%
Fumo	8,3	5,7%	8,1	4,2%
Carnes	2,9	2,0%	5,6	2,9%
Algodão	5,4	3,7%	3,3	1,7%
Grãos	43,8	30,1%	3,2	1,6%
Café	1,3	0,9%	3,0	1,5%
Madeira	1,6	1,1%	2,8	1,5%
Subtotal	137,5	94,3%	182,6	94,7%
Outros produtos	8,3	5,7%	10,2	5,3%
Total	145,8	100,0%	192,8	100,0%

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total
Importações				
Calçados	50,8	29,2%	76,4	28,9%
Máquinas elétricas	28,4	16,3%	76,2	28,8%
Pescados	22,4	12,9%	30,8	11,7%
Máquinas mecânicas	13,9	8,0%	21,1	8,0%
Fibras sintéticas/artificiais	7,3	4,2%	9,4	3,6%
Borracha	7,3	4,2%	8,4	3,2%
Vestuário exceto de malha	5,2	3,0%	7,6	2,9%
Obras de ferro e aço	3,7	2,1%	7,0	2,7%
Vestuário de malha	6,4	3,7%	6,5	2,4%
Obras de couro	2,4	1,4%	2,6	1,0%
Subtotal	147,7	85,0%	246,1	93,0%
Outros produtos	26,0	15,0%	18,4	7,0%
Total	173,7	100,0%	264,5	100,0%

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Elaborado pelo MRG/DPR/DIC - Diário de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/ALC/web.

Aviso nº 158 - C. Civil.

Em 12 de maio de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Atenciosamente,



ALQIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 21/5/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 123' (/2014

3

RELATÓRIO Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 43, de 2014 (nº 105, de 12 de maio de 2014, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, nos termos da Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou currículo do indicado. O Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO nasceu em Recife, Pernambuco, no dia 28 de janeiro de 1948. É filho de José Paulo Pereira Pinto e Maria José Ney Pereira Pinto.

Em 1973, concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade do Distrito Federal. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Altos Estudos, em 1997, quando defendeu a tese “A Influência Político-

Cultural Chinesa no atual Processo de Cooperação entre a RPC e o Sudeste Asiático – Subsídios para a interlocução brasileira.”

Em 1970, o indicado ocupava o cargo de Oficial de Chancelaria. Em 1976, foi nomeado Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1979. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1984, a Conselheiro em 1993, Ministro de Segunda Classe em 2008. Em 2008, passou a integrar o quadro especial da carreira diplomática.

O diplomata desempenhou diversas funções, entre as quais se destacam a de chefe de delegação da XIII e da XV Sessão Especial do Conselho da Organização Internacional da Borracha (1989); Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios, na Embaixada em Pequim (1985), na Embaixada em Kuala Lumpur (1989), e na Embaixada em Cingapura (1991); Primeiro-Secretário, Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Manila (1995); Coordenador-Geral de Planejamento e Articulação Institucional (1998); Diretor do Escritório Comercial em Taipé, em Taiwan (2006); Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Mumbai (2009); Embaixador na Embaixada em Baku (2012); e Chefe de Escritório de Representação do MRE no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (desde 2012).

Além disso, foi agraciado com condecorações nacionais e estrangeiras: Mérito Santos Dumont, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Brasil, no grau de Cavaleiro; e Condecoração 2003 *Golden Merchant Award*, na Câmara de Comércio de Taiwan.

É autor de trabalhos publicados, como “A China e o Sudeste Asiático”, da Editora da Universidade do Rio Grande do Sul; “China – a ascensão pacífica da Ásia Oriental”, na Revista Brasileira de Política Internacional; “Taiwan – um futuro formoso para a ilha?”, da Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.

Vem com a mensagem presidencial, também em atendimento à citada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Belarus. O documento traz informações sobre as relações bilaterais com o Brasil, inclusive com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

Trata-se de república presidencialista, com Assembleia Nacional bicameral e sistema político altamente centralizado. A economia caracteriza-se pelo controle estatal.

No que se refere aos aspectos de política externa, percebem-se movimentos pendulares em direção à Rússia e ao Ocidente. Porém, nota-se maior aproximação com a Rússia, seja pelo fato de integrar, desde 2010, a União Aduaneira com Rússia e Cazaquistão, seja porque, em 2011, os últimos 50% das ações de sua empresa transportadora de gás foram vendidos para a Gazprom, empresa de energia russa. Ademais, a Belarus vem sofrendo pressões dos países Ocidentais para libertar seus prisioneiros políticos e sobre outras questões relacionadas à garantia dos direitos humanos.

As relações diplomáticas entre Brasil e Belarus foram estabelecidas em fevereiro de 1992. No ano de 2001, a Belarus abriu Consulado-Geral no Rio de Janeiro. Já a embaixada foi aberta em Brasília em 2010. O Brasil, por sua vez, abriu embaixada em Minsk no ano seguinte.

O comércio bilateral tem se mostrado estruturalmente deficitário para o lado brasileiro: importamos grandes quantidades de cloreto de potássio e exportamos fumo, caixas de marchas para caminhões e açúcar. Há que se destacar que estão em curso negociações para a instalação da fábrica de tratores da MTZ em Goiás, com capital brasileiro, bem como para aquisição de farelo de soja brasileiro diretamente pela Belarus, sem intermediação, com o fim de estimular a competitividade de seu setor de lácteos e carnes. Ademais, a EMBRAER tem tido participação na renovação da frota da Belavia, companhia aérea bielo-russa.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

4

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 43, DE 2014 (Nº 105/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

Os méritos do Senhor Paulo Antonio Pereira Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de maio de 2014.

Assinatura manuscrita em tinta preta, que parece ser a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Pinheiro.

2

EM Nº 00211/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES


Brasília, 29 de abril de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

EM nº 00211/2014 MRE

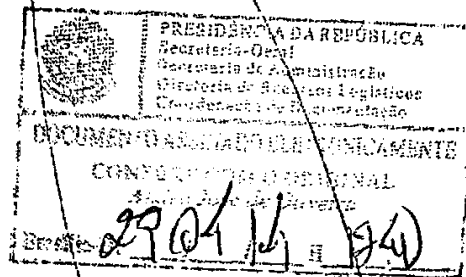
Brasília, 29 de Abril de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO
CPF.: 042.181.831-04
ID.: 3977 MRE

1948 Filho de José Paulo Pereira Pinto e Maria José Ney Pereira Pinto, nasce em 28 de janeiro, em Recife/PE

Dados Acadêmicos:

1973 Ciências Econômicas pela Universidade do Distrito Federal
1997 CAE - IRBr, A Influência Político-Cultural Chinesa no atual Processo de Cooperação entre a RPC e o Sudeste Asiático - Subsídios para a interlocução brasileira

Cargos:

1970 Oficial de Chancelaria
1976 Terceiro-Secretário
1979 Segundo-Secretário
1984 Primeiro-Secretário, por merecimento
1993 Conselheiro, por merecimento
2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

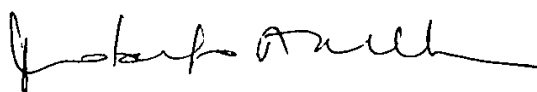
1976 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1976-1977 Embaixada em Libreville, Terceiro-Secretário e Encarregado de Negócios
1977-1979 Embaixada em Maputo, Terceiro e Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
1979-1982 Embaixada em Pretória, Encarregado de Negócios
1982-1985 Embaixada em Pequim, Segundo e Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios
1985-1986 Divisão de Ásia e Oceania, assessor
1986-1989 Embaixada em Kuala Lumpur, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios
1986 I Sessão Especial do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC), Chefe de delegação
1986 XIII Sessão do Conselho da Organização Internacional da Borracha, Chefe de delegação
1987 XV Sessão do Conselho da Organização Internacional da Borracha, Chefe de delegação
1989-1991 Embaixada em Cingapura, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios
1991-1995 Embaixada em Manila, Primeiro-Secretário, Conselheiro e Encarregado de Negócios
1994 Consulado em Xangai, Encarregado do Consulado em missão transitória
1995 Embaixada em Jacarta, Encarregado de Negócios em missão transitória
1995-1998 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Coordenador-Geral de Planejamento e Articulação Institucional
1998-2006 Escritório Comercial em Taipé, Diretor
2006-2009 Consulado-Geral em Mumbai, Cônsul-Geral
2009-2012 Embaixada em Baku, Embaixador
2012- Chefe do Escritório de Representação do MRE no Rio Grande do Sul, Porto Alegre

Condecorações:

1996 Mérito Santos Dumont, Brasil
1997 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
2003 Condecoração 2003 Golden Merchant Award, Câmara de Comércio de Taiwan

Publicações:

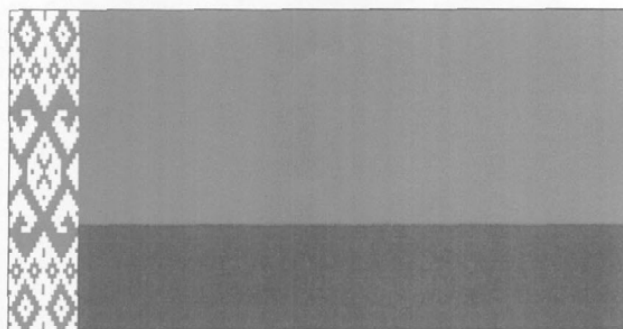
- 2000 A China e o Sudeste Asiático, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul
2004 Iruan nas Reinações Asiáticas, Editora AGE, Porto Alegre
2005 China - a ascensão pacífica da Ásia Oriental, na Revista Brasileira de Política Internacional
2005 Taiwan - um futuro formoso para a ilha? Editora da Universidade do Rio Grande do Sul

**ROBERTO ABDALLA**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BELARUS

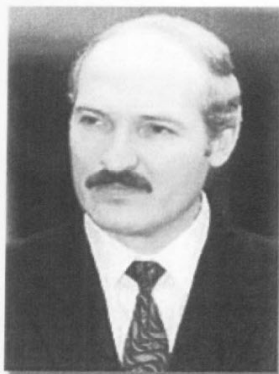


Informação para o Senado Federal
Abril de 2014

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Belarus
GENTÍLICO	Bielorrusso
CAPITAL	Minsk
ÁREA	207.600 km ²
POPULAÇÃO	9.577.552 habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Russo (70%) e bielorrusso (23%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (bicameral)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Aleksander Lukashenko
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mikhail Myasnikovich
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vladimir Makei
PIB nominal (2013)	US\$ 69,2 bilhões
PIB PPP (2013)	US\$ 150,4 bilhões
PIB per capita (2013)	US\$ 7.414,00
PIB PPP per capita (2012)	US\$ 16.106,00
IDH (2013-PNUD)	0,793 (50º posição entre 185 países)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,6%
EXPECTATIVA DE VIDA	69,8 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	1%
UNIDADE MONETÁRIA	Rublo bielorrusso
EMBAIXADOR NO BRASIL	Leonid Krupets
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	20

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC / AliceWeb

BRASIL → BELARUS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	98,1	233,2	207,1	232,2	380,8	1.280,8	513,9	695,9	1.496,6	908,4	558,5
Exportações	6,7	8,6	4,6	12,7	15,6	33,9	9,7	21,3	18,1	71,0	13,4
Importações	91,4	224,5	202,5	219,4	365,2	1.246,8	504,1	674,5	1.478,4	837,4	545,0
Saldo	-84,7	-215,8	-197,9	-206,7	-349,6	-1.212,8	-494,3	-653,2	-1.460,3	-766,3	-531,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

Aleksander Lukashenko
Presidente da República da Belarus

Alexander Grigorievich Lukashenko nasceu em Kopys, na então República Socialista Soviética Bielorrussa (RSSB), em 30 de agosto de 1954.

Formou-se em História pelo Instituto de Pedagogia de Mogilev, em 1975, e em economia pela Academia de Agricultura da Belarus, em 1985. Depois de servir nos destacamentos de fronteira entre 1975 e 1977, Lukashenko chefiou um departamento da *Komsomol* (a *União Comunista da Juventude*), em Mogilev, de 1977 até 1978. Entre 1980 e 1982, serviu no Exército Soviético. Nos anos seguintes trabalhou na administração de empresas agrícolas e de construção na região de Mogilev.

Começou carreira política em 1990, com sua eleição para o Parlamento nacional. Lukashenko foi o único deputado bielorrusso que votou contra a desagregação da URSS, em 1991. Como parlamentar, destacou-se na causa do combate à corrupção.

Foi eleito Presidente da República em 1994, na primeira eleição nacional após o fim da União Soviética e a conseqüente independência do país. Em 1996, convocou referendo que reformou Constituição, concentrando poderes no Executivo. Foi reeleito em 2001.

Em 2004, novo referendo popular realizado no país eliminou o limite ao número de reeleições consecutivas.

Foi novamente reeleito nos pleitos de 2006 e de 2010. Suas gestões foram caracterizadas pela concentração do poder e por restrições às liberdades civis, mas também por uma relativa estabilidade econômica e social – sobretudo em comparação com outros ex-integrantes da União Soviética.



Mikhail Myasnikovich
Primeiro-Ministro da República da Belarus

Mikhail Uladzimiravich Myasnikovich, Primeiro-Ministro da Belarus desde 2010, nasceu em Novy Snov, na região de Minsk, então capital da República Socialista Soviética Bielorrussa (RSSB), em 6 de maio de 1950. Graduou-se em engenharia, em 1972, pelo Instituto de Engenharia e Construção de Brest. Seu currículo oficial registra também um doutorado em economia, obtido em 1998.

Entre 1973 e 1986, trabalhou como engenheiro e ocupou diversos cargos executivos na Prefeitura de Minsk e na seção local do Partido Comunista. Em 1986, ascendeu ao posto de Ministro da Habitação e dos Serviços Comuns da RSSB, então integrante da URSS. Às vésperas da independência, em 1990, tornou-se vice-presidente do Conselho de Ministros da república federada, cargo que continuou a ocupar, até 1994, no governo da Belarus independente.

Em 1994, com a vitória de Alexander Lukashenko nas primeiras eleições presidenciais após a independência, Myasnikovich incorporou-se à equipe do novo mandatário como Vice-Primeiro-Ministro e, posteriormente, como Chefe da Administração Presidencial. Em 2001, no entanto — no que foi interpretado como uma tentativa de esvaziar seu crescente peso político —, foi deslocado, por ordem do Presidente, para a chefia da Academia Nacional de Ciências.

Após nove anos fora dos principais círculos decisórios, foi reabilitado pelo Presidente Lukashenko após as eleições presidenciais de 2010, tornando-se Primeiro-Ministro em dezembro daquele ano.

Myashnikovich é entusiasta de uma maior integração da Belarus à Rússia.



Vladimir Makei
Ministro das Relações Exteriores

Vladimir Makei nasceu em Nekrasevichi em 5 de agosto de 1958. Makei serviu nas forças armadas soviéticas e bielorrussas, aposentando-se na patente de coronel em 1993. Tronou-se diplomata de carreira e ocupou vários postos no Ministério dos Negócios Eentranceiros bielorrusso, entre 1993 - 2000. Nos anos 2000 - 2008 trabalhou como assistente do Presidente Aleksandr Lukashenko. Desde julho de 2008 era chefe da Administração do Presidente Lukashenko (cargo equivalente ao de Chefe da Casa Civil, no Brasil).

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Belarus estabeleceram relações diplomáticas em fevereiro de 1992. Em 2001, Belarus abriu Consulado-Geral no Rio de Janeiro e, em 2010, inaugurou Embaixada em Brasília. O Brasil abriu Embaixada em Minsk em junho de 2011.

Registraram-se, até aqui, duas visitas bilaterais de alto nível, ambas de autoridades bielorrussas: do Chanceler Sergei Martynov, em 2004, e do Presidente Lukashenko, em 2010. Foram assinados acordos que prevêm isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais, de 2004 (já vigente), e de isenção parcial de vistos, de 2013 (em tramitação), bem como Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, de 2013 (em vigor). Estão pendentes duas visitas de altas autoridades bielorrussas ao Brasil: do Primeiro Vice-Primeiro Ministro Vladimir Semashko e do Presidente do Parlamento, Vladimir Andreychenko.

O comércio bilateral tem sido estruturalmente deficitário para o Brasil, que importa grandes quantidades de cloreto de potássio, e exporta sobretudo fumo, caixas de marchas para caminhões e açúcar. Estão em curso entendimentos para a

instalação de fábrica de tratores da MTZ em Goiás, com capital brasileiro, e para a aquisição pela Belarus, sem intermediários, de farelo de soja brasileiro, para estimular a competitividade de seu setor de lácteos e carnes. A Embraer tem participado ativamente da renovação da frota de aeronaves da Belavia.

Em agosto passado, delegação das empresas bielorrussas Belneftekhim e Belaruskaly visitou o Brasil e manteve reunião com o Senhor Ministro das Minas e Energia e o Senhor Vice-Governador do Maranhão, onde visitaram o Porto de Itaqui. Os representantes das empresas bielorrussas teriam prospectado a possibilidade de construção de planta industrial para a produção de fertilizantes complexos no Maranhão.

A Belarus apoiou a candidatura do Professor José Graziano a DG-FAO, assim como ofereceu suporte ao pleito brasileiro de um assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a despeito dos seguidos votos do Brasil contra o país no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Embora tenha reconhecido progressos da Belarus em questões de direitos humanos, o Brasil, em junho último, votou a favor da extensão, por um ano, do mandato do Relator Especial sobre o país, o húngaro Miklós Haraszti.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira residente na Belarus é pouco expressiva, contando com cerca de 20 indivíduos.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de créditos ou financiamentos oficiais a tomador soberano da Belarus.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político bielorrusso é altamente centralizado. O Presidente Lukashenko, no poder desde 1994, concentra em suas mãos quase todo o poder político: detém as prerrogativas de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, dissolver o Congresso e designar Governadores de províncias. O Legislativo atua, sobretudo, como órgão legitimador dos projetos do Executivo.

Em consequência do controle estatal da economia e das restrições a manifestações populares e à atuação de organismos da sociedade civil, os poucos pólos alternativos de poder encontram pouco espaço para atuar. Nesse contexto, a oposição veicula suas idéias sobretudo por meio da Internet, o que limita as possibilidades de surgimento de projetos alternativos viáveis.

As tensões resultantes das restrições às liberdades civis agravaram-se após as eleições presidenciais de 2010. Ainda que a vitória de Lukashenko pareça incontestável — uma vez que não havia, entre os opositores, candidatos com reais chances de vitória —, as cifras oficiais (que apontaram 79,67% de votos no Presidente) deram ensejo protestos populares, à prisão de manifestantes e ao conseqüente esfriamento das relações com os EUA e a UE.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior da Belarus caracteriza-se por movimentos pendulares em direção à Rússia e ao Ocidente, alternativamente, de modo a extrair vantagens de um e outro parceiro, sem comprometer a liberdade de ação e o modelo político. À Rússia, o país sinaliza com a eventual integração s estruturas políticas e econômicas construídas por Moscou. À União Européia, acenava com a abertura política, abandonada tão logo Moscou aceitasse fazer novas concessões econômicas.

Atualmente, o país vem sofrendo pressões de países ocidentais e organismos internacionais, que exigem a libertação de prisioneiros políticos. Em fins de fevereiro de 2012, em reação a essas pressões, o governo expulsou o Embaixador da Polônia e o Representante da UE, o que levou todos os demais membros da UE a convocar seus respectivos Embaixadores (reenviados a Minsk em maio de 2012).

Paralelamente, o país vem-se inserindo de modo muito mais profundo na órbita russa. Em dezembro de 2011, vendeu à Gazprom os últimos 50% de ações da transportadora de gás Beltransgaz. Para além disso, a Belarus integra, desde janeiro de 2010, a União Aduaneira com a Rússia e o Cazaquistão e declara seu apoio ao projeto mais ambicioso da União Econômica Euro-Asiática (a constituir-se até 2015).

União Europeia

Lukashenko ensaiava um processo de aproximação da UE desde 2008, em busca de apoio político e, particularmente, financeiro. Para a UE, tratava-se de pressionar pela realização de reformas políticas e legais em troca da concessão de ajuda ao desenvolvimento e da elaboração de projetos de cooperação. Lukashenko, no entanto, adotou uma posição de permanente indulgência em relação às demandas de Bruxelas, vocalizadas em reiteradas visitas de autoridades europeias ao país.

O acirramento da repressão à oposição e o recurso à violência após as eleições presidenciais foram determinantes para que ocorresse a revisão da política europeia de abertura cautelosa em relação a Belarus, levando à aplicação de sanções contra membros do regime, como restrições a viagens e congelamento

de bens, e à adoção, por iniciativa de Bruxelas, de resolução condenatória ao país no âmbito do Conselho de Direitos Humanos (com o voto favorável do Brasil).

EUA

São particularmente difíceis as relações da Belarus com os EUA. Durante o Governo do Presidente George W. Bush, o país chegou a taxar Belarus como “a última ditadura da Europa”. Em 2008, Minsk decidiu retirar seu Embaixador de Washington e “sugeriu” à Casa Branca que fizesse o mesmo com a Embaixadora dos EUA na Belarus. Após as eleições bielorrussas, em dezembro de 2010, a Secretária de Estado norte-americana, Hilary Clinton, e a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Catherine Ashton, emitiram comunicado condenando a repressão às manifestações populares e lamentando o “passo atrás” que significou a condução pouco transparente do processo eleitoral. O comunicado afirma que, na ausência de progresso nas áreas de democracia e direitos humanos, as relações entre a Belarus e a União Europeia e os Estados Unidos “não poderão melhorar”.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Herdeira do sistema soviético, a Belarus mantém importante setor industrial, que responde por 44,8% do PIB. Sua indústria produz bens de capital (caminhões, tratores, peças e equipamentos agrícolas, exportados principalmente para os ex-integrantes da URSS), produtos médico-hospitalares (inclusive medicamentos), derivados do petróleo (elaborados a partir de importações subsidiadas da Rússia) e fertilizantes.

O país sofreu pouquíssimas reformas estruturais desde 1995, quando Lukashenko afirmou que recolocaria a Belarus “no caminho do socialismo de mercado”. Lukashenko adotou rígidos esquemas de controles de preços e de câmbio e aumentou a influência do Estado nas empresas privadas, freqüentemente com alterações arbitrárias no ordenamento jurídico e medidas coercitivas contra empresários.

O mercado interno modesto e o escasso ingresso de capitais estrangeiros impõem grande dependência das exportações como forma de preservar a estrutura produtiva e o pleno emprego, bem como de garantir o ingresso de divisas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
c.700-c.900	Povos eslavos se estabelecem no território atual da Belarus
c.1000-c.1300	Principado de Polotsk constitui o principal “Estado” eslavo na Belarus
1240-1655	Hegemonia lituana e, posteriormente, polonesa sobre a Belarus
1772-1795	Três sucessivas partilhas da Polônia por Alemanha, Áustria e Rússia levam Belarus à anexação pelo Império czarista russo
1840	Nicolau I proíbe o uso do termo “Belarus” (Rússia branca) e impõe utilização de “Território do Noroeste”
1864	Revolta protonacionalista bielorrussa sufocada por Moscou, que proíbe uso do alfabeto latino e pressiona pela reconversão de católicos à fé ortodoxa
1914-1918	I Guerra Mundial: Alemanha ocupa a Belarus e permite o uso de língua bielorrussa, fomenta a abertura de escolas e institutos
1919	Criação da República Socialista Soviética da Bielorrússia; exército Vermelho invade Minsk (janeiro); exército polonês invade Minsk (agosto)
1921	Tratado de Riga põe termo à Guerra Russo-Polonesa; URSS e Polônia dividem Belarus entre si
1941	Alemanha invade URSS; Exército Vermelho evacua 20% da população bielorrussa e destrói todo o suprimento de víveres do país. Alemanha estabelece regime fantoche em Belarus; 9.000 cidades são queimadas e 380.000 pessoas são deportadas para trabalhos forçados
1944	URSS recupera Belarus; país perde ¼ de sua população, em sua maioria poloneses e judeus
1945	A Belarus se torna membro-fundador das Nações Unidas
1950s	A Belarus se torna uma das maiores forças industriais da URSS
1986	Acidente de Chernobyl, próximo à fronteira ucraniano-bielorrussa
1991	Independência da Belarus
1994	Aleksandr Lukashenko eleito Presidente
2010	Eleições presidenciais dão a Lukashenko quarta vitória eleitoral; protestos são sufocados pelas forças governistas. EUA e UE impõem sanções ao país

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	Brasil reconhece a independência da Belarus
1992	Estabelecimento das relações diplomáticas
1994	Visita do Diretor do Departamento da Europa a Minsk, a primeira entre os dois países
1999	Missão comercial bielorrussa ao Brasil
2004	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros bielorrusso ao Brasil
2010	Criação de Embaixada residente do Brasil em Minsk; troca de visitas de Delegações bielorrussa e do Governo do Estado de Goiás; visita ao Brasil do Presidente Aleksandr Lukashenko
2013	Primeira Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, 11/11/2013)

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (DOU)
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/10/2004	18/1/2005	29/05/2006
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus Sobre Isenção Parcial de Vistos	11/11/2013	Ainda não ratificado	

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2 0 1 3

PIB

Crescimento real	2,13%
PIB nominal	US\$ 69,2 bilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 7.414
PIB PPP	US\$ 150,4 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 16.106

Origem do PIB

Agricultura	9,2%
Indústria	46,2%
Serviços	44,7%

Balanco de pagamentos

Saldo em transações correntes	US\$ -5,76 bilhões
Saldo da balança comercial de bens (2012)	US\$ -5,4 bilhões
Saldo da balança comercial de serviços (2012)	US\$ 2,28 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 4,9 bilhões

Outros indicadores

Inflação (fim do período)	12,0%
Câmbio (BRb / US\$)	8.800,1

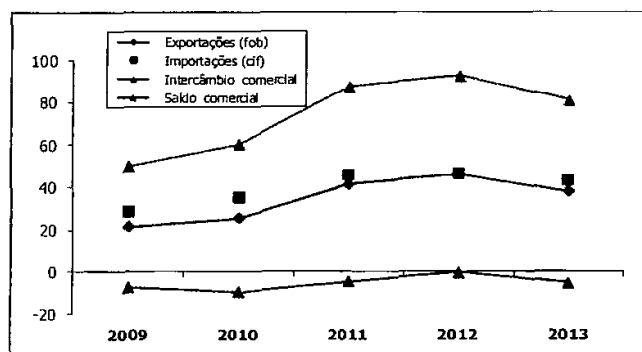
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2013; (3) World Investment Report 2013; (4) UN/UNCTAD/ITC/TradeMap March 2014.

Com PIB nominal de US\$ 69,2 bilhões e crescimento de 2,13% em 2013, o país posicionou-se como a 68ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 46,2% do PIB, seguido do setor de serviços com 44,7%, e do agrícola com 9,2%. O país apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 5,76 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 5,4 bilhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo positivo de US\$ 2,28 bilhões.

Evolução do comércio exterior
US\$ bilhões

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	Var.% 2009-2013
Exportações (fob)	21,3	25,3	41,4	46,1	37,6	76,3%
Importações (cif)	28,6	34,9	45,8	46,4	42,9	50,3%
Intercâmbio comercial	49,9	60,2	87,2	92,5	80,5	61,4%
Saldo comercial	-7,3	-9,6	-4,3	-0,3	-5,4	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.
(n.c.) Dado não calculado.



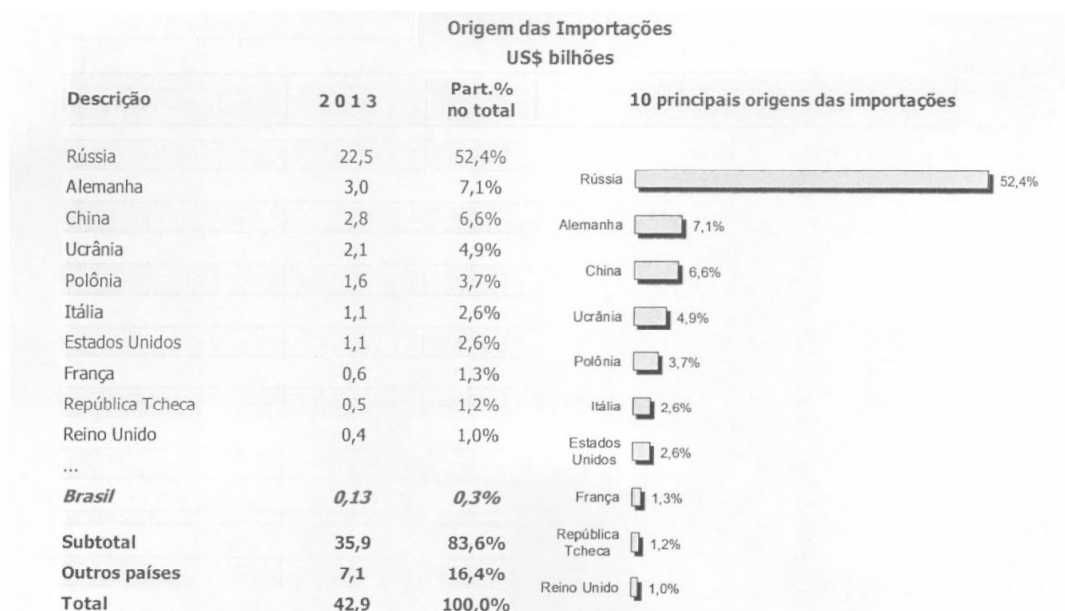
O comércio exterior do país apresentou, em 2013, crescimento de 61,4% em relação a 2009, de US\$ 49,9 bilhões para US\$ 80,5 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 59º mercado mundial, sendo o 59º exportador e o 54º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 5,4 bilhões em 2013.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2013	Part.% no total	10 principais destinos das exportações
Rússia	16,7	44,5%	Rússia 44,5%
Ucrânia	4,3	11,4%	Ucrânia 11,4%
Países Baixos	3,5	9,4%	Países Baixos 9,4%
Alemanha	1,8	4,7%	Alemanha 4,7%
Lituânia	1,1	2,9%	Lituânia 2,9%
Reino Unido	1,0	2,7%	Reino Unido 2,7%
Itália	0,9	2,5%	Itália 2,5%
Cazaquistão	0,9	2,3%	Cazaquistão 2,3%
Polônia	0,8	2,1%	Polônia 2,1%
Letônia	0,5	1,4%	Letônia 1,4%
Brasil	0,52	1,4%	
Subtotal	32,0	85,2%	
Outros países	5,6	14,8%	
Total	37,6	100,0%	

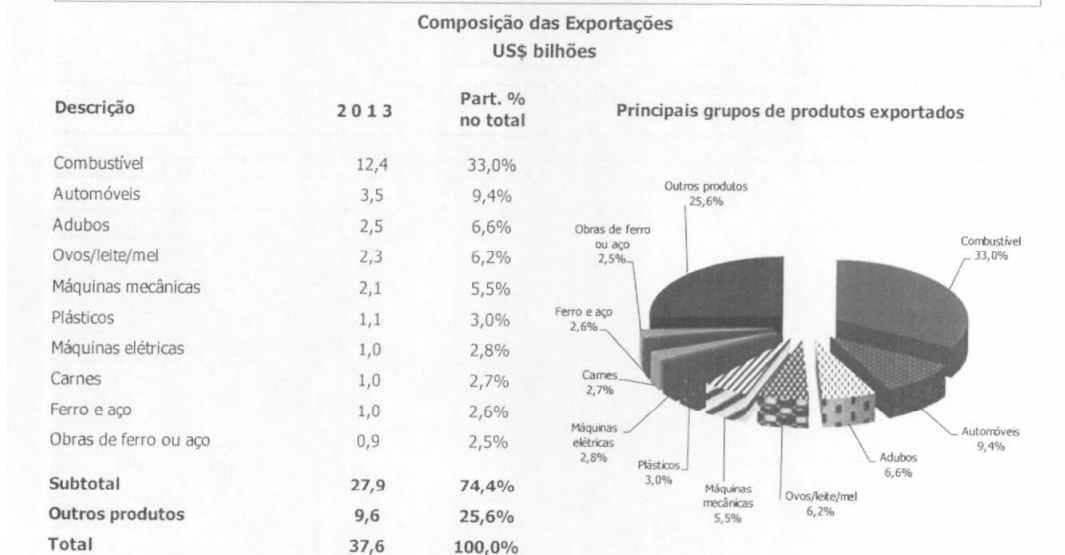
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

As vendas do país são direcionadas em grande parte para a Europa, que absorveu 85,8% do total das vendas de Belarus em 2013. Individualmente, a Rússia foi o principal destino das vendas com 44,5% do total. Seguiram-se: Ucrânia (11,4%); Países Baixos (9,4%); Alemanha (4,7%); Lituânia (2,9%). O Brasil posicionou-se no 11º lugar entre os compradores de Belarus, com 1,4% do total.



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

Os países da Europa são também os principais abastecedores do mercado de Belarus. Em 2013, somaram 83,3% do total das compras. Individualmente, a Rússia foi o principal fornecedor de bens à Belarus, com 52,4% do total. Seguiram-se: Alemanha (7,1%); China (6,6%); Ucrânia (4,9%); e Polônia (3,7%). O Brasil posicionou-se no 30º lugar entre os fornecedores do mercado turco com 0,3% do total.



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

Combustíveis (petróleo refinado e em bruto e gases de petróleo) foram os principais produtos exportados por Belarus em 2013, representando 33% do total das vendas do país. Seguiram-se: automóveis (caminhões, veículos para transporte de mercadorias, tratores) com 9,4%; adubos (adubos minerais ou químicos potássicos) com 6,6%; ovos/leite/mel (leite e creme de leite, queijos e requeijão, manteigas e outras gorduras do leite, manteiga de leite e iogurte) com 6,2%; máquinas mecânicas (máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluindo as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, refrigeradores, congeladores) com 5,5%.

Composição das importações US\$ bilhões

Descrição	2013	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados
Combustíveis	12,6	29,3%	
Máquinas mecânicas	5,4	12,5%	
Automóveis	2,7	6,3%	
Máquinas elétricas	2,6	6,1%	
Ferro e aço	2,1	4,9%	
Plásticos	1,9	4,3%	
Obras de ferro/aço	1,3	3,1%	
Farmacêuticos	0,8	1,8%	
Instrumentos de precisão	0,7	1,6%	
Borracha	0,6	1,5%	
Subtotal	30,7	71,4%	
Outros produtos	12,3	28,6%	
Total	42,9	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2014.

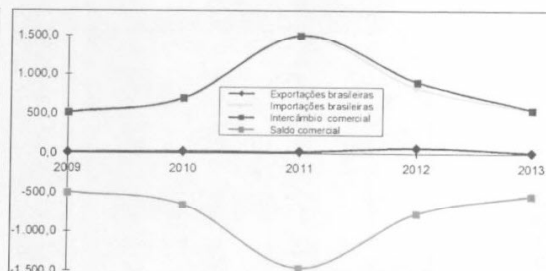
A pauta de importações de Belarus apresentou-se na compra de combustíveis. Em 2013, este grupo de produtos (óleo de petróleo em bruto, gases de petróleo e energia elétrica, óleo de petróleo refinado) representaram 29,3% do total das compras. Seguiram-se: máquinas mecânicas (motores de pistão, de ignição por compressão - diesel ou semidiesel, máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, torneiras, válvulas para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas) com 12,5%; automóveis (carros, caminhões, veículos para transporte de mercadorias, partes e acessórios de veículos automóveis, tratores) com 6,3; máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, incluindo os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio, fios para bobinar, monitores com tubo de raios catódicos) com 6,1%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil US\$ milhões, fob

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-fev)	2014 (jan-fev)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	9,8	21,3	18,2	71,1	13,5	1,2	1,2	37,6%
Variação em relação ao ano anterior	188,3%	117,8%	-14,9%	291,3%	-81,0%	-76,7%	-0,6%	
Importações brasileiras	504,1	674,6	1.478,5	837,4	545,0	43,7	47,6	8,1%
Variação em relação ao ano anterior	-59,6%	33,8%	119,2%	-43,4%	-34,9%	-48,9%	8,9%	
Intercâmbio comercial	513,9	695,9	1.496,6	908,5	558,5	44,9	48,8	8,7%
Variação em relação ao ano anterior	-58,9%	35,4%	115,1%	-39,3%	-38,5%	-50,4%	8,6%	
Saldo comercial	-494,3	-653,3	-1.460,3	-766,4	-531,6	-42,5	-46,4	n.c.

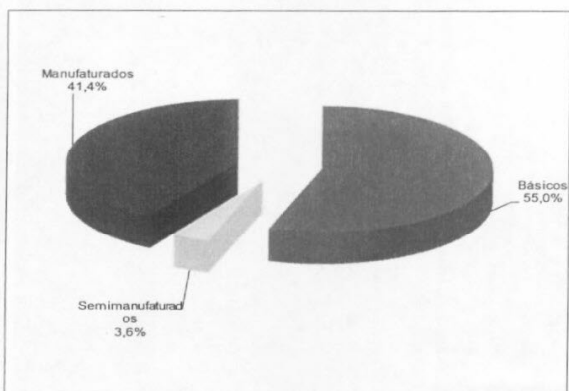
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliconvex. (n.c.) Dado não calculado.

Belarus foi o 71º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,12% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 8,7%, de US\$ 513,9 milhões para US\$ 558,5 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 37,6% e as importações, 8,1%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 531,6 milhões em 2013.



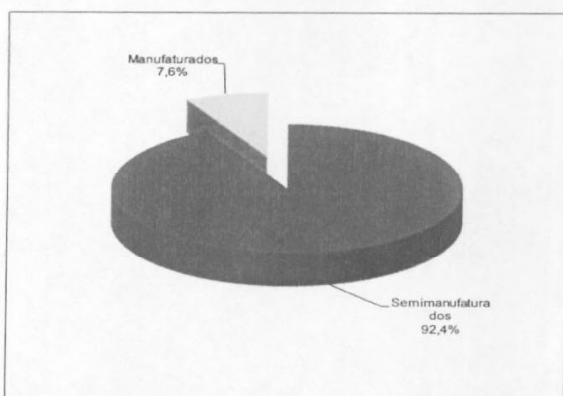
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 55% do total em 2013, com destaque para a venda de fumo. Os produtos manufaturados posicionaram-se em seguida com 41,4% (máquinas mecânicas e calçados) e os semimanufaturados, com 3,6%.

Importações



Os produtos semimanufaturados somaram 92,4% da pauta de importações em 2013, representados sobretudo pela compra de cloreto de potássio. Os manufaturados posicionaram-se em seguida com 7,6% (ureia e sulfato de amônio).

Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Fumo	6.508	11.414	7.404	54,9%	Fumo 54,9%
Máquinas mecânicas	1.690	1.814	3.897	28,9%	Máquinas mecânicas 28,9%
Calçados	421	324	484	3,6%	Calçados 3,6%
Pastas/feltros/falsos tecidos	147	315	370	2,7%	Pastas/feltros/falsos tecidos 2,7%
Materias albuminóides	272	375	364	2,7%	Materias albuminóides 2,7%
Veículos	4.799	356	295	2,2%	Veículos 2,2%
Peles	114	109	287	2,1%	Peles 2,1%
Peleteria	76	76	129	1,0%	Peleteria 1,0%
Obras de gesso/pedra/cimento	22	27	93	0,7%	Obras de gesso/pedra/cimento 0,7%
Máquinas elétricas	52	143	43	0,3%	Máquinas elétricas 0,3%
Subtotal	14.102	14.953	13.366	99,2%	
Outros produtos	4.062	56.114	111	0,8%	
Total	18.164	71.067	13.477	100,0%	

Elaboração pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AKceweb.

A pauta de exportação brasileira para Belarus é concentrada. Em 2013 fumo e máquinas mecânicas representaram mais de 4/5 das vendas. Fumo (tipo virginia, tipo burley e desperdícios de fumo) foi o principal produto brasileiro vendido ao país, com 54,9% do total. Máquinas mecânicas (outros niveladores, aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, máquinas e aparelhos para fabricação de papel ou cartão) participaram com 28,9%.

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Adubos	1.317	825	538	98,7%	Adubos 98,7%
Borracha	19	8	3	0,6%	Borracha 0,6%
Máquinas mecânicas	0	0	1	0,2%	Máquinas mecânicas 0,2%
Subtotal	1.337	834	542	99,5%	
Outros produtos	142	4	3	0,5%	
Total	1.478	837	545	100,0%	

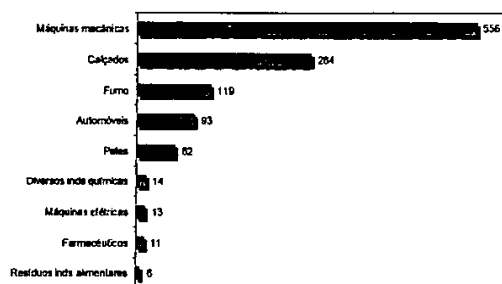
Elaboração pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AKceweb.

Adubos (outros cloretos de potássio, ureia e sulfato de amônio) foram os principais produtos importados pelo Brasil originários de Belarus. Em 2013 este grupo de produtos representou 98,7% das compras brasileiras.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

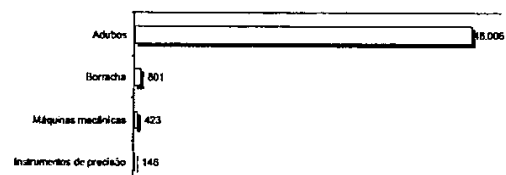
DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Máquinas mecânicas	758	64,3%	556	47,4%
Calçados	152	12,9%	284	24,2%
Fumo	239	20,3%	119	10,2%
Automóveis	0	0,0%	93	8,0%
Pele	0	0,0%	62	5,3%
Diversos inds químicas	0	0,0%	14	1,2%
Máquinas elétricas	0	0,0%	13	1,1%
Farmacêuticos	11	1,0%	11	1,0%
Resíduos inds alimentares	0	0,0%	6	0,5%
Subtotal	1.160	98,4%	1.159	98,9%
Outros produtos	19	1,6%	13	1,1%
Total	1.179	100,0%	1.172	100,0%

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



Importações				
Adubos	42.785	97,9%	46.006	96,7%
Borracha	388	0,9%	801	1,7%
Máquinas mecânicas	12	0,0%	423	0,9%
Instrumentos de precisão	28	0,1%	146	0,3%
Subtotal	43.212	98,9%	47.375	99,6%
Outros produtos	482	1,1%	205	0,4%
Total	43.694	100,0%	47.580	100,0%

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Elaborado pelo FIE/DPR/DIC - Direção de Interação Comercial, com base em dados do FIC/SECEX/Alcoveio.

Aviso nº 159 - C. Civil.

Em 12 de maio de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 21/5/2014

4

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Para o “Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)” recomendamos a presença dos seguintes convidados com a subsequente agenda:

Abertura:

- **Ministra Izabella Teixeira** (Ministério do Meio Ambiente);
- **Antônio César Bochenek** (Presidente da Associação dos Juízes Federais);
- **Denise Hamú** (Coordenadora do Escritório do Pnuma no Brasil).

Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental:

- **Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho** (Chefe da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores);
- **Ministro Antonio Herman Benjamin** (Ministro do Superior Tribunal de Justiça);

-
- **Ben Boer** (Professor da University of Sidney Law School - Austrália e Wuhan University - China).

Agenda Ambiental e Jurídica dos ODSs: Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação:

- **Peter Burdon** (Professor da Adelaide Law School - Austrália). *Tema: Ética e ODSs;*
- **Tomme Young** (Pesquisadora e Consultora Internacional - Estados Unidos). *Tema: Biodiversidade, Acesso e Divisão de Benefícios, e ODSs;*
- **Owen McIntyre** (Professor da Faculdade de Direito da University College Cork - Irlanda). *Tema: Água e ODSs;*
- **Carl Bruch** (Pesquisador do Environmental Law Institute - Washington DC). *Tema: ODSs em Regiões Pós-Conflito;*
- **Karl Rabago** (Professor da Pace University - Nova York). *Tema: ODSs e Energia;*
- **Timo Koivurova** (Professor da University of Lapland - Finlândia). *Tema: ODSs, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos;*
- **Ian Hannam** (Pesquisador - Austrália). *Tema: Degradação do Solo, Desertificação e ODSs;*
- **Ken Markowitz** (Secretariado da INECE - Rede Internacional para a Implementação Ambiental). *Tema: ODSs e a Implementação Legal.*

JUSTIFICAÇÃO

Ainda em junho de 1992, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 (ou Eco-92), uma das maiores da história. O sucesso do encontro foi além das expectativas, caracterizando-se como a “largada” para que a conscientização ambiental e ecológica entrasse definitivamente na agenda global. Vinte anos depois, em junho de 2012, seria realizada na mesma cidade brasileira a Rio+20, ocasião em que se renovou o compromisso da comunidade internacional com o desenvolvimento sustentável.

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), sob o título “o Futuro que Queremos”, foi aprovado pelas delegações dos 188 Estados-Membros das Nações Unidas presentes na Conferência, reafirmando as bases dos Objetivos do Milênio. Mas, também apontou a necessidade de avançar no sentido de se desenharem “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODSs), orientados à ação, de natureza global e universalmente aplicáveis, capazes de servir “como agente para a implementação e popularização do desenvolvimento sustentável no Sistema das Nações Unidas como um todo”.

Os esforços destinados à redação desses objetivos foram incorporados na Agenda de desenvolvimento pós-2015 do Sistema das Nações Unidas. Após mais de um ano de intensa discussão, o Grupo Aberto de Trabalho da ONU, estabelecido como resultado da Rio+20, propôs 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que representam um conjunto de prioridades globais, integradas e indivisíveis, para o desenvolvimento sustentável.

Evidentemente, o sucesso desses Objetivos (ODSs) dependerá de cada país fazer o seu “dever de casa”. O Brasil, que sediou as importantes Conferências ambientais é protagonista central e exemplo nesse esforço mundial. Assim, para que os ODSs se tornem realidade, muito se exigirá de suas instituições administrativas e judiciais, mas também de firmes e claras ações legislativas do Congresso Nacional. Nesse contexto, ganha destaque a necessidade da elaboração de um marco legislativo adequado, capaz de traduzir esses objetivos em iniciativas concretas no plano interno, exigindo-se um grande diálogo que envolva não só órgãos ambientais, mas também os vários setores do Estado diretamente encarregados da missão de desenvolver o país, sem falar da intensa e rica participação da sociedade civil e dos agentes econômicos.

A dimensão legislativa é, pois, senhores, da maior importância. O Congresso Nacional não poderá se omitir em tema tão caro ao mundo e ao nosso país. Desnecessário ressaltar que, na implementação dos ODSs, o Congresso e a Magistratura devem andar de mãos juntas, pois enquanto aos parlamentares cabe editar o marco nacional desses objetivos, aos juízes competirá aplicar e interpretar de maneira final as normas eventualmente promulgadas. Seguindo esses motivos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizará o colóquio em cooperação com a AJUFE – Associação dos Juízes Federais.

Por tais motivos, é que peço a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

5

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada o sr. **DIEGO ALFREDO MOLERO BELLAVIA**, Embaixador da Venezuela no Brasil, para que apresente, perante os membros desta Comissão, os devidos esclarecimentos sobre o acordo assinado entre o Movimento dos Sem Terra e o Governo da Venezuela para troca de experiências entre a entidade e o país vizinho na área de agroecologia.

JUSTIFICATIVA

A imprensa brasileira publicou diversas matérias na última semana mostrando que Elias Jaua Milano, Ministro das Comunas e

Movimentos Sociais da Venezuela veio ao Brasil cumprir agenda de trabalho sem informar o governo brasileiro.

Além disso, as informações veiculadas pela imprensa venezuelana dão conta que o convênio firmado não seria para troca de experiências no que tange a agroecologia mas para treinamento, organização e conscientização do povo, verdadeira aula de revolução em território brasileiro.

Portanto, o presente requerimento busca esclarecer as denúncias envolvendo representantes do governo venezuelano e o MST.

Sala da Comissão, de novembro de 2014.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Líder do PSDB

6



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 66, DE 2014

(nº 242/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Os méritos do Senhor Antonio Francisco da Costa e Silva Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luis', with a decorative flourish at the end.

EM nº 00258/2014 MRE

Brasília, 11 de Junho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

EM Nº 00258 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 11 de junho de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO

CPF.: 666.026.537-68

ID.: 8627 MRE

1960 Filho de Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e Vera Queiroz da Costa e Silva, nasce em 12 de setembro, em Lisboa/Portugal (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1983 CPCD - IRBr
 1992 CAD - IRBr
 2000 Pós-graduação, Programme for Strategic and International Security Studies (PSIS), Graduate Institute of International Studies, Genebra
 CAE - IRBr, Aproximações a uma definição internacional de comportamento empresarial: os instrumentos da OCDE para empresas multilaterais e sobre a governança corporativa. Implicações para a atuação do Brasil
 2005

Cargos:

1984 Terceiro-Secretário
 1988 Segundo-Secretário
 1995 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2000 Conselheiro, por merecimento
 2006 Ministro de Segunda Classe
 2013 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1985-1988 Divisão da América Meridional II, assistente
 1986 Instituto Rio Branco, Professor Assistente de Política Externa Brasileira Contemporânea
 1986 Embaixada em Georgetown, Encarregado de Negócios em missão transitória
 1987 Instituto Rio Branco, Professor Assistente de História das Idéias
 1988-1991 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1991-1994 Embaixada em Montevideú, Segundo-Secretário
 1994-1996 Embaixada em São Domingos, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios
 1994 Reunião da Organização Internacional do Cacau, São Domingos, Chefe de delegação
 1996-2000 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
 2000-2004 Embaixada em Paris, Conselheiro
 2001 Reunião Anual dos Pontos de Contato Nacional das Diretrizes para Empresas Multinacionais, Paris, Chefe de delegação
 2001-2003 Reuniões do GT sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, Paris, Chefe de delegação
 2001-2003 Reuniões do Comitê de Investimentos e Empresas Multinacionais da OCDE, Paris, Chefe de delegação
 2001-2003 132ª, 134ª a 136ª Sessão do Comitê de Comércio da OCDE, Paris, Chefe de delegação
 2001 Reunião do GT sobre a Declaração de Investimentos e Empresas Multinacionais da OCDE, Paris, Chefe de delegação
 2001 GT sobre o Projeto de Princípios de Análise de Risco do Comitê de Princípios Gerais do Codex Alimentarius, Chefe de delegação
 2002-2003 Reuniões do GT do Comitê de Comércio da OCDE, Paris, Chefe de delegação

- 2002-2003 Reuniões do GT sobre Capacidades da Reunião Especial de Alto Nível sobre Aço da OCDE, Paris, Chefe de delegação
- 2002 Reunião do GT sobre a Declaração de Investimentos e Empresas Multinacionais da OCDE, Paris, Chefe de delegação
- 2002 17ª Sessão do Comitê de Princípios Gerais do Codex Alimentarius, Paris, Chefe de delegação
- 2002 Reunião Anual dos Pontos de Contato Nacional das Diretrizes para Empresas Multinacionais, Paris, Chefe de delegação
- 2002-2003 Reuniões do GT sobre a Declaração de Investimentos e Empresas Multinacionais da OCDE, Paris, Chefe de delegação
- 2003 Reuniões do Grupo de Estudos sobre Disciplinas da Reunião Especial de Alto Nível sobre Aço da OCDE, Paris, Chefe de delegação
- 2003 Reunião Anual dos Pontos de Contato Nacional das Diretrizes para Empresas Multinacionais, Paris, Chefe de delegação
- 2003 Reunião de Consultas com o GT sobre Créditos e Garantias à Exportação da OCDE, Paris, Chefe de delegação
- 2003 19ª Sessão Especial do Comitê de Princípios Gerais do Codex Alimentarius, Paris, Chefe de delegação
- 2003 Grupo Conjunto sobre Comércio e Meio Ambiente da OCDE, Paris, Chefe de delegação
- 2004-2008 Embaixada em Assunção, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
- 2008-2011 Embaixada no México, Ministro-Conselheiro
- 2010 Reunião Ministerial sobre Delinquência Organizada Transnacional e Segurança dos Migrantes, Cidade do México, Chefe de Delegação
- 2011- Embaixada em Kingston, Embaixador
- 2011-2013 XVII, XVII, XVII Assembleias da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Chefe de Delegação

Condecorações

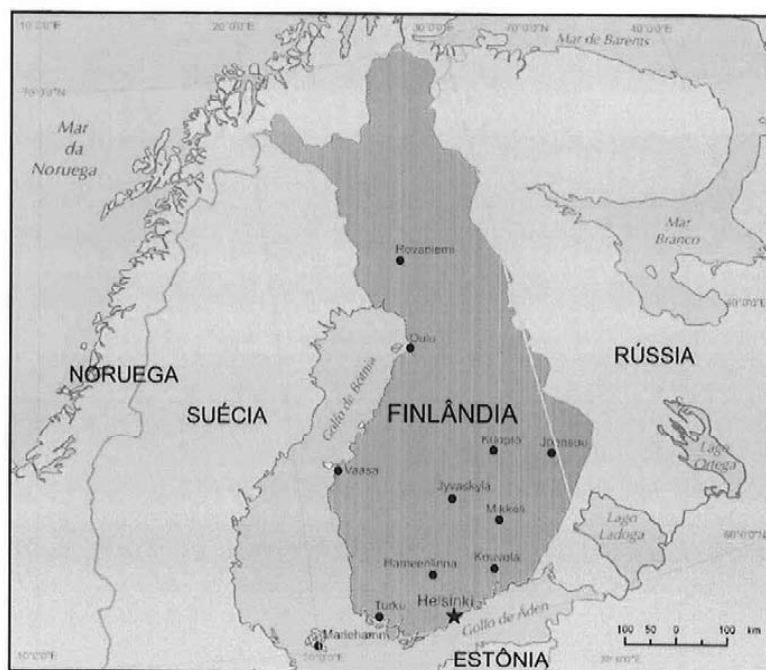
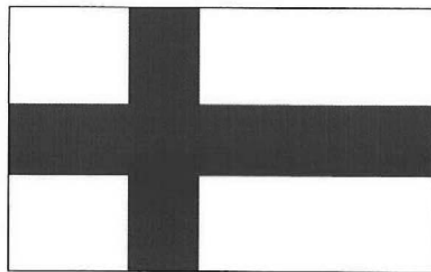
- 1987 Ordem del Libertador, Venezuela, Oficial
- 1996 Ordem do Mérito Santos Dumont, Brasil, Oficial
- 1996 Ordem Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
- 1997 Ordem ao Mérito, Itália, Oficial
- 1998 Ordem da Rosa Branca, Finlândia, Oficial
- 1998 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
- 1998 Ordem do Mérito Civil, Espanha, Oficial
- 1998 Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
- 1999 Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Oficial
- 1999 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
- 2000 Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
- 2001 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial

Publicações

- 1987 A Política Externa e o Conceito de Desenvolvimento, in Danese, Sérgio (org.), Ensaios de História Diplomática do Brasil, FUNAG/IPRI



ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**FINLÂNDIA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Mai de 2014

DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Finlândia
Capital	Helsínque
Área	338.145 km ²
População (2013)	5,27 milhões
Idiomas	Finlandês e sueco
Principais religiões (dados do <i>International Social Survey Programme</i> , 2008)	Sem religião (50%); luteranos (48,5%); outras religiões (1,5%)
Sistema de Governo	República parlamentarista
Poder Legislativo	Parlamento unicameral (<i>Eduskunta</i>)
Chefe de Estado	Presidente Sauli Niinistö (desde março de 2012)
Chefe de Governo	Primeiro-Ministro Jyrki Katainen (desde junho de 2011)
Chanceler	Erkki Tuomioja (desde junho de 2011)
PIB nominal (2013)	US\$ 256,9 bilhões
PIB PPP (2013)	US\$ 194,2 bilhões
PIB nominal per capita (2013)	US\$ 47,1 mil
PIB PPP per capita (2013)	US\$ 35,6 mil
Variação do PIB	-1,4% (2013); -0,8% (2012); 2,7% (2011); 3,3% (2010); -8,5% (2009)
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (2013)	0,892 – 20ª posição entre 185 países
Expectativa de vida (2013)	79,7 anos
Índice de alfabetização (2013)	100%
Índice de desemprego (2013)	8,1%
Unidade monetária	Euro (€)
Embaixador da Finlândia no Brasil	Jari Luoto
Comunidade brasileira estimada (2013)	1.500 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (até abril)
Intercâmbio	684,5	940,6	1.368,0	1.194,7	1.381,5	1.303,5	1.479,2	1.485,6	1.342,5	362,2
Exportações	362,7	458,3	525,0	441,4	299,7	476,7	742,4	624,0	451,0	130,8
Importações	321,8	482,3	843,0	753,3	1.081,8	826,8	736,8	861,6	891,5	231,4
Saldo	40,9	-24,0	-318,0	-311,9	-782,1	-350,1	5,6	-237,6	-440,5	-100,6

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sauli Niinistö
Presidente da República da Finlândia

Presidente da República da Finlândia desde março de 2012, Sauli Niinistö nasceu em 24 de agosto de 1948. É advogado de formação e chegou a manter seu próprio escritório de advocacia antes de dedicar-se à política. É casado em segundas núpcias, desde janeiro de 2009, com Jenni Haukio.

Depois de exercer cargos municipais, elegeu-se Membro do Parlamento nacional em 1987 pela Coalizão Nacional, de orientação liberal-conservadora. Em 1994, foi alçado à liderança do partido no Parlamento, posição que ocupou até 2001. Ao longo de distintos Governos, ocupou as posições de Ministro da Justiça (1995-1996) e Finanças (1996-2003). Como Ministro das Finanças, implementou políticas estritas de controle do gasto público. Em 2003, foi designado Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento.

Em 2006, candidatou-se pela primeira vez à Presidência da República, sendo derrotado no segundo turno, por margem estreita (51,8% a 48,2%) pela então titular do cargo, a social-democrata e ex-sindicalista Tarja Halonen. No ano seguinte, tornou a integrar o Parlamento como o político de maior votação no país. Presidiu o Parlamento entre 2007 e 2011.

Niinistö candidatou-se novamente nas eleições seguintes, e foi eleito Presidente da República em janeiro de 2012, com 62% dos votos no segundo turno.

Niinistö é um político de orientação à direita: é Presidente de honra do Partido Popular Europeu desde 2002 e notabilizou-se, sobretudo, pela gestão ortodoxa à frente do Ministério das Finanças. Em política exterior — um dos temas em que o Chefe de Estado tem responsabilidades compartilhadas com o Governo —, defende a adesão da Finlândia à OTAN, proposta tratada com destaque em sua plataforma eleitoral, em 2002.

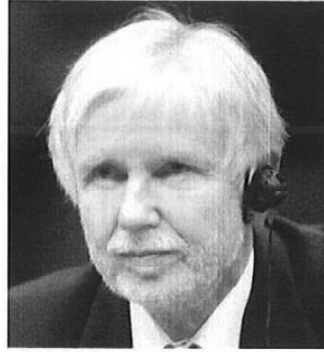


Jyrki Katainen
Primeiro-Ministro da Finlândia

Nascido em 14 de outubro de 1971, em Siilinjärvi, cidade localizada na Finlândia Central, o Primeiro-Ministro Jyrki Katainen é Chefe do Governo finlandês desde 2011. Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Tampere, fala sueco, inglês e francês. Casado com Mervi Katainen, tem duas filhas.

Katainen iniciou sua vida política em 1993, aos 22 anos de idade, como membro do Conselho Municipal de Siilinjärvi. Em 1999, foi eleito deputado. Em 2001 passou a ser Vice-Presidente do Partido da Coalizão Nacional (liberal-conservador). Três anos depois, tornou-se líder da agremiação. Decisivo na condução da legenda à posição de primeira força política finlandesa - trabalho de quase uma década -, completou recentemente 1000 dias à frente do Gabinete. Hábil em levar a efeito um Gabinete do pragmatismo, composto originalmente por seis agremiações, Katainen logrou concluir as mais difíceis das reformas estruturais a que se propôs, tanto no domínio econômico, quanto no estado de bem-estar social.

Anunciou há pouco - para a surpresa de muitos - que não se candidatará à reeleição, em junho de 2014, para a liderança dos liberais-conservadores, o que equivale à renúncia ao cargo de premiê. Justificou a decisão com o interesse de assumir funções no âmbito da União Europeia (especula-se que disputará a Presidência da Comissão Europeia).



Erkki Tuomioja
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia Erkki Tuomioja nasceu em Helsinque em 1º de julho de 1946, filho de um Embaixador finlandês. Formou-se em História pela Universidade de Helsinque, em 1971, e posteriormente obteve mestrado em Economia e Administração de Empresas (1974) e doutorado em Ciências Sociais (1996). Além do finlandês, fala o inglês, francês, sueco, alemão e estoniano.

Na juventude, foi militante de causas socialistas e pacifistas — notadamente, integrou o grupo que ocupou pela força a Casa do Estudante, em 1968, em defesa de reformas democratizantes na gestão universitária. O episódio ainda hoje é considerado um marco da contracultura finlandesa.

Foi jornalista televisivo entre 1967 e 1969. Já a essa altura militava no Partido Social-Democrata. Elegeu-se Deputado com apenas 23 anos, em 1970, e exerceu mandatos parlamentares por mais de trinta anos (1970-1979 e 1991 até hoje). Foi Ministro do Comércio e da Indústria nos anos de 1999 e 2000.

Em 2000, foi escolhido pelo Primeiro-Ministro social-democrata Paavo Lipponen para ocupar o Ministério dos Negócios Estrangeiros, depois de a titular do cargo, a sindicalista Tarja Halonen, eleger-se Presidente da República. Permaneceu no cargo até abril de 2007, quando seu partido foi derrotado em eleições gerais e deixou de integrar o Governo. Em 2011, com a posse de novo Governo de grande coalizão, tornou a ocupar a chefia da diplomacia finlandesa.

Tuomioja é considerado representante da ala mais à esquerda do partido Social-Democrata (integra, por exemplo, a Associação pela Tributação das Transações Financeiras Internacionais, criada a partir de ideia de Ignacio Ramonet e que frequentemente vocaliza críticas ao FMI, à OMC e à OCDE).

É autor de 18 livros, entre eles o premiado *A Delicate Shade of Pink*, sobre a vida de sua avó, a militante socialista Hella Wuolijoki. É casado desde 1979 com Marja-Helena Rajala.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Finlândia mantêm relações cordiais e em expansão, marcadas pela completa ausência de irritantes bilaterais. O fluxo de visitas bilaterais de alto nível tem-se intensificado nos últimos anos. Em 2007, o então Presidente Lula realizou visita de Estado ao país, acompanhado dos titulares das pastas das Relações Exteriores, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ciência e Tecnologia.

Em fevereiro de 2012, visitou o Brasil o Primeiro-Ministro finlandês, Jyrki Katainen, acompanhado do Ministro do Comércio Exterior e Assuntos Europeus, Alexander Stubb, bem como de delegação com mais de cem pessoas. O Primeiro-Ministro Katainen foi recebido, na ocasião, pela Presidenta Dilma Rousseff. A intensificação das parcerias bilaterais nas áreas de ciência, tecnologia e inovação e de educação foi estabelecida como foco prioritário da relação bilateral.

Durante discurso proferido no banquete anual oferecido ao Corpo Diplomático, em abril de 2012, o Presidente Niinistö citou o Brasil como uma das novas parcerias de especial relevância em uma ação exterior finlandesa que transcenda o entorno geográfico. Anteriormente, em encontro com os cônsules honorários da Finlândia no Brasil, em agosto de 2011, o Chanceler Tuomioja tornara a registrar publicamente o apoio "à ambição do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU".

Em fevereiro de 2013, foi lançado o Plano de Ação da Finlândia para a América Latina e Caribe, elaborado pela Chancelaria finlandesa. No texto do Plano, o Brasil foi descrito como "uma das engrenagens da economia mundial" e "*major player*" da política internacional a partir da década de 2000.

Comércio e investimentos bilaterais

O Brasil é o principal parceiro comercial da Finlândia na América Latina. Em 2013, a corrente de comércio entre o Brasil e a Finlândia atingiu US\$ 1,3 bilhão. A balança comercial foi deficitária para o Brasil em US\$ 440,5 milhões. As exportações brasileiras atingiram US\$ 451 milhões, apresentando queda de mais de 25% em relação ao ano anterior. Os principais produtos vendidos foram minérios (27,6%), papel e celulose (23%), ferro e aço (11,9%), café (10,6%), fertilizantes (5,5%) frutas e legumes (4,2%), carne (3,9%) e outros (13,3%). As importações brasileiras, por sua vez, alcançaram US\$ 891,5 milhões, com ligeiro aumento em relação ao ano anterior. A pauta das exportações finlandesas para o Brasil apresentou igualmente alto grau de concentração, havendo máquinas (elétricas e mecânicas) e meios de transporte representado 52,6% das vendas. Em seguida, destacam-se papel e papel-cartão(19,9%), aço e ferro (4,0%), produtos químicos orgânicos (4,0%), fertilizantes (3,3%), celulose (2,7%) e outros (13,5%).

Um dos aspectos mais relevantes das relações econômicas bilaterais decorre dos investimentos produtivos de empresas finlandesas no Brasil, que remetem aos anos 1950. A empresa Valmet, então de capital finlandês, iniciou a fabricação de tratores em São Paulo em 1960.

Os setores de papel e celulose (Stora Enso, Metso, Pöyry), telecomunicações (Nokia, cuja única fábrica de celulares na América do Sul está em Manaus), processamento químico (Kemira) e de tecnologia marítima e de *offshore* (Wärtsila) estão entre os de maior presença finlandesa no País. Em 2001, em contexto de crise brasileira no setor energético, a Wärtsila construiu em tempo recorde usinas geradoras de energia termelétrica no Brasil e até hoje participa ativamente nesse setor da economia brasileira.

De acordo com a FINPRO – organização estatal de consultoria dedicada à internacionalização das empresas finlandesas – existem cerca de 40 representações e 56 subsidiárias de empresas finlandesas atuando em diversos setores produtivos do Brasil, que proporcionam um faturamento de aproximadamente três bilhões de euros, e empregam cerca de 20 mil pessoas.

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2011, o estoque de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) da Finlândia no Brasil alcançou a cifra de US\$ 1,7 bilhões, representando 0,3% do estoque total de IEDs no Brasil. Cabe assinalar, entretanto, que esse valor não reflete o total real de investimentos finlandeses no Brasil, uma vez que não estão computados investimentos decorrentes da transferência de *know-how* e tecnologia.

O Governo finlandês reconheceu, no Plano de Ação da Finlândia para a América Latina e Caribe, lançado em fevereiro de 2013, que as empresas do país ("ao contrário de suas competidoras") ainda detêm experiência limitada em operações na região, o que reforça a urgência em ampliar o conhecimento sobre a região e em intensificar iniciativas de cooperação.

O Plano de Ação considera o ambiente de negócios brasileiro "de estilo Ocidental", e reconhece o imenso mercado doméstico, com poder aquisitivo em ascensão, que faria do país destino atraente para investimentos finlandeses. Com a internacionalização e o fortalecimento das empresas brasileiras, o Brasil poderá tornar-se, segundo o Plano de Ação, fonte de investimentos diretos na Finlândia.

Em fevereiro de 2013, a Prizztech, agência pública finlandesa de desenvolvimento de negócios e gerenciamento de projetos, elaborou estudo sobre o Estado de Pernambuco, com avaliação positiva sobre a conveniência de investir no estado brasileiro. Em agosto de 2012, delegação da FIESP, dos setores portuário e de *offshore*, realizou missão à Finlândia, ocasião em que manteve contato com cerca de 40 empresas finlandesas.

Cooperação em educação

A Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de encontro com o Primeiro-Ministro Jyrki Katainen, em fevereiro de 2012, estabeleceu a cooperação educacional como uma das prioridades do relacionamento bilateral.

Doze das dezesseis universidades finlandesas mantêm algum tipo de acordo, convênio ou parceria com instituições de ensino superior brasileiras.

Em razão do interesse demonstrado por diversas instituições de ensino superior da Finlândia no tocante à participação no Programa Ciência sem Fronteiras, bem como da excelência das universidades finlandesas e da existência de mais de 500 cursos, da graduação ao pós-doutorado, ministrados em língua inglesa naquele país, no início de 2013 foi firmado Memorando de Entendimento entre o CNPq e o CIMO (Centro para Mobilidade Internacional, agência ligada ao Ministério da Educação e Cultura finlandês), oficializando a parceria no âmbito do Ciência sem Fronteiras. O CIMO responsabilizou-se pela alocação de bolsistas do nível de graduação-sanduíche na Finlândia.

Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

As relações de cooperação em ciência, tecnologia e inovação constituem um dos principais eixos das relações bilaterais e testemunharam multiplicação de iniciativas nos últimos anos. Com uma economia voltada para geração de conhecimento e inovação, a Finlândia afigura-se como parceiro diferenciado no esforço brasileiro de promoção de pesquisa em ciência e tecnologia, em estreita coordenação com os setores produtivos, para a superação de desafios nacionais em prol do alcance de um novo patamar de competitividade.

Vários são os mecanismos de cooperação que têm aflorado entre os principais atores envolvidos na promoção da pesquisa em ciência, tecnologia e inovação, como o CNPq, Finep, CAPES e FAPESP, e a Academia da Finlândia (AKA), o Centro de Pesquisas Técnicas (VTT), e a Agência Finlandesa de Inovação (TEKES).

É exemplo da prioridade política conferida a essa esfera do relacionamento bilateral a visita realizada por delegação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação à Finlândia em 2013.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Finlândia é estimada em cerca de 1.500 pessoas. Os brasileiros distribuem-se principalmente na região metropolitana de Helsinque, no centro-oeste e no oeste do país.

POLÍTICA INTERNA

A Finlândia é uma República com sistema parlamentarista de Governo. O Parlamento é unicameral, com 200 membros, eleitos diretamente mediante sistema eleitoral proporcional.

O Primeiro-Ministro é o Chefe de Governo. Após as eleições parlamentares, realizadas a cada quatro anos, o líder do partido majoritário ou o líder da coalizão majoritária passa a ocupar o cargo.

Desde junho de 2011, o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro Jyrki Katainen, à frente de grande coalizão que congrega o seu próprio partido, a Coalizão Nacional (liberal-conservadora), social-democratas, verdes, democratas-cristãos, representantes da minoria sueca e, até recentemente, a Aliança de Esquerda (que abandonou o Gabinete em protesto à adoção de medidas de austeridade). Em fevereiro de 2012, os finlandeses elegeram o também liberal-conservador Sauli Niinistö Presidente da República, e com isso a Coalizão Nacional passou a ocupar tanto a Chefia de Estado como a Chefia de Governo.

Em março de 2012, adotou-se reforma constitucional que reduziu ainda mais os poderes, já residuais, do Presidente da República (atribuindo ao Primeiro-Ministro a responsabilidade de representar o país no âmbito comunitário). A condução da política exterior continua, em teoria, a ser de responsabilidade do Presidente, mas, em caso de discrepância com as posições do Governo, deve prevalecer a opinião do Parlamento.

As últimas eleições realizadas no país deram-se em nível municipal, em outubro de 2012. Naquela ocasião, a Coalizão Nacional manteve-se como o partido de maior apoio popular, porém já então se verificou a ascensão do Partido dos Finlandeses, de viés nacionalista e eurocético. O crescimento do Partido dos Finlandeses - hoje arrefecido - veio a justificar temores de que os amplos consensos em que se fundava a política finlandesa poderiam ver-se comprometidos no futuro, o que, porém, não se verificou no decorrer da legislatura.

O ano de 2013 foi marcado internamente pelas negociações que resultaram, em princípios de 2014, nas prometidas reformas do estado de bem-estar social (objeto de amplo rearranjo institucional) e no plano plurianual que determinou nova rodada de medidas de austeridade. Em que pese a impopularidade natural dos ajustes, o Primeiro-Ministro Jyrki Katainen deu provas de suas habilidades na condução de um Gabinete do pragmatismo e, mantendo sua legenda à frente nas mais recentes pesquisas de intenções de voto para as eleições gerais de abril de 2015, parece haver logrado convencer a opinião pública da necessidade do aperto fiscal. Líder dos liberais-conservadores há uma década, anunciou que não se candidatará à reeleição à presidência do partido, o que equivale, no sistema finlandês, à renúncia do cargo de Primeiro-Ministro. Manifestou-se interessado em ocupar posição em Bruxelas (especula-se a Presidência da Comissão Europeia), para o que concorreria com trunfos significativos, como a boa administração

financeira da Finlândia, o estrito cumprimento dos compromissos comunitários, a proximidade com as posições alemãs e a experiência em lidar com a Rússia.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa finlandesa é desenvolvida com foco em prioridades geográficas (Rússia), regionais (países bálticos e nórdicos), comunitárias (União Europeia) e globais (ONU). São características marcantes o pragmatismo e a política de boa vizinhança, em especial com a Rússia. O Brasil é reconhecido entre os novos centros de poder ascendentes, dos quais a Finlândia considera necessário aproximar-se.

A União Europeia (UE) oferece o arcabouço mais importante de referência em política exterior e é o canal pelo qual o país exerce influência. Com a crise financeira, entretanto, a cooperação regional nórdica tem merecido crescente destaque nos discursos oficiais.

No que diz respeito à crise financeira europeia, a Finlândia tem-se posicionado a favor das políticas de austeridade. As principais autoridades do país reiteram apoio incondicional ao euro. A opinião pública tende a ressentir-se da ajuda da UE a países que julga serem gastadores indisciplinados. Como uma das respostas à crise internacional, o país criou o "*Team Finland*", esforço de coordenação e internacionalização por parte das missões diplomáticas, Ministérios, agências promotoras de exportação, instituições científicas e culturais e outros atores envolvidos na promoção do país no exterior.

A Finlândia desenvolve cooperação intensa com os países nórdicos. Atribui especial atenção à região do Mar Báltico (90% de seu comércio exterior transita por via marítima) e favorece a Política da Dimensão do Norte, voltada à aproximação entre a UE, Rússia, Noruega e Islândia. A cooperação no âmbito do Conselho do Ártico também tem ganhado mais presença nos pronunciamentos governamentais.

A ONU tem, para a Finlândia, papel especial e indispensável como fórum de discussão internacional e mandatário/executor de atividades de manutenção da segurança. O Governo finlandês considera as Nações Unidas instrumento essencial de cooperação multilateral e apoia os esforços para o fortalecimento de sua autoridade. Defende a reforma do Conselho de Segurança, com criação de assentos permanentes e não permanentes, mas sem direito de veto. Manifestou apoio ao Brasil para ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança reformado. O país tem participado de operações de paz, e favorece mandatos que conjuguem desenvolvimento, paz e segurança.

A Finlândia lançou, em 2010, juntamente com a Turquia, o Grupo de Amigos da Mediação, e tem trabalhado para promover discussões e avançar o tema junto à comunidade internacional.

A cooperação internacional da Finlândia é considerada elemento-chave da política externa do país, e tem como objetivo fortalecer a estabilidade internacional, a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que promove o Estado de direito, a democracia e os direitos humanos. A Finlândia está comprometida com as Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU e tem sido voz ativa nas discussões da agenda do desenvolvimento pós-2015.

No que se refere a mecanismos multilaterais de comércio, a Finlândia acredita que o crescimento dos acordos regionais estaria criando uma situação em que o nível da liberalização multilateral, baseado nos compromissos da OMC, seria uma exceção, e não a regra. Nesse contexto, um maior desenvolvimento do sistema multilateral, por meio da OMC, seria essencial. Em 2011, a adesão a OMC da Rússia, principal parceiro econômico do país, foi saudada como positiva e geradora de previsibilidade e estabilidade nas relações comerciais.

País de pequeno mercado interno e altamente dependente do setor de exportação, a Finlândia defende a multiplicação das ações comunitárias de adensamento das relações econômicas com seus parceiros mais importantes. Nesse sentido, a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos deveria buscar fortalecer o crescimento econômico e a geração de empregos na União Europeia.

O país desenvolve cooperação com a OTAN, em diversos de seus programas e operações, por meio do programa Parceria para a Paz. Os recentes acontecimentos na Ucrânia motivaram incremento das atividades conjuntas entre a OTAN e a Finlândia.

ECONOMIA

A Finlândia é um país altamente industrializado e de economia mista. O setor de serviços representa cerca de 70% do PIB, seguido da indústria (27%), e agricultura (3%). O comércio exterior tem um papel fundamental na economia local, correspondendo a aproximadamente 59% do PIB. As indústrias mais representativas são a de maquinaria pesada, a química, a de eletrônicos (incluindo telecomunicações) e a florestal.

Embora em menor grau do que os demais países da zona do euro, a Finlândia foi duramente afetada pela atual crise, o que acarretou considerável redução da velocidade de crescimento de sua economia. Apesar de a economia mundial ter demonstrado sinais de recuperação, o momento atual é de instabilidade, com predisposição a novos choques. A Finlândia segue endurecendo medidas de austeridade iniciadas em 2008.

Em 2013, o PIB finlandês (US\$ 256,9 bilhões) recuou pelo segundo ano consecutivo, com retração de 1,4%. Em 2014, caso a produção permaneça no mesmo patamar do ano anterior, deverá registrar queda de 0,2%. Consoante

previsão do Banco da Finlândia, porém, ligeiro crescimento (0,5%) está previsto para 2014, como consequência do reaquecimento de mercados externos. O consumo interno, no entanto, não deverá crescer em 2014 em razão da diminuição do poder de compra das famílias, da crescente taxa de desemprego e da alta dos preços ao consumidor. Ressalte-se que tais previsões são baseadas na expectativa de estabilização dos mercados financeiros da zona do euro e no crescimento da oferta de crédito e do consumo nesses mercados.

O nível de investimentos oriundos do setor privado deverá continuar a cair, com sua proporção em relação ao PIB recuando a 15,5%. A maior queda é esperada nos setores de maquinaria e construção civil. A produção industrial consignará provavelmente seu mais baixo patamar, embora deva retomar crescimento de 1,4% no ano corrente. No setor de serviços, o crescimento esperado é de 0,2%. A taxa de desemprego deverá continuar a subir, atingindo 8,4% em 2014. A inflação anualizada deverá montar a 1,5% no período.

O maior desafio do mercado finlandês é obter rápida retomada do crescimento econômico em resposta à recuperação dos mercados externos. Analistas acreditam, todavia, que as reformas estruturais recém-pactuadas (plano plurianual austero e rearranjo do estado de bem-estar social) não deverão surtir efeito no curto e médio prazos. Estima-se que o crescimento econômico da Finlândia será inferior ao de seus países vizinhos em 2014.

Outro grande desafio que o país enfrenta é melhorar a eficiência do mercado de trabalho. Parte da indústria finlandesa enfrenta intensa competição por mercados internacionais, o que evidencia a importância de redução dos custos de produção. De todo modo, enquanto alguns dos fatores determinantes para a rentabilização da economia não estão sob controle do Governo finlandês, outros requerem mudanças que impactarão a confiança dos consumidores, em baixa no momento, e o nível de investimentos provenientes do setor privado.

No que tange à diminuição de encargos trabalhistas e controle salarial, tais metas, se não alcançadas, poderão tornar-se os principais desafios econômicos do país, que atualmente enfrenta dificuldades em recuperar o volume de suas exportações e manter quotas de mercado para compensar a crise de suas indústrias eletrônica e florestal, as quais sofreram grande retração com a venda do setor de telefonia da Nokia e a crise mundial do mercado de publicações na nova era digital.

ANEXOS

Cronologia histórica da Finlândia

- 1809** - Incorporação da Finlândia pela Rússia.
- 1812** - Alexandre I restitui à Finlândia territórios anexados pela Rússia no século XVIII.
- 1889** - Petição assinada por 500 mil finlandeses solicita o fim da “russificação”.
- 1904** - Assassinado o Governador-Geral russo por movimentos de resistência finlandeses.
- 1906** - Nicolau II autoriza a criação do Parlamento Unicameral finlandês, ativo até hoje.
- 1907** - Realizadas na Finlândia as primeiras eleições parlamentares.
- 1917** - Com a queda do Czar, o parlamento finlandês declara, em 6 de dezembro, a Independência.
- 1917** - Em 31 de dezembro, Lênin reconhece a independência finlandesa.
- 1932** - É assinado, com a União Soviética, Tratado de Não-Agressão.
- 1939** - União Soviética invade a Finlândia e dá início à Guerra de Inverno (1939-40).
- 1940** - Assinado o Tratado de Moscou, que marca o fim da Guerra de Inverno.
- 1940** - Assinados tratados com a Alemanha para instalação de bases militares no território finlandês.
- 1941** - Inicia-se a Guerra de Continuação (1941-44), entre a Finlândia e a União Soviética.
- 1944** - Assinado armistício com os soviéticos.
- 1948** - Assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, com a URSS.
- 1952** - Os Jogos Olímpicos de Verão são realizados em Helsinque.
- 1955** - A Finlândia adere às Nações Unidas e ao Conselho Nórdico.
- 1989** - A Finlândia adere ao Conselho da Europa.
- 1991** - Pedido de adesão finlandesa à União Europeia.
- 1995** - Concretiza-se a adesão da Finlândia à União Europeia.
- 1999** - Adoção do euro como moeda oficial.
- 2000** - Tarja Halonen (Partido Social-Democrata) é eleita Presidenta da República.
- 2003** - Assume o cargo de Primeiro-Ministro Matti Vanhanen (Partido do Centro).
- 2006** - A Presidenta Tarja Halonen é reeleita para novo mandato de seis anos
- 2010** - O Primeiro-Ministro Matti Vanhanen deixa o cargo e é substituído por Mari Kiviniemi (Partido do Centro).
- 2011** - Com a vitória da Coalizão Nacional nas eleições parlamentares, Jyrki Katainen assume o cargo de Primeiro-Ministro da Finlândia.
- 2012** - Sauli Niinistö (Coalizão Nacional) vence o primeiro turno das eleições presidenciais por larga margem.

Cronologia das relações bilaterais

- 1876** - D. Pedro II visita o sul do Grão-Ducado da Finlândia (Grão-Ducado Autônomo do Império Russo).
- 1919** - O Brasil reconhece a independência da Finlândia, declarada pelo Parlamento finlandês em 6 de dezembro de 1917.
- 1929** - O Brasil e a Finlândia estabelecem relações diplomáticas.
- 1938** - Embaixada do Brasil é aberta em Helsinque.
- 1940** - Getúlio Vargas autoriza a doação de 10 mil sacas de café à Finlândia, durante a Guerra de Inverno.
- 1983** - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Pär Stenbäck.
- 1986** - Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Taisto Kalevi Sorso.
- 1986** - Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior Jerme Laine.
- 1990** - Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior Pertti Salolainen.
- 1996** - Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Tarja Halonen.
- 1996** - Visita ao Brasil do Ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior Ole Norrback.
- 1997** - Visita ao Brasil do Presidente da República Matti Ahtissari.
- 1998** - Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Indústria Antti Kalliomaki.
- 2000** - Visita do Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, à Finlândia.
- 2001** - Visita ao Brasil do Ministro dos Transportes e Comunicações Olli-Pekka Heinonen.
- 2002** - Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior Jari Villén.
- 2002** - Visita do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, à Finlândia.
- 2003** - Visita ao Brasil da Presidenta da República Tarja Halonen.
- 2004** - Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à Finlândia.
- 2006** - Visita ao Brasil da Presidenta da República Tarja Halonen.
- 2006** - Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura e Florestas Juha Korkeaoja.
- 2007** - O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva realiza Visita de Estado à Finlândia.
- 2007** - Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Finlândia (membro da comitiva do Presidente da República).
- 2007** - Visita do Ministro da Ciência e da Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, à Finlândia (membro da comitiva do Presidente da República).
- 2007** - Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, à Finlândia (membro da comitiva do Presidente da República).
- 2008** - Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Matti Vanhanen.
- 2009** - Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior e do Desenvolvimento Paavo Väyrynen.
- 2011** - Reunião de Consultas Políticas entre as Chancelarias brasileira e finlandesa, em Helsinque.

2012 - Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jyrki Katainen e do Ministro dos Assuntos Europeus e Comércio Exterior Alexander Stubb.

2013 - Visita do Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, Álvaro Prata, à Finlândia.

2013 - Visita do Ministro da Economia Jan Vapaavuori ao Brasil.

2013 - Visita da Ministra da Educação e Ciência Krista Kiuru ao Brasil.

Atos bilaterais em vigor

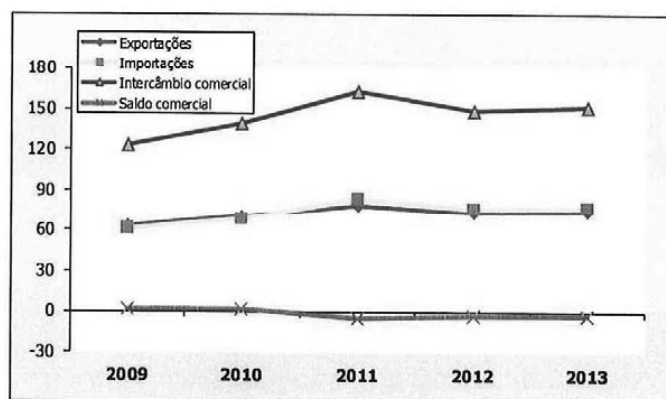
Título	Data de celebração
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos Especiais ou de Serviços e Comuns	29/01/1969
Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira	01/06/1973
Acordo sobre Cooperação Econômica e Indústria	05/11/1981
Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica	02/06/1988
Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda	02/04/1996

Dados econômico-comerciais

Evolução do comércio exterior US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	62,9	60,8	123,7	2,0
2010	70,1	68,8	138,9	1,3
2011	78,8	83,9	162,7	-5,1
2012	73,0	76,1	149,1	-3,1
2013	74,3	77,3	151,5	-3,0
Var. % 2009-2013	18,1%	27,0%	22,5%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, May 2014.
(n.c.) Dado não calculado.

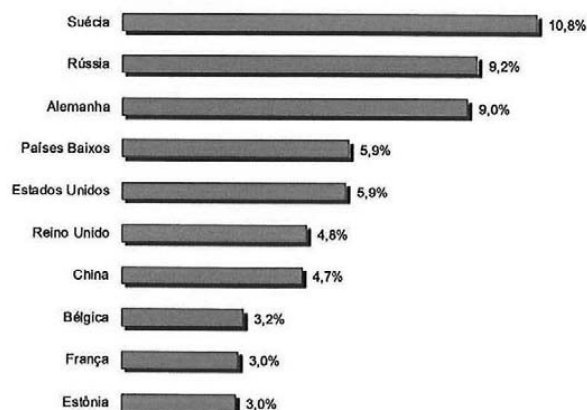


Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Suécia	8,01	10,8%
Rússia	6,87	9,2%
Alemanha	6,68	9,0%
Países Baixos	4,41	5,9%
Estados Unidos	4,35	5,9%
Reino Unido	3,58	4,8%
China	3,49	4,7%
Bélgica	2,35	3,2%
França	2,26	3,0%
Estônia	2,20	3,0%
...		
Brasil	0,56	0,8%
Subtotal	44,74	60,3%
Outros países	29,52	39,7%
Total	74,26	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, May 2014.

10 principais destinos das exportações



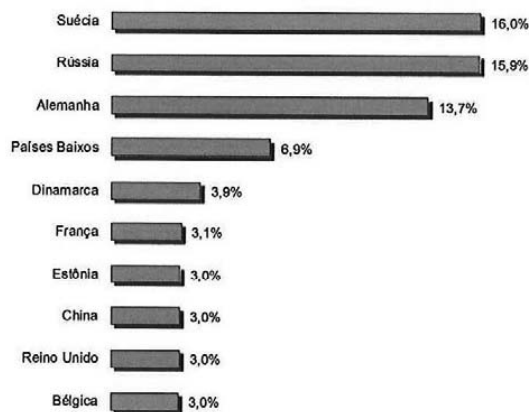
As vendas finlandesas foram direcionadas em grande parte aos vizinhos europeus, que absorveram 62% do total em 2013, seguidos da Ásia com 14% e do continente americano com 9%. Individualmente, a Suécia foi o principal destino das vendas finlandesas com 10,8% do total, seguida da Rússia com 9,2%; da Alemanha com 9,0%, dos Países Baixos com 5,9% e dos Estados Unidos com 5,9%. Seguiram-se: Reino Unido (4,8%); China (4,7%); Bélgica (3,2%); França (3,0%) e Estônia (3,0%). O Brasil posicionou-se 24º lugar com 0,8% do total.

Origem das Importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Suécia	12,34	16,0%
Rússia	12,32	15,9%
Alemanha	10,61	13,7%
Países Baixos	5,36	6,9%
Dinamarca	3,03	3,9%
França	2,38	3,1%
Estônia	2,34	3,0%
China	2,33	3,0%
Reino Unido	2,32	3,0%
Bélgica	2,29	3,0%
...		
Brasil	0,45	0,6%
Subtotal	55,76	72,2%
Outros países	21,52	27,8%
Total	77,28	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2014.

10 principais origens das importações



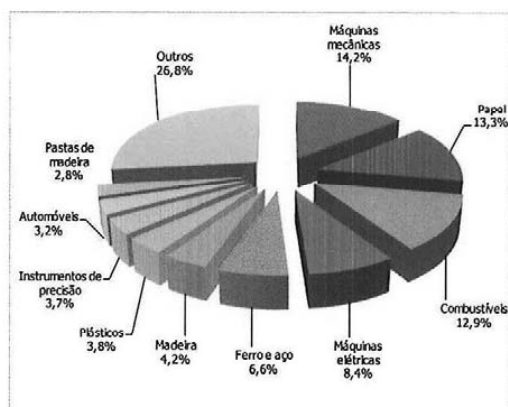
Os vizinhos europeus são também os principais abastecedores do mercado finlandês. Em 2013, somaram 82% do total, seguidos da Ásia com 7% e do continente americano com 4%. Individualmente, a Suécia foi o principal fornecedor de bens à Finlândia, com 16,0% do total, seguida da Rússia com 15,9%; da Alemanha com 13,7%; e dos Países Baixos com 6,9%. Seguiram-se: Dinamarca (3,9%); França (3,1%); Estônia (3,0%); China (3,0%); Reino Unido (3,0%); e Bélgica (3,0%). O Brasil posicionou-se no 24º lugar entre os fornecedores do mercado finlandês, com 0,6% do total.

**Composição das exportações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Máquinas mecânicas	10,56	14,2%
Papel	9,90	13,3%
Combustíveis	9,59	12,9%
Máquinas elétricas	6,23	8,4%
Ferro e aço	4,92	6,6%
Madeira	3,15	4,2%
Plásticos	2,81	3,8%
Instrumentos de precisão	2,73	3,7%
Automóveis	2,40	3,2%
Pastas de madeira	2,10	2,8%
Subtotal	54,39	73,2%
Outros	19,87	26,8%
Total	74,26	100,0%

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, May 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



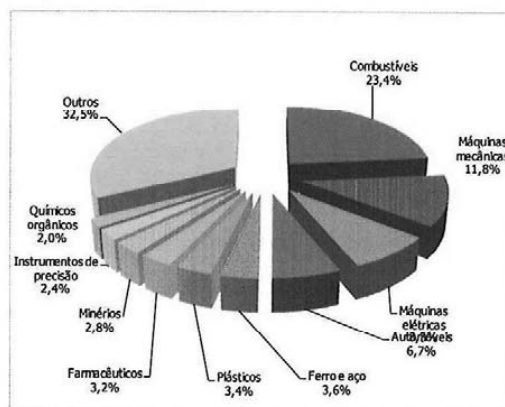
Máquinas mecânicas (máquinas com função própria, máquinas para fabricação de pastas de matérias fibrosas, máquinas para classificar, separar, lavar) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações da Finlândia. Em 2013, as máquinas mecânicas representaram 14,2% do total; seguidas de papel (papel e cartão) com 13,3%; e combustíveis (óleo bruto de petróleo, energia elétrica, gás de petróleo) com 12,9%. Seguem-se: máquinas elétricas (8,4%); ferro e aço (6,6%); madeira (4,2%); e plásticos (3,8%).

**Composição das importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Combustíveis	18,05	23,4%
Máquinas mecânicas	9,15	11,8%
Máquinas elétricas	6,42	8,3%
Automóveis	5,15	6,7%
Ferro e aço	2,74	3,6%
Plásticos	2,64	3,4%
Farmacêuticos	2,44	3,2%
Minérios	2,14	2,8%
Instrumentos de precisão	1,88	2,4%
Químicos orgânicos	1,58	2,0%
Subtotal	52,18	67,5%
Outros	25,10	32,5%
Total	77,28	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, May 2014.

10 principais grupos de produtos importados



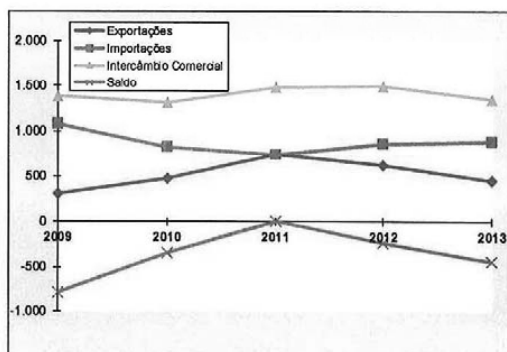
A pauta das importações da Finlândia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado, energia elétrica, hulhas e coques e gás de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 23,4% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, árvores de transmissão, impressoras, bombas para líquidos) com 11,8%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, transformadores elétricos, fios e cabos, circuitos integrados e aparelhos de TV) com 8,3%; e automóveis (carros de turismo, partes e acessórios, veículos para transporte de mercadorias) com 6,7%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2009	300	-32,0%	1.082	43,6%	1.382	15,7%	-782
2010	477	59,0%	827	-23,6%	1.304	-5,6%	-350
2011	742	55,7%	737	-10,9%	1.479	13,5%	6
2012	624	-15,9%	862	16,9%	1.486	0,4%	-238
2013	451	-27,7%	892	3,5%	1.343	-9,6%	-441
2013 (jan-abr)	163	-19,5%	274	1,4%	436	-7,6%	-111
2014 (jan-abr)	131	-19,6%	231	-15,4%	362	-17,0%	-101
Var. % 2009-2013	50,5%		-17,6%		-2,8%		n.c.

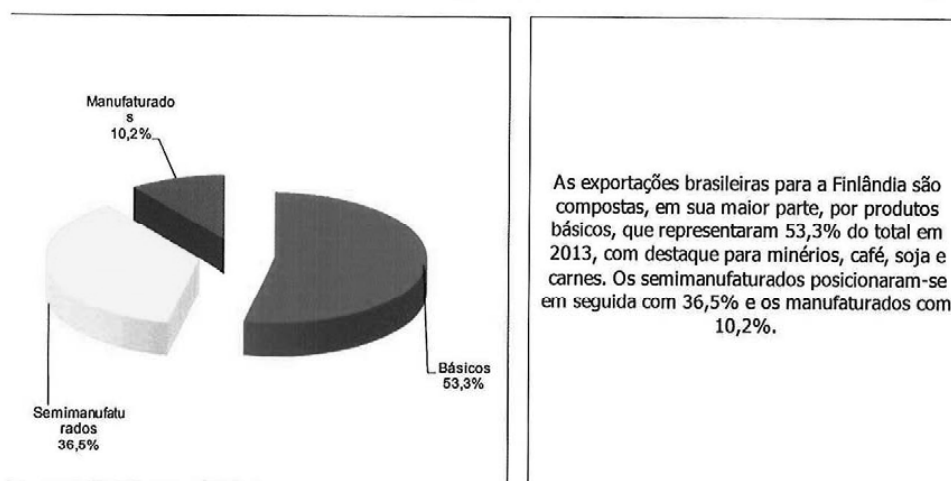
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.*

A Finlândia foi o 52º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,28% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu 2,8%, de US\$ 1,38 bilhão para US\$ 1,34 bilhão. Nesse período, as exportações aumentaram 50,5% e as importações diminuíram 17,6%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, exceto em 2011 quando registrou superávit de US\$ 6 milhões. Em 2013, foi verificado déficit de US\$ 441 milhões.

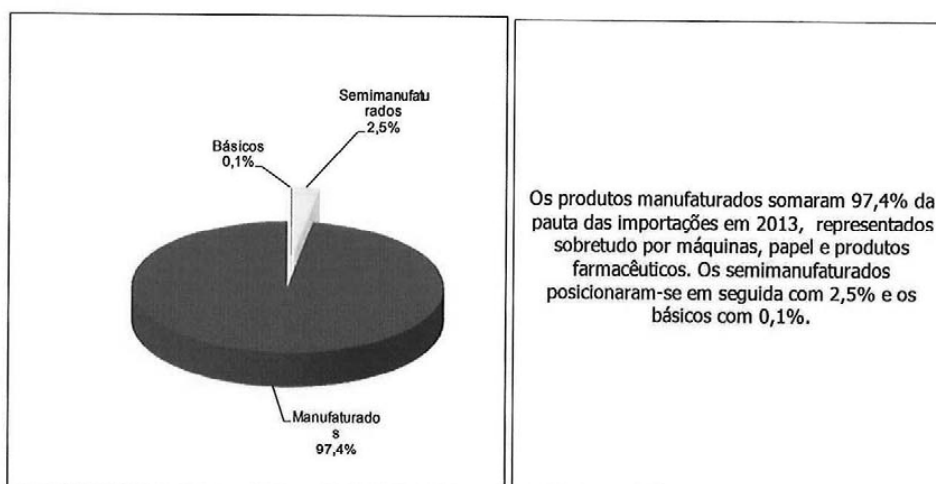


Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



Importações

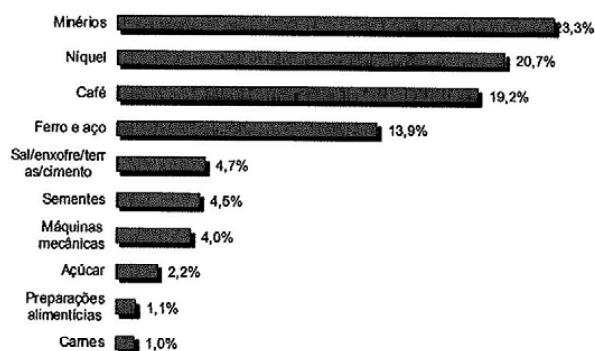


Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Minérios	104	148	105	23,3%
Níquel	227	127	93	20,7%
Café	145	113	87	19,2%
Ferro e aço	16	92	63	13,9%
Sal/enxofre/terras/cimento	36	36	21	4,7%
Sementes	1	0	20	4,5%
Máquinas mecânicas	22	19	18	4,0%
Açúcar	72	38	10	2,2%
Preparações alimentícias	15	9	5	1,1%
Carnes	8	8	5	1,0%
Subtotal	646	592	427	94,6%
Outros produtos	96	32	24	5,4%
Total	742	624	451	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



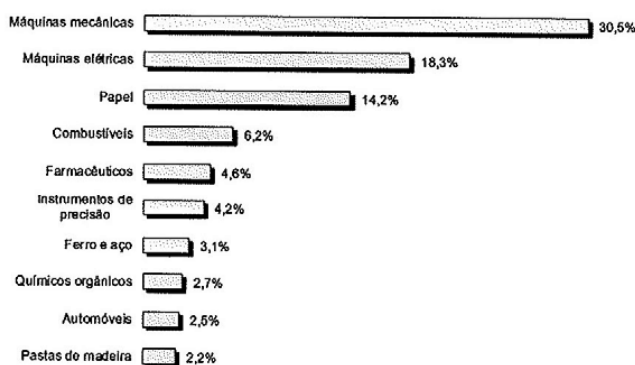
Minérios (sulfetos de minérios de cobre) foram o principal grupo de produtos brasileiros exportados para a Finlândia. Em 2013 somaram 23,3% do total, seguidos de níquel (matas de níquel) com 20,7%; café (cru em grãos) com 19,2%; e ferro e aço (ferro-níquel) com 13,9%. Seguiram-se: sal/enxofre/terras/cimento (4,7%); sementes (4,5%); e máquinas mecânicas (4,0%).

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Máquinas mecânicas	230	330	272	30,5%
Máquinas elétricas	82	93	163	18,3%
Papel	171	142	127	14,2%
Combustíveis	12	58	55	6,2%
Farmacêuticos	31	34	41	4,6%
Instrumentos de precisão	32	38	37	4,2%
Ferro e aço	38	24	28	3,1%
Químicos orgânicos	11	23	24	2,7%
Automóveis	15	14	22	2,5%
Pastas de madeira	17	16	20	2,2%
Subtotal	639	772	789	88,5%
Outros produtos	98	90	103	11,5%
Total	737	862	892	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Akeweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

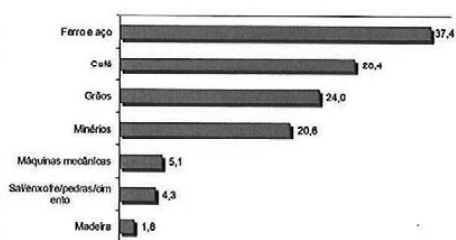


Na pauta das importações brasileiras originárias da Finlândia, predominam os bens industrializados. Em 2013, as máquinas mecânicas (secadores para madeiras, máquinas e aparelhos com função própria, máquinas e aparelhos para fabricação de papel) foram o principal grupo de produtos importados e representaram 30,5% do total, seguidas das máquinas elétricas (partes de motores diesel, máquinas e aparelhos de galvanoplastia) com 18,3%; e papel (para escrita) com 14,2%. Seguiram-se: combustíveis (6,2%); produtos farmacêuticos (4,6%); e instrumentos de precisão (4,2%).

Composição do Intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

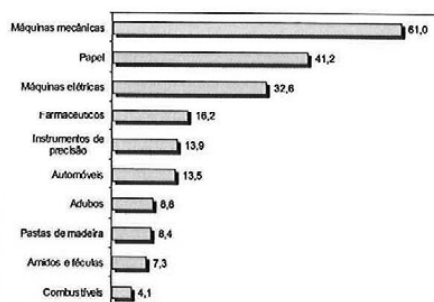
DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Ferro e aço	26,7	16,4%	37,4	28,6%
Café	29,8	18,3%	28,4	21,7%
Grãos	0,0	0,0%	24,0	18,3%
Minérios	40,1	24,6%	20,6	15,7%
Máquinas mecânicas	6,0	3,7%	5,1	3,9%
Sal/enxofre/pedras/cimento	6,3	3,9%	4,3	3,3%
Madeira	1,1	0,7%	1,8	1,4%
Subtotal	110,0	67,7%	121,6	93,0%
Outros produtos	52,5	32,3%	9,1	7,0%
Total	162,6	100,0%	130,8	100,0%

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total
Importações				
Máquinas mecânicas	88,1	32,2%	61,0	26,4%
Papel	40,3	14,7%	41,2	17,8%
Máquinas elétricas	18,5	6,8%	32,6	14,1%
Farmacêuticos	16,4	6,0%	16,2	7,0%
Instrumentos de precisão	13,8	5,0%	13,9	6,0%
Automóveis	5,8	2,1%	13,5	5,8%
Adubos	7,0	2,5%	8,8	3,8%
Pastas de madeira	7,8	2,8%	8,4	3,6%
Amidos e féculas	5,4	2,0%	7,3	3,2%
Combustíveis	43,1	15,8%	4,1	1,8%
Subtotal	246,2	90,0%	207,1	89,5%
Outros produtos	27,3	10,0%	24,3	10,5%
Total	273,6	100,0%	231,4	100,0%

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

Aviso nº 331 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no **DSF**, de 3/9/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 13748/2014